

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ACTA Nº 6 DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE PORTO DE MÓS, REALIZADA EM QUINZE DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E DEZASSETE

-----No dia quinze de dezembro de dois mil e dezassete, pelas 19.00 horas, dando cumprimento ao disposto no artigo vigésimo sétimo da Lei setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, reuniu a Assembleia Municipal de Porto de Mós, nos Edifício dos Gorjões, no Largo de S. João Baptista, em Porto de Mós, em sessão ordinária, devidamente convocada, e com a seguinte ordem de trabalhos: -----

- 1. Fixação das Taxas do Imposto Municipal de Imóveis (IMI) a cobrar em 2018; (apreciação, discussão e votação) -----
- 2. Redução da Taxa de Imposto Municipal de Imóveis em função do Agregado Familiar (IMI Familiar); (apreciação, discussão e votação) -----
- 3. Derrama Municipal 2018; (apreciação, discussão e votação) -----
- 4. Participação no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS); (apreciação, discussão e votação) -----
- 5. Fixação da TMDP – Taxa Municipal por Direitos de Passagem; (apreciação, discussão e votação) -----
- 6. Orçamento da Receita e da Despesa para o Ano de 2018, Quadro Plurianual de programação orçamental 2018/2021; (apreciação, discussão e votação) -----
- 7. Medidas de execução do orçamento para o ano de 2018; (apreciação, discussão e votação) -----
- 8. Grandes Opções do Plano para o Ano de 2018/2021; (apreciação, discussão e votação) -----
- 9. Mapa de Pessoal para o Ano de 2018; (apreciação, discussão e votação) -----
- 10. Autorização Prévia no Âmbito da Lei dos Compromissos Plurianuais (para conhecimento); -
- 11. Contrato Interadministrativo com a Freguesia de São Bento; (apreciação, discussão e votação) -----
- 12. Aditamento ao Contrato Interadministrativo com a Freguesia do Juncal; (apreciação, discussão e votação) -----
- 13. Apoio Financeiro à Freguesia da Calvaria de Cima para a Extensão de Saúde da Calvaria de Cima; (apreciação, discussão e votação) -----
- 14. Proposta de Apoios Financeiros às Freguesias do Concelho de Porto de Mós; (apreciação, discussão e votação) -----
- 15. Modificações Orçamentais – 3.ª Revisão ao Orçamento do Ano de 2017; (apreciação, discussão e votação) -----
- 16. Modificações Orçamentais – 3.ª Revisão às Grandes Opções do Plano do Ano de 2017; (apreciação, discussão e votação) -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----17. Designação de quatro cidadãos eleitores para integrar a comissão alargada da CPCJ do Concelho de Porto de Mós, em conformidade com o disposto na alínea l) do nº 1 do artigo 17º da Lei 142/2015 de 8 de setembro; (apreciação, discussão e votação) -----

-----18. Informação nos termos da alínea c), nº 2 do artigo 25º da Lei 75/2013, de 12 de Setembro. (para conhecimento)-----

-----Estavam presentes na mesa a Presidente da Assembleia, Maria Clarisse Carvalho Martins Louro, a Primeira Secretária, Olga Cristina Fino Silvestre e o Segundo Secretário, Antonio José Jesus Ferreira. -----

-----Estiveram presentes, para além dos mencionados, os seguintes membros da Assembleia Municipal: Rui Augusto Marques da Silva Pereira Neves (PS), Luís Manuel Coelho Almeida (AJSIM), José Gabriel Pires Vala (PSD), Antonio Pereira Carvalho (PS), Mário Alberto Rosa da Cruz (AJSIM), Rita Isabel Santos Miguel (PS), Antonio Manuel de Sousa Pires (PSD), David Miguel Feteira Salgueiro (PS), Fernanda Maria dos Santos Ferreira Marques (AJSIM), Samuel Dinis Cordeiro da Costa (PS), Cristiana Ferreira do Rosário (PSD), Antonio Manuel dos Santos Carreira (AJSIM), João Guilherme Cerejo Santos Costa (PSD), Elsa Cristina Leitão dos Santos (PS), Norberto Antonio Ferreira Nascimento Feteiro (AJSIM), Joaquim Santiago Virgílio Alves (PS), Cecília Lopes Palma (PSD).-----

-----Estiveram também presentes, para além dos já mencionados membros da Assembleia Municipal, os seguintes Presidentes de Junta de Freguesia: Alcides Manuel Lopes de Oliveira (PS) Presidente da Junta de Freguesia de Mira de Aire; Carlos Manuel Amado Cordeiro (Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso, Filipe da Conceição Batista (JFAS) Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra; João Carlos Coelho Ferreira (PSD) Presidente da Junta de Freguesia de Juncal; Jorge Paulo Costa Carvalho (PS) Presidente da Junta de Freguesia de União das Freguesias de Arrimal e Mendiga; Manuel de Freitas Barroso (PS) Presidente da Junta de Freguesia de Porto de Mós – S. João Baptista e S. Pedro; Margarida Maria Fonseca Carvalheiro Louro dos Santos (AJSIM) Presidente da Junta de Freguesia de Calvaria de Cima; Antonio Rogério de Oliveira Vieira (IPP) Presidente da Junta de Freguesia de Pedreiras; Sandra Maria da Silva Martins (PSD) Presidente da Junta de Freguesia de União das Freguesias de Alvados e Alcaria; Tiago Manuel da Costa Rei (PSD) Presidente da Junta de Freguesia de São Bento.-----

-----A Câmara Municipal fez-se representar pelo Presidente, José Jorge Couto Vala, estando ainda presentes os Vereadores, Eduardo Manuel Ferreira Amaral, Telma Cristina Rodrigues da Cruz, Rui Fernando Correia Marto; Marco Paulo Barbosa Lopes, Sofia Margarida Amado Pereira Caetano.-

-----Faltaram à sessão o Vereador Fernando Manuel Marques Amado, e o membro da

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Assembleia Municipal Júlio João Carreira Vieira, que pediu a suspensão do mandato por um período de trinta dias, considerando-se as suas faltas justificadas.-----

-----Júlio João Carreira Vieira foi substituído por Maria Goreti Fino Domingues que, depois de verificada a sua legitimidade, nos termos da Lei e do Regimento, tomou assento.-----

-----A prestar apoio à Assembleia Municipal, nos termos do nº 2 do artigo 26º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, encontravam-se as Assistentes Técnicas Maria Fernanda Pinguicha Toureiro e Maria Alina Santos Areias.-----

-----Às dezanove horas e quinze minutos, constatada a existência de quórum, a senhora Presidente da Assembleia Municipal, declarou aberta a sessão começando por cumprimentar todos os presentes e dando as boas vindas a todo o público presente na casa da democracia, que é a casa de todos. Disse ainda que, antes de dar início à sessão, queria informar os membros desta Assembleia que a correspondência recebida nos respetivos serviços desde a realização da última sessão, está disponível para consulta de quem assim o pretenda.-----

-----**APROVAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO ANTERIOR:**-----

-----A senhora Presidente da Assembleia Municipal, passou depois a por à aprovação do plenário, a **ata nº 4 da sessão ordinária realizada em 15.09.2017**, esclarecendo que em conformidade com o disposto no n.º 3 do Art.º 34.º do Anexo ao Decreto-Lei n.º 4/2015 de 7 de janeiro, que aprovou o novo Código do Procedimento Administrativo, os Deputados Municipais, que não tenham estado presentes na sessão a que a respetiva ata diz respeito, não participam na sua aprovação.-----

-----Não havendo reparos a fazer ao texto da ata, a senhora Presidente da Assembleia pôs a mesma a votação tendo a mesma sido **aprovada por maioria, com catorze abstenções e dezassete votos a favor.**-----

-----Seguidamente a senhora Presidente pôs a votação a **ata nº 5 da sessão extraordinária realizada em 17.11.2017**, tendo a mesma sido **aprovada por maioria com duas abstenções.**-----

-----**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:**-----

-----Entrando no período de antes da ordem do dia a senhora Presidente da Assembleia passou a referir que estavam abertas as inscrições para quem quisesse intervir.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----A senhora Presidente da Assembleia Municipal, passou a usar da palavra na qualidade de membro desta Assembleia, Clarisse Louro, eleita pelo Partido Social Democrata.-----

-----Dirigindo-se a todos os presentes, começou por dizer que embora com uma agenda longa, nesta sessão da Assembleia Municipal, não poderia deixar de refletir com todos, as preocupações da população e de todos os presentes, no que diz respeito à falta de médicos no concelho de Porto de Mós. Nestes últimos tempos, veio a público a falta de médicos na freguesia de Alqueidão da Serra, o que significa, para aquela comunidade envelhecida, um problema grave. Este problema não é apenas de Alqueidão da Serra, mas sim de todo o concelho. O concelho de Porto de Mós está coberto por um Centro de Saúde, sem internamento, localizado na sede do concelho e por onze extensões do Centro de Saúde localizadas na sede das freguesias do concelho. Trata-se de um concelho cada vez mais envelhecido e por essa razão, com mais necessidades em matéria de vigilância de saúde e com uma população média de profissionais de saúde também envelhecida. Em Porto de Mós, nunca houve vontade política, nunca houve estratégia, nunca houve saber para resolver este assunto. A população envelhece, os profissionais envelhecem, as necessidades em matéria de saúde modificam-se. Como em todas as áreas há necessidade de prevenir, há necessidade de planear. No seu estudo de doutoramento que fez há já dez anos, e que o fez também no concelho de Porto de Mós, já nessa altura referiu que havia falta de médicos de família, tendo visitado pessoas isoladas em todo o concelho, onde o médico não ia a casa há largos anos, havendo uma necessidade urgente de o médico ir a casa. Congratulou-se com a iniciativa do senhor Presidente da Câmara de apostar num posto médico móvel, que permita essa deslocação médica a casa das pessoas. A saúde, continuou, envolve todas as variáveis: políticas, sociais e económicas. A saúde das populações é o maior bem de uma comunidade. Uma comunidade é rica se tiver saúde e compete ao estado zelar pela saúde dos seus povos. Por isso, tudo isto é inaceitável quando, ao longo destes anos não tenha havido visão política sobre os problemas mais importantes da população. A comunicação social referiu na altura que a saída dos clínicos estava a preocupar os autarcas das freguesias, e o Presidente da Câmara da altura, senhor João Salgueiro, referiu que tinha pedido a intervenção da diretora do ACES e falou com o Ministro da Saúde sobre o assunto, em 2016. Desde aí, continuou o mesmo estado de coisas até hoje. Dito isto, e é importante que seja dito, porque nos últimos tempos, através das redes sociais e quase sempre a coberto do anonimato, se têm proferido algumas barbaridades sobre este assunto, que incomodam a quem cá vive, a quem gosta deste concelho e que não gosta de ver isto explanado nas redes sociais, atribuindo por exemplo, a culpa a este executivo por não ter encontrado ainda a tal varinha mágica da solução para um problema que reina há muito tempo neste concelho. Sejamos honestos. Na política não vale tudo. Prosseguiu depois dizendo que existe urgência em resolver esta situação por todas as razões. Da parte da bancada do PSD não vai haver mais lamentações sobre o passado, pois querem fazer parte da solução e não do problema, estando disponíveis para se organizarem com todos, num grupo de trabalho da Assembleia Municipal, para

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que se encontre uma solução, pois também a Assembleia Municipal tem a obrigação e o direito de ouvir as populações em matéria de necessidades das mesmas e trabalhar para isso, e não apenas comparecer às sessões. Reiterou pois a sua disponibilidade no sentido de se organizar um grupo de trabalho que possa aprofundar a questão, levando, em matéria de saúde, ao executivo municipal, para que este, defina, em conjunto com o poder central as políticas de saúde para o concelho de Porto de Mós, dizendo que poderiam contar consigo e com o PSD para, de uma vez por todas, se responder a essa necessidade. Referiu ainda que muitas vezes se fala de coisas que não se sabem, sendo importante que quando se fala se chamem às coisas pelo nome, não dizendo coisas que não são verdade, sendo importante refletir um pouco para que depois se possam pronunciar. Fez depois uma breve resenha histórica sobre os cuidados de saúde e sua evolução desde antes do 25 de Abril, sustentada com uma apresentação em *powerpoint*, que fica a constar como anexo I a esta ata. Terminando, disse que em saúde é preciso ter muito cuidado, não podendo colocar um administrativo qualquer como se coloca num outro gabinete. A saúde mexe com a vida das pessoas. Tem a parte ética. Nem toda a gente quer que se saiba o que consta do seu boletim de saúde, portanto não pode ser qualquer pessoa a lidar com isso. Têm que ser pessoas que o Centro de Saúde diga que têm formação nessa área.-----

-----**Joaquim Santiago Virgílio Alves (PS):**-----

-----Usando da palavra, começou por dizer que lamenta que nas piscinas municipais os secadores de cabelo não estejam a funcionar e que não esteja disponível nenhum livro de reclamações naquele local a fim de as pessoas poderem exercer o seu direito de reclamar. Outra situação que suscitou, foi o facto de haver obras que estavam em execução na vila do Juncal e que agora, com a mudança de executivo, pararam, perguntando se essas obras são responsabilidade da Junta de Freguesia ou da Câmara e para quando se prevê o seu recomeço e conclusão.-----

-----O senhor Presidente da Câmara passou a responder às questões colocadas, começando por dizer que, relativamente à intervenção de Clarisse Louro queria dar nota que de facto, durante este último mês e meio, desde que o executivo tomou posse, verificou que, o que tem acontecido em termos de saúde, é uma situação muito flutuante, uma vez que os médicos dificilmente se fixam aqui em Porto de Mós. Quanto a esta situação que se passa em Alqueidão da Serra, e que tem a ver com a falta de um administrativo, foi feita a tentativa de resolução do caso de duas ou três formas. No imediato, e uma vez que havia médico, embora se trate de um médico reformado que está a fazer apenas dezassete horas – meio tempo – tentou-se resolver cedendo um administrativo para o posto médico, coisa que não foi aceite por razões de privacidade dos ficheiros. Num segundo momento, foi oferecido transporte para que o administrativo se pudesse deslocar para Alqueidão da Serra, e também não foi possível. Num terceiro momento, foi dito que seria possível um

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

POC, disponibilizando-se de imediato para proceder à sua contratação e não tendo igualmente sido aceite, porque tal teria de ser feito através dos recursos humanos do ACES. Neste momento, foram abertos dois concursos por via da muita pressão feita pelo anterior executivo. Os lugares foram ocupados, não tendo uma das médicas tomado posse e o outro lugar, ocupado também por uma médica, que está em S. Bento e Serro Ventoso, mas que já disse aos Presidentes de Junta e ao coordenador do Centro de Saúde, que quando fizer os três meses, pede a mobilidade, porque é do norte do País e não quer fixar-se aqui em Porto de Mós. Foram feitas outro conjunto de diligências, mais políticas, e o que aconteceu, foi que esta semana demitiu-se o Secretário de Estado da Saúde, com quem havia sido já agendada uma audiência. Prosseguiu dizendo que o seu gabinete recebeu a informação de que o senhor Ministro, ou quem ele designe, irá contactar a Câmara Municipal para reagendar esta reunião.-----

-----Relativamente à questão colocada pelo senhor deputado Joaquim Santiago, disse que de facto esta questão dos secadores já não é nova. Quando se apercebeu da situação, a Câmara abriu um procedimento, para adquirir os secadores, tendo já hoje sido colocados. Sobre as obras no Juncal, disse que pelo menos duas das obras de que falou são da Junta de Freguesia, sabendo que estão a ser acompanhadas para ficarem concluídas ainda este ano.-----

-----**Mário Alberto Rosa da Cruz (AJSIM):**-----

-----Iniciou a sua intervenção cumprimentando todos os presentes. Disse depois que antes de colocar algumas questões ao senhor Presidente da Câmara, queria fazer uns considerandos muito breves.-----

-----“As eleições de 1 de outubro definiram um novo quadro político no concelho de Porto de Mós e o que se passou durante o período pré-eleitoral, ou seja de campanha eleitoral, foi tudo menos normal. De facto seria um assunto encerrado, mas não posso deixar de voltar a ele, porquanto o representante da bancada do PSD, no seu discurso, aquando da tomada de posse, referiu, ou deu alguns recados, que seriam, possivelmente para algumas pessoas das outras forças políticas e portanto, queria apenas dizer quanto a isto, que aquilo que se passou durante esta campanha foi de facto mau de mais, teve situações que nunca tinham acontecido no concelho de Porto de Mós, nomeadamente, práticas completamente antidemocráticas, vandalismo, utilização de capas cibernéticas, e o que é certo, é que, salvo erro, por desconhecimento, apenas duas forças políticas que estavam em eleições, fizeram a competente queixa-crime de ambas as situações, neste caso, o Movimento AJSIM e o Partido Socialista. Outro considerando, e que não posso deixar de fazer quanto a esse discurso de tomada de posse do representante do PSD, foi o facto de se ter aplicado aqui a velha máxima de que a verticalidade é mais notória nas vitórias que nas derrotas. Falou-se em falta de humildade democrática, falta de coragem de assunção de responsabilidades para aquele ou aqueles que tendo sido eleitos renunciaram ao exercício do respetivo cargo. Como é curta a memória da bancada do PSD, pois há doze anos o então

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

candidato do PSD foi democraticamente humilde. Doze anos volvidos, pela boca das mesmas pessoas, o nosso candidato teve mau perder. Parafraseando a distinta colega desta Assembleia e que a miude lançou mão desta expressão, e vou citar, "em política não vale tudo, não pode valer tudo", acima de tudo não pode ser curta a memória e a qualificação da postura individual de cada um, ser mel ou fel, conforme seja da nossa cor política ou de outra. Quero lembrar o senhor Presidente da Câmara que, apesar de o PSD ter sido o partido com mais votos, teve cerca de metade dos votos das outras forças políticas que se apresentaram a eleições. Ou seja, é de facto o partido mais votado em quaisquer dos órgãos municipais, mas está em minoria e cabe-lhe promover um diálogo e consensos, negociar medidas e não se comportar como se estivesse em maioria, que de facto, não tem. Vejamos alguns exemplos que considero, neste início de mandato, que devem ser corrigidos por parte deste executivo senhor Presidente: Reunião aberta da Câmara em S. Bento: o senhor Presidente esqueceu-se de convocar os vereadores da oposição para a visita antes da reunião. Gostaria que esclarecesse este lapso, porque porventura terá sido mesmo um lapso. Elaboração do Orçamento: os senhores vereadores em minoria, do PSD, elaboraram-no a seu bel-prazer, e apresentam hoje a proposta de orçamento, mas apresentaram-na apenas aos membros do executivo. Não o discutiram, não reportaram previamente qualquer tipo de informações, não solicitaram propostas e apresentaram a proposta de orçamento como um facto consumado. Gostaria de lembrar o senhor Presidente da Câmara e os senhores vereadores eleitos pelo PSD, a Lei 24/98, lei que tutela o direito de oposição, especialmente os nº 3 e 4 do seu artigo 5º e nº 2 do seu artigo 4º, que rezam "Os partidos políticos representados nos órgãos deliberativos das autarquias locais e que não façam parte dos correspondentes órgãos executivos, ou que neles não assumam pelouros, (o que é o caso do AJSIM e do Partido Socialista também) poderes delegados ou outras formas de responsabilidade direta e imediata pelo exercício de funções executivas, têm o direito de ser ouvidos sobre as propostas dos respetivos orçamentos e planos de atividade. Ao dever de consulta prévia aplica-se, com as necessárias adaptações, o disposto no nº 2 do artigo 4º" que reza "As informações devem ser prestadas diretamente e em prazo razoável aos órgãos ou estruturas representativas dos partidos políticos e demais titulares do direito de oposição." Ora isto não aconteceu. A proposta de orçamento foi dada a conhecer aos vereadores sem pelouro, em versão final e em vésperas de reunião de Câmara para aprovação da mesma. Esperemos que em 2018, V. Ex^{as}. se lembrem deste pequeno pormenor, que é o cumprimento da lei no respeito do estatuto da oposição, e respeitar, aqui significa levá-lo a sério e não apenas cumprir de forma sofrível e duvidosa. Gostaria agora de saber, nestes dois meses de mandato, algumas respostas às e qual a sua resposta a algumas das seguintes questões: contas da Câmara vindas do anterior executivo. Veiculam, pelo menos nos corredores da política concelhia e em surdina, de forma mais ou menos disfarçada, nos considerando iniciais da proposta de orçamento que daqui a bocado discutiremos, que afinal a tão apregoada saúde financeira não era bem assim, há para aí umas coisas. Ora queremos saber se esta é uma afirmação ou uma insinuação. Se é uma afirmação,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

queremos factos concretos. Qual o saldo líquido do município em 18 de outubro de 2017? Em fundos disponíveis, o que existia àquela data e que montante? Qual o prazo médio do pagamento a fornecedores àquela data? Havia pagamentos a fornecedores vencidos há mais de trinta/quarenta dias? Se em lugar de afirmação esta é apenas uma insinuação, então não carece de esclarecimentos porque não corresponde à verdade. E a verdade da situação financeira a 18 de outubro, contraria a insinuação. Já Schopenhauer afirmava: "Qualquer verdade passa por três estágios: Primeiro, é ridicularizada. Segundo, é violentamente combatida. Terceiro, é aceite como óbvia e evidente." V. Ex^{as} parece-me estarem na primeira fase da verdade de Schopenhauer. Os portomosenses chegarão mais rapidamente que vós à última fase, estamos convictos disso.

Segunda questão para o senhor Presidente: CIBA. Qual a posição do atual executivo minoritário, em particular o senhor Presidente da Câmara Municipal, sobre os últimos acontecimentos. Saberá V. Ex^a com certeza, que vários proprietários receberam recentemente da Fundação da Batalha de Aljubarrota, cartas para resolução de expropriação por utilidade pública com propostas ridículas de compensação. Sendo consabido que o PSD, e em particular o senhor Presidente da Câmara Municipal, mantém excelentes relações institucionais e até pessoais com o senhor Presidente da Fundação, Dr. Patrício Gouveia, será fácil chegar a uma solução na defesa dos interesses dos moradores e proprietários de S. Jorge afetados pela zona de intervenção do CIBA e não se responda com a dotação em orçamento para apoio a um estudo arqueológico solicitado pela associação de moradores e proprietários junto ao campo da Batalha de Aljubarrota.

Terceira questão: ALE de Porto de Mós. É para avançar? Quando? O atual parque industrial está esgotado, como sabemos. Tem um único lote não escriturado, mas ao que sabemos já reservado. Fala-se que o avanço da ALE – Área de Localização Empresarial, está dependente de uma avaliação de impacto ambiental. Então, e muito embora as nossas pesquisas e das nossas investigações a este propósito, não conste que tal avaliação é condição obrigatória para o avanço do projeto, ou condição sine qua non, pode ou não o mesmo avançar em paralelo com a obra? E já agora, quem será a entidade a quem será adjudicada a feitura da referida avaliação de impacto ambiental?

Quarta questão: em que ponto se encontra o processo da Central Termoelétrica e quando será lançado o novo concurso público? Saúde: nem de propósito a senhora Presidente da Assembleia Municipal teve aqui uma intervenção brilhante, mas queremos saber o seguinte: apesar do extenso documento informativo elaborado pela vereação do PSD, não consta nada de muito concreto do que está a ser feito para obviar os problemas da Extensão de Saúde de Alqueidão da Serra e nos que se seguirão de S. Bento e Serro Ventoso. Já explicou o senhor Presidente da Câmara que tem uma reunião agendada, ou pelo menos terá nos próximos dias. Sabemos da delicadeza do problema. Sabemos que, e tendo em conta as regras do orçamento de estado em matéria de racionalidade económica nos serviços do Estado e ajudadas pelas cativações cada vez mais dilacerantes, as referidas extensões correm o risco de fechar, aliás já assim vem sendo há vários anos. O executivo tomou ou vai tomar medidas? Que pressão efetiva será feita junto do Ministério

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

da Saúde? E bom, senhor Presidente, não consta nem me parece que a resposta a esta Assembleia com a Unidade Móvel de Saúde e os seus trinta e cinco mil euros seja uma resposta muito cabal. Em primeiro lugar, porque esta não é a resposta ao problema, porque então se responde com a unidade móvel é o mesmo que responder a uma infeção generalizada com chá, mel e limão. Por outro lado, e adiando a discussão do orçamento deverá V. Ex^a., e será interpelado com certeza para explicar como porá em funcionamento uma unidade móvel de saúde por trinta e cinco mil euros. Por último, disse, tenho de fazer um pequeno reparo a V. Ex^a. senhora Presidente da Assembleia Municipal. A senhora Presidente da Assembleia Municipal, como sabe, não encerra em si mesma, uma qualidade distintiva dos restantes membros da Assembleia Municipal. Na verdade, a sua pessoa, enquanto Presidente desta Assembleia Municipal representa todos os membros desta Assembleia nas manifestações públicas com a chancela da Assembleia e bem assim representa e é os ouvidos e olhos de todos nas manifestações dos munícipes, que lhe são dirigidas. Compreendo que algumas missivas que recebe na qualidade de representante máxima deste órgão, sejam apenas referenciadas por assunto e não têm interesse em fazê-las dirigir aos restantes membros. Porém, quando estamos na presença de cartas dirigidas, muito embora à pessoa da senhora Presidente, mas cujo conteúdo afeta todo o órgão na sua globalidade e acrescentando tratar-se de assunto sério para o Município, tem V. Ex^a a obrigação de encaminhar na íntegra, essa correspondência a todos os deputados municipais. A manifestação de que hoje tomámos conhecimento, publicamente através das redes sociais, dos Bombeiros Voluntários do Juncal, aqui presentes, foi precedida de uma carta aberta a V. Ex^a. e bem assim ao senhor Presidente da Câmara. Em reunião de líderes do passado dia 11 deste mês, que aliás merece pequeno reparo, pois V. Ex^a. na convocatória não fez verdadeira alusão à natureza dessa reunião, que se tratava de uma reunião com o senhor Presidente da Câmara e os dois vereadores do PSD, com a finalidade de apresentar o orçamento, quando o lógico seria, e é o lugar próprio para o fazer, é hoje, perante esta Assembleia, V. Ex^a. fez referencia à existência dessa carta. Pedi-lhe pessoalmente que me reenviasse a mesma. V. Ex^a. deu uma explicação meia vaga, comprometeu-se a fazê-lo, o que nem deveria ser preciso, pois como já disse, era obrigação da senhora Presidente da Assembleia Municipal facultar essa correspondência a todos os membros, o que não fez. Fomos hoje confrontados com esta manifestação dos Bombeiros Voluntários do Juncal. Senhora Presidente da Assembleia Municipal, com todo o respeito que merece, chamo a atenção de V. Ex^a. que, não é a senhora parte do executivo, é Presidente do órgão a quem o executivo deve prestar contas. Mais, não deve V. Ex^a., e este é um conselho, se mo permite dar, deixar-se inebriar pelas boas falas, por parte do executivo do partido a que pertence ou pelo qual foi eleita e marchar alegremente atrás do mesmo. Faço questão de lembrar a V. Ex^a. que no seu discurso de tomada de posse afirmou a sua neutralidade e sentido de alerta crítico para com o executivo, independentemente da ligação partidária, que nas suas palavras, terminava para este efeito ao ser eleita Presidente da Assembleia Municipal. Estamos certos que este seu entusiasmo se deve por um lado à autorreconhecida falta

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de experiencia no cargo, e por outro lado, quiçá, à época natalícia. Estamos certos que não voltará a suceder."-----

-----A senhora Presidente da Assembleia respondeu ao anterior interveniente dizendo que quando interveio nesta Assembleia não foi na qualidade de Presidente da Assembleia Municipal, mas sim na qualidade de membro eleito para esta Assembleia. Em relação à carta aberta dos Bombeiros Voluntários do Juncal, a mesma encontra-se disponível para consulta. Confirmou ainda ter-se comprometido com o anterior interveniente no sentido de lhe enviar a carta referida, mas por esquecimento não o fez, pedindo desculpas por isso.-----

-----**David Miguel Feteira Salgueiro (PS):**-----

-----Começando por cumprimentar todos os presentes, fez questão de apresentar um cumprimento especial à corporação dos Bombeiros Voluntários do Juncal presentes na sala, desejando-lhes boas vindas e dizendo que esta é a casa certa para debater os seus problemas, apresentando desde logo a garantia de que o Partido Socialista tudo fará para que os seus problemas sejam resolvidos, nomeadamente hoje, debatendo o assunto concreto e da injustiça com que estão a ser confrontados.-----

-----Em relação à intervenção da senhora Presidente da Assembleia Municipal, disse que ao longo dos últimos doze anos muita coisa foi feita e muita coisa estará por fazer, mas a sua intervenção denota um pouco a continuidade da oposição, traduzindo-se em meras críticas e em termos de resolução direta e concreta, não abona a favor da forma como foi abordado nos últimos anos e pelo que parece, em termos de teoria continua na mesma.-----

-----Todos sabem que o problema da saúde e envelhecimento da população é um problema que está cada vez mais presente nos nossos dias. A falta de médicos nos Centros de Saúde é uma realidade local e nacional. Mas, o que aconteceu em relação ao Centro de Saúde de Alqueidão da Serra, de não funcionar, apenas por falta de um administrativo, nos dias de hoje, é inadmissível. Se este executivo fosse tão célere em resolver este tipo de problema junto das entidades competentes, como teve em nomear pessoas do aparelho partidário, o desfecho certamente teria sido outro. Celeridade era o que se impunha e foi o que não aconteceu. Se o lema da campanha deste executivo foi colocar Porto de Mós no mapa, já o conseguiu, mas pelas piores razões, face às notícias veiculadas na comunicação social em relação a este assunto. Ao contrário do que se faz crer, decisão e atitude é o que se exige de forma a preparar o futuro para que não voltem a acontecer estes problemas. Prosseguiu, dizendo que pode adiantar que o Partido Socialista na próxima semana reunirá com as entidades competentes de forma a debater essas dificuldades, de forma a ser mais um contributo para trabalhar em conjunto na resolução deste problema que é a falta de médicos que acontece a nível nacional, nesta falta de administrativos que acontece pontualmente, tendo todo o gosto em trabalhar em conjunto em prol da resolução deste problema

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

concreto. Quanto à apresentação da proposta de uma unidade móvel de saúde, disse achar que isso serviria mais para uma distribuição de receitas, do que para outra coisa, em nada resolvendo os problemas concretos. Todos sabem que tem capacidades limitadas. Há receitas que podem ser lançadas a nível do sistema central e não serão cobertas certamente por esta unidade móvel. Continua a haver um défice alocado e o problema de fundo não será resolvido por este meio. O PS não se revê neste tipo de política demonstrada nestes primeiros meses, em que a preocupação é apenas a divulgação de imagem do executivo em detrimento da resolução dos problemas reais e prementes das pessoas. Podemos afirmar que realmente este executivo entrou com o pé esquerdo, esperando que tome outro rumo.-----

-----**Carlos Manuel Amado Cordeiro (Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso – PSD):**-----

-----Cumprimentando todos os presentes, iniciou a sua intervenção dizendo querer dar uma sugestão à senhora Presidente da Assembleia, dado que reparou que esta mudou algumas coisas no funcionamento da Assembleia, dando-lhe os parabéns por isso, mas gostaria de ver também uma bancada com todos os Presidentes de Junta, achando que isso faria sentido pois foram eleitos de uma forma diferente para esta Assembleia.-----

-----Continuou depois dizendo que gostaria de falar um bocadinho sobre a última sessão ordinária desta Assembleia e dar os parabéns a Joaquim Santiago porque chamou a atenção ao anterior Presidente da Câmara sobre as muitas obras que havia no concelho. Naquela altura foi dito que, foi assim durante os últimos quatro anos, mas nos documentos que foram enviados, viu e fez a soma das adjudicações diretas, constatando que as mesmas se cifravam em quase em dois milhões de euros, nos últimos três meses. Prosseguiu dizendo que passado é passado, querendo fazer um apelo ao novo Presidente da Câmara para que daqui a quatro anos não cometa o mesmo erro.-----

-----Em relação aos médicos, já está tudo dito, pelo que não iria falar mais sobre o assunto.-----

-----Ainda em relação à última sessão ordinária, referiu um assunto que gerou aqui alguma controvérsia, e que tem a ver com a aquisição e subsequente demolição da casa conhecida por do "mil contos", e para que esta Assembleia fique esclarecida, gostava de saber se o senhor Presidente já viu o respetivo processo e se esta Assembleia Municipal pode dormir descansada relativamente a esse assunto.-----

-----Passou depois a usar da palavra o senhor Presidente da Câmara para responder aos anteriores intervenientes, começando por agradecer todas as intervenções.-----

-----Respondendo a Mário Cruz, disse ter havido de facto algum constrangimento de agenda que o limitou no tempo, tendo sido confrontado com uma necessidade urgente de ultimar o orçamento, sendo por isso que este está hoje aqui em discussão e não como em alguns concelhos, nos dois últimos dias do ano. Há problemas para resolver, nomeadamente com algumas Juntas de Freguesia, e tendo sido confrontado com a necessidade de fazer esta sessão hoje, daí que algumas

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

coisas tenham corrido menos bem, assumindo o compromisso de dar cumprimento ao disposto na Lei 24/98, que regula o Estatuto de Oposição, sendo cumprida de forma escrupulosa. Relativamente às contas, queria dizer que da sua boca e com certeza da do executivo, o senhor deputado municipal não ouviu dizer que as contas não estavam bem. Quanto àquilo que o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso acabou de dizer quanto às muitas obras que estavam em curso, tinham, naturalmente, cabimentação orçamental e ao longo deste último mês e meio têm-se feito os respetivos pagamentos porque há disponibilidade para pagar. Referiu ainda que, felizmente, vai ser transferido saldo orçamental para o ano de 2018, aliás, como está espelhado na proposta de orçamento. No Município de Porto de Mós as contas estão bem e vão passar bem para o ano de 2018, ressalvando ainda que esta é uma responsabilidade do anterior executivo. No que refere ao CIBA, disse que este executivo já reuniu duas vezes com a Associação de Moradores de S. Jorge e ainda não reuniu com a Fundação. Disse que o que está aqui em causa não é o CIBA, o que está em causa é a Fundação Batalha de Aljubarrota. Prosseguiu dizendo que está a tentar apoiar, ressalvando que, o que está em Orçamento vem do anterior executivo, tendo-lhe sido solicitado para o manter, o que faz com gosto, até porque é para ultimar a elaboração de uma carta arqueológica que é importante para salvaguarda do património daquele campo. Quanto ao comentário tecido por Mário Cruz, disse não ter nenhum relacionamento com o Dr. Patrício Gouveia, apenas o conhecendo, e pior do que conhece as pessoas que fazem parte da Associação de Moradores, assumindo aqui, que está e estará sempre ao lado da população do concelho de Porto de Mós, neste caso da população de S. Jorge.-----

-----No que diz respeito à ALE, referiu que esta tem um constrangimento que será brevemente ultrapassado, estando a preparar-se para lançar o procedimento concursal para avaliação do impacto ambiental, ou seja, a apresentação da candidatura da ALE exige, ou tem como condicionante, a apresentação deste estudo de impacto ambiental. Trata-se de uma avaliação de impacto ambiental para a toda a zona, ou seja, para a existente e para aquela que está candidadata. Havendo alguns terrenos já identificados pelo anterior executivo, e mais dois identificados por este executivo cujos proprietários estão disponíveis para vender, foi recomendação da CCDR de que não se deve avançar com a aquisição nem com o projeto, sem a avaliação de impacto ambiental estar aprovado. Disseram que o estudo de impacto ambiental pode ter aqui alterações relativamente àquilo que é a definição desta ALE. Irá haver uma nova reunião na CCDR ainda este ano, e desta reunião sairá mais em concreto aquilo que eventualmente possa acontecer. Esta reunião tem a ver também com um processo de reprogramação desta candidatura, o que significa adiantá-la um ano, para tentar iniciar-se já o processo de aquisição e precisamente, como disse e bem, para tentar avançar em simultâneo com o lançamento do concurso para a avaliação de impacto ambiental e o concurso para o projeto. Se tal for possível, assim será. -----

-----Quanto à Central Termoelétrica, disse que por força daquilo que tem sido o incumprimento

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

do empreiteiro, houve lugar à resolução do contrato. Esta era uma situação que já tinha passos dados, pelo que foi entendimento deste executivo dar continuidade ao que vinha de trás e encerrar aqui o processo. Da mesma forma está em contacto com a CCDR'c no sentido de reprogramar também a obra da Central e o mais cedo possível lançar também o novo concurso público, no sentido de avançar definitivamente com as obras e não perder aqueles fundos comunitários.-----

-----No que diz respeito à Saúde, disse ter consciência de que a viatura móvel não é para substituir médicos, dizendo ainda a unidade móvel será tão mais eficaz quanto melhor servido estiver o concelho dos cuidados básicos de saúde. Trata-se de uma unidade complementar, de diagnóstico, que serve também o propósito do receituário e alguns cuidados de saúde, sobretudo junto das populações geograficamente mais dispersas do concelho, não se podendo esquecer da existência de, pelo menos, uma freguesia em território de baixa densidade, ou seja, uma freguesia com mais de 40Km2 de área e com muito poucos habitantes e distribuídos por toda esta área.-----

-----Relativamente à questão levantada pelo senhor deputado David Salgueiro, relembra que há um ano atrás aconteceu a mesma situação de encerramento da extensão de saúde de Alqueidão da Serra, e a forma de se resolver foi a mesma. Disse ainda que a autarquia tem muita responsabilidade nesta matéria, mas essa responsabilidade é relativa. A boa vontade não é suficiente. Foram apresentadas todas as soluções possíveis esbarrando sempre na dificuldade que é, por parte da Administração Regional de Saúde, em aceitar qualquer uma delas, parecendo até existir má vontade, porque má vontade por parte do município não houve, acreditando que no passado se tenha passado o mesmo. Disse ainda que não é agradável ver a publicidade que foi dada a esta situação, sobretudo quando há tentativa de aproveitamento por parte de alguém, referindo que diz isto com algum à-vontade, porque não o fez no passado. No que diz respeito à reunião com as entidades, disse que é assim mesmo e agradece em nome do município, a disponibilidade, a frontalidade e principalmente a ajuda, na solução. Manifestou o receio de que qualquer uma das resoluções que daqui venha a sair, seja sempre eventualmente provisória.-----

-----Quanto ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso, disse que, na questão relacionada com a casa chamada do "Mil Contos", a mesma foi comprada por um valor, na sua opinião absurdo, mas foi decidido pelo executivo comprá-la e demoli-la, conforme previa o Plano de Pormenor, sendo para si um assunto encerrado.-----

-----**Filipe da Conceição Batista (Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra – JFAS):** -----

-----Cumprimentando todos os presentes disse que a questão sobre a qual queria intervir já foi aqui amplamente debatida, pelo que queria sugerir criar-se aqui na Assembleia Municipal, um grupo de trabalho para intervir nesta matéria. Referiu depois que em 2016 o Centro de Saúde de Alqueidão da Serra esteve fechado pelas mesmas razões – falta de funcionário administrativo – o

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que parece um paradoxo num país desenvolvido do século XXI. Já então a Junta de Freguesia também disponibilizou a sua administrativa tendo a mesma sido recusada com base em questões deontológicas e de sigilo relativamente à saúde dos utentes, chegando-se depois à conclusão que em grande parte das situações quem faz estes serviços em muitos Centros de Saúde são POC's o que resulta algo estranho, pois trata-se de trabalhadores temporários. Seria razoável que o ACES, tivesse aceite estas soluções, quer da Câmara Municipal, quer da Junta de Freguesia. Disse depois que existe um médico, a meio tempo, perguntando se faz sentido estar a falar-se de saúde a meio tempo. Referiu ainda que tem acompanhado os esforços que o presente executivo, bem como anterior, têm feito, acrescentando que não deviam ser os políticos a puxar por uma coisa que é um direito das populações. No que se refere às redes sociais, disse que essa é uma forma de as pessoas expressarem o seu descontentamento quando não veem uma solução à vista, sendo visado, tanto o Presidente da Câmara como ele próprio, sentindo-se impotente para resolver este problema. Resumindo disse que não se pode ser tão passivo, não lhe parecendo certo ter o concelho partido a meio em termos de saúde, pois nuns lados as coisas correm bem e noutros não existem quaisquer recursos. Fez ainda menção ao facto de haver outros concelhos próximos que estão com o mesmo tipo de problemas, perguntando se não seria o caso de o senhor Presidente agendar alguma reunião com os seus congéneres desses concelhos, a fim de se arranjar uma solução que satisfizesse todos, pois o atual presidente do ACES nem o telefone atende. Para terminar, reforçou a ideia de se fazer uma reunião urgente entre as forças políticas representadas nesta Assembleia para que se possa definir o caminho a seguir, fazendo chegar esta preocupação a quem de direito.-----

-----A senhora Presidente da Assembleia Municipal, usando da palavra, disse que o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra fez **a proposta de esta Assembleia organizar um grupo de trabalho para tratar este problema de forma concertada**. Pôs a votação a proposta apresentada pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra, tendo a mesma sido **aprovada por unanimidade**.-----

-----Acrescentou que a Presidente da Assembleia Municipal conversou com o senhor Presidente do Agrupamento dos Centros de Saúde, que, sabendo da situação, terá uma reunião a nível central para tentar desbloquear esta situação, que também se está a passar no concelho da Batalha, ficando acordado que o mesmo reportará o resultando de tal reunião.-----

-----**Alcides Manuel Lopes de Oliveira (Presidente da Junta de Freguesia de Mira de Aire – PS):**-----

-----Começando por apresentar-se, disse que o seu desejo é que, durante estes quatro anos, o trabalho que vai ser executado entre as Juntas de Freguesia em geral e a Câmara Municipal em particular, seja profícuo, cristalino e efetivamente transparente. Que haja equilíbrio e uma sã convivência entre todos e que ao fim destes quatro anos se tenha feito obra em todo o concelho.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Continuou dizendo que, todos sabem que Mira de Aire foi o trator do concelho há umas décadas atrás. Infelizmente, por vicissitudes várias os problemas adensaram-se, a crise chegou, e as fábricas que existiram em Mira de Aire foram passando a obsoletas e caíram na desgraça. As dificuldades foram-se adensando e as pessoas que viviam em Mira de Aire passaram dum tempo em que eram os motores da economia do concelho de Porto de Mós, para um tempo em que agora dizem "que para Porto de Mós vem tudo e para Mira de Aire não vai nada". É óbvio que face às duas visitas que houve, no âmbito das reuniões descentralizadas da Câmara Municipal, já verificou que não é só Mira de Aire que ficou para trás, passando-se o mesmo com S. Bento. Na própria freguesia de Porto de Mós, nos limítrofes da vila, existem algumas dificuldades prementes para serem ultrapassadas. Disse depois que já teve oportunidade de falar com o executivo sobre algumas questões e faz votos para que continue a haver disponibilidade mútua para o diálogo, mas que gostaria de ver explicadas aqui, na Assembleia Municipal, as situações relacionadas com o mercado de Mira de Aire, pois as obras que haviam sido iniciadas ficaram de repente paradas. Outra questão que gostaria de colocar tem a ver com o Parque Industrial. Obviamente que o Parque Industrial precisava de uma revitalização e se não houver empresas que vão para Mira de Aire não haverá criação de emprego, ficando esta na traseira do desenvolvimento. Com certeza que o Parque Industrial de Porto de Mós oferecerá outras condições que Mira de Aire não tem, mas essa é também uma situação que terá de ser trabalhada por forma a criá-las. Referiu-se depois à questão do saneamento básico, dizendo que a 2ª fase está em concretização. Tendo-se informado da forma como decorreram os trabalhos da 1ª fase, recordou que o alcatroamento das vias que foram intervencionadas ia sendo feito gradualmente, à medida que se avançava no terreno. Nesta fase, tendo sido já efetuados grande parte dos trabalhos, perguntou quais as perspectivas de avançar para o alcatroamento das ruas em causa.-----

-----O senhor Presidente da Câmara passou a usar da palavra dizendo que, relativamente à intervenção do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra, aquilo que tinha para dizer já o havia feito na intervenção anterior. Acrescentou ainda que este tema foi agendado informalmente para uma reunião que irá ter lugar na próxima quarta-feira na ADAE, pois tendo falado com a senhora Presidente da Câmara da Marinha Grande que se debate com o mesmo problema, ficaram de falar sobre o assunto na reunião da ADAE em conjunto com o Presidente da Câmara de Leiria e com o Presidente da Câmara da Batalha.-----

-----Ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Mira de Aire disse o seguinte: ao longo destes anos, não sabe estar na vida profissional, pessoal e até política, de outra maneira que não seja de uma forma transparente pensando que, em conjunto, todos poderão fazer um trabalho bastante profícuo a este nível. Disse ainda que se está a trabalhar no sentido de se dar a maior equidade possível à relação que existe entre o município e as juntas de freguesia.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Relativamente a Mira de Aire, disse ser uma das freguesias que o preocupa, porque a situação não tem vindo a melhorar, tendo perdido alguma população, tendo perdido também alguma massa critica e infelizmente, o que tem acontecido nos últimos anos, sobretudo ao nível da dinâmica que o tecido empresarial deveria ter, não aconteceu e o emprego, que era importante rejuvenescer, acabou por não acontecer também.-----

-----Prosseguiu dizendo que teve esta semana uma reunião com as Infraestruturas de Portugal no sentido de fazerem um estudo durante o próximo ano para uma ou duas alternativas, de forma a acabar-se com o constrangimento da ligação de Mira de Aire às principais vias de comunicação rodoviária. No que se refere à Zona Industrial de Mira de Aire estão a ultimar-se os últimos pormenores para lançamento do concurso para alteração do Plano de Pormenor da Zona Industrial, para transformação em Área de Localização Empresarial. É uma ambição das pessoas de Mira de Aire, nomeadamente dos empresários de Mira de Aire, pensando que por essa via se pode dar uma dinâmica nova à zona industrial, deixando esta de ter a condicionante de ter de instalar apenas indústrias. Relativamente às obras no mercado de Mira de Aire, o empreiteiro, se não terminar as obras até ao fim do ano, não recebe, tendo sido disso notificado uma vez que está em incumprimento e não está prevista a transferência daquela obra para 2018.-----

-----No que se refere ao saneamento básico, a engenheira da Câmara já falou com o empreiteiro no sentido de dar início ao alcatroamento.-----

-----**Luís Manuel Coelho Almeida (AJSIM):**-----

-----Começou por cumprimentar todos os presentes fazendo uma saudação especial ao Corpo dos Bombeiros Voluntários do Juncal, nas pessoas do seu Presidente, da Presidente da Assembleia Geral e do Comandante, sendo das mais queridas instituições da freguesia do Juncal e da qual tem o grato prazer de ser sócio. Disse depois estar solidário com aquilo que vêm aqui fazer. Em nome da bancada do Movimento AJSIM, não pode deixar de dizer à senhora Presidente da Assembleia, que ficou sentido por ela não lhes ter feito chegar esta carta aberta. A senhora Presidente em seu entender não deve enviar qualquer correspondência para os membros da Assembleia mas uma coisa relevante, de interesse municipal, como é o caso, deveria tê-lo feito. Disse ainda que, assim que tiveram conhecimento, os eleitos pelo Movimento AJSIM reuniram de urgência, elaborando uma proposta ao Município, que na altura devida será entregue à mesa desta Assembleia.-----

-----Passou depois a questionar o senhor Presidente da Câmara sobre a situação do hotel, perguntando-lhe se já se inteirou sobre a situação, o que é encontrou e o que é que pensa fazer e qual a sua opinião. -----

-----Perguntou depois, relativamente aos passeios que estão a ser efetuados na Cruz da Légua e Pinhal Verde, se os mesmos são para avançar até Albergaria e Cumeira, dado que tem ali havido alguns avanços e recuos.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Antes de passar a palavra ao senhor Presidente da Câmara, a senhora Presidente da Assembleia Municipal, disse que a carta aberta foi enviada para o e-mail da assembleia municipal, tendo-lhe merecido todo o respeito, não a tendo reencaminhado para os membros da Assembleia efetivamente, porque ela poderia ser consultada, desculpando-se por esse facto.-----

-----Seguidamente, usou da palavra o senhor Presidente da Câmara respondendo a Luís Almeida, sobre a questão do hotel, dizendo que já reuniu com o senhor Neves Cardoso, e tendo referido que já foi aprovado o pedido de informação prévia. O projeto carece de alguma intervenção por parte do Município na rua, tendo sido mandado efetuar um levantamento topográfico para fazer um ajuste à rua e para alterar o saneamento básico que tem de ser feito em simultâneo com o decorrer da obra, uma vez que é pretensão do promotor que avance no início de 2018. A situação do hotel é esta. Trata-se de um hotel identificado como um hotel de quatro estrelas, sendo um projeto agradável dizendo ter a sensação de que vai avançar, finalmente, ao fim de catorze anos.-----

-----Quanto aos passeios da Cruz da Léguas, trata-se de um ajuste direto que está em curso e que terminará no final deste ano. Não irá ser feita a ligação a Albergaria, tendo que se lançar um novo ajuste direto.-----

-----**Rui Augusto Marques da Silva Pereira Neves (PS):**-----

-----Depois de cumprimentar todos os presentes referiu-se à extensão da ordem de trabalhos desta sessão, reputando-a de enormidade, razão pela qual tentaria ser breve e conciso.-----

-----Fez depois uma breve referencia à reunião de Câmara que teve lugar em S. Bento, referindo ter visto na ata da mesma que o senhor Presidente da Junta de S. Bento, disse e muito bem, que lamentava não ter lá todos os vereadores, no que diz respeito à parte social da manhã. Perguntou depois quais os fundos disponíveis a 16 de outubro, pedindo que lhe adiantasse um valor. Quanto à proteção civil, perguntou, para além das competências que tem, que a lei lhe confere como Presidente da Câmara, se tem alguém pensado para o cargo, pedindo que não ceda à tentação de o entregar a alguém só porque sim, porque os cargos da proteção civil já não são situações políticas, mas sim de responsabilidade e para pessoas com formação nessas áreas. Por fim, e referindo-se aos problemas da saúde, disse que os mesmos são velhos e que é uma preocupação que é transversal a todas as forças partidárias. Terminou depois enaltecendo os eventos dedicados ao Natal, dizendo que faz parte das funções dos membros desta Assembleia fiscalizar a atividade da Câmara e criticar ou enaltecer quando tal se justifique, e este é o caso. Este conjunto de iniciativas é sempre de enaltecer, dizendo ainda que espera que o Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso depois não se venha queixar com os montantes gastos, dizendo que esse dinheiro podia ter ido para Serro Ventoso ou para qualquer outra freguesia.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----**José Gabriel Pires Vala (PSD):**-----

-----Começando por cumprimentar todos os presentes, referiu-se à intervenção de Mário Cruz dizendo que ao que parece os resultados eleitorais ainda não foram digeridos. Quanto ao que ocorreu na campanha eleitoral, nomeadamente no que diz respeito aos atos de vandalismo praticados, está perfeitamente tranquilo nessa matéria. Quanto à grande retórica traçada por aquele membro da Assembleia o senhor Presidente da Câmara já lhe respondeu.-----

-----Prosseguiu depois, enaltecendo a grande iniciativa da Câmara Municipal, com a realização do Natal Encantado na vila de Porto de Mós, em parceria com a Junta de Freguesia de Porto de Mós, as coletividades e os comerciantes. Sem dúvida que foi uma excelente iniciativa, pensando a sério no comércio local que ansiava há muito por algo que trouxesse gente a Porto de Mós, que desse vida ao centro da vila, estando muito animados com a prenda de Natal desta ano, são os comentários que se ouvem. Também a iniciativa do *black friday* a 24 de novembro foi um sucesso, também graças às associações e coletividades que vieram abrilhantar e participar neste evento, estando os comerciantes muito agradados com esta iniciativa que nunca se havia realizado em Porto de Mós.-----

-----O senhor Presidente da Câmara passou a dizer quanto às palavras de Gabriel Vala que estas são iniciativas que o executivo pretende que tenham continuidade, de forma a dar uma nova vida ao comércio de Porto de Mós e sobretudo dar uma nova luz àquilo que é a vila.-----

-----Quanto à reunião de Câmara descentralizada que se realizou em S. Bento disse que o que foi falado aquando da marcação destas reuniões, foi que, sempre que houvesse disponibilidade dos senhores vereadores, estes iriam na visita que durante a manhã se faria à respetiva freguesia, almoçando depois a expensas próprias. Foi seu o lapso de não ter dito ou perguntado ao vereador Rui Marto, com quem teve uma reunião no dia anterior, se iria logo da parte da manhã, sendo certo que os vereadores não precisam de convite, pois isso já estava previamente acertado e estes iriam consoante a sua disponibilidade.-----

-----Relativamente à pergunta objetiva que o deputado municipal Rui Neves lhe colocou, disse que se iria passar para saldo orçamental para 2018, cerca de um milhão e meio de euros. Há data que lhe perguntou, havia cerca de quatro milhões, estando cabimentados os ajustes diretos para serem pagos, o que está a acontecer até final do ano, contando não passar com obra nem dívida para 2018 e portanto, como disse há pouco, as contas da Câmara estavam e vão continuar em ordem. -----

-----Sobre a proteção civil, disse que neste momento há duas pessoas na proteção civil, sendo uma delas o atual coordenador. O atual coordenador está em mobilidade no ICNF, tendo já recebido a informação de que a mobilidade será confirmada. A partir daqui terá que ser desencadeado um processo. Terá que ser uma pessoa licenciada, tendo-lhe sido recomendado que seja alguém que tenha formação na área florestal.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----**PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:**-----

-----Havendo público presente, a senhora Presidente da Assembleia passou a perguntar se alguém queria intervir inscrevendo-se **Cristina Rosa, Presidente da Assembleia Geral dos Bombeiros Voluntários de Juncal** e **Carlos Rosário, Presidente da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários do Juncal.**-----

-----**Cristina Rosa - Presidente da Assembleia Geral da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Juncal:**-----

-----Cumprimentando todos os presentes, iniciou a sua intervenção dizendo:-----

-----*Os órgãos sociais da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários do Juncal, assim como os elementos do Corpo Ativo aqui presentes e alguns cidadãos da freguesia do Juncal vêm até esta Assembleia Municipal, mostrar a sua indignação pela indiferença e pela dualidade de critérios com que o executivo da Câmara Municipal de Porto de Mós, está a tratar a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários do Juncal. Começava por usar, se me permitisse, as palavras usadas pela senhora Presidente da Assembleia: "esta casa é de todos e esta é a casa da democracia". Espero que no final desta Assembleia o executivo da Câmara prove que isso é verdade.*-----

-----*A Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários do Juncal fez em outubro passado 32 anos. Tivemos na nossa festa de aniversário, que é feita pela Direção, sempre a pensar no corpo ativo e nas suas famílias. É um motivo de comemoração e é para os elementos do corpo ativo que são feitas todas as celebrações que são feitas na sede da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários do Juncal. Pela primeira vez em dez anos, que é o tempo em que estou como voluntária e como Presidente da Assembleia Geral, foi a primeira vez que não tivemos na nossa mesa um representante da Câmara Municipal de Porto de Mós. O então Presidente João Salgueiro, estava de saída, disse que não tinha tempo para ir, não se fez representar, e o atual Presidente, senhor Jorge Vala, ainda não era Presidente e achou que não devia ir. Portanto a Câmara Municipal, que é o órgão máximo da proteção civil do nosso concelho, e que há 32 anos conta com o nosso corpo de bombeiros na proteção civil do concelho, que marca presença sempre que é solicitada em toda a região centro do país e muitas vezes em todo o país.*-----

-----*Começava por contextualizar a nossa presença aqui, hoje.*-----

-----*O concelho de Porto de Mós tem três corporações de bombeiros que são associações de carácter humanitário. Duas delas, a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários do Juncal e também a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Porto de Mós, candidataram-se em 2016 a um programa POSEUR 2020, porque precisavam de ampliar e melhorar as suas instalações, e como os projetos comunitários existem para as associações os utilizarem,*

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

candidataram-se, e felizmente foram os dois aceites. O da Associação de Porto de Mós foi aprovado mais cedo e o anterior executivo da Câmara atribuiu logo à Associação de Porto de Mós sessenta mil euros. O da Associação do Juncal foi aprovado no fim do terceiro trimestre do ano, por volta de setembro. O senhor Presidente João Salgueiro, na altura, disse que naquela altura já não podia ser, mas com certeza, qualquer que fosse o executivo no ano seguinte, com certeza que ia ter em consideração as obras a realizar na associação. Foi com imensa surpresa que o nosso Presidente da Direção na semana passada teve acesso à proposta de orçamento que vai ser hoje apresentado à Assembleia Municipal, quando olhou para as verbas atribuídas. As obras na Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários do Juncal foram ignoradas. Não está em nenhum ponto da proposta de orçamento a associação referida. A Associação de Porto de Mós que já tinha sessenta mil euros, tem trinta mil euros, e depois também me surpreende, mas fico-me pela surpresa, haver uma instituição de carácter social, mas não humanitário, contemplada com cem mil euros. A proposta de orçamento foi aprovada. O senhor deputado municipal Mário Cruz já referiu aqui que o executivo não deu com o devido tempo a proposta de orçamento aos vereadores. Mas se os vereadores da oposição que estão presentes na Câmara não têm as coisas a tempo não podem votar. -----

-----A nossa presença aqui hoje, não é por estarmos contra aquilo que o município deu às associações que estão referidas em proposta de orçamento. Nós estamos aqui hoje, para vos provar a dualidade de critérios com que este executivo está a tratar a associação humanitária. Porque é que duas associações humanitárias do concelho, que se candidatam com projetos de investimento para melhorar os seus espaços, uma é contemplada e a outra é ignorada. O que tenho para dizer estou à-vontade para o fazer, porque nunca ninguém me viu ligada a nenhum partido político - mas se calhar se estivesse também o podia dizer na mesma - nem em qualquer manifestação política de qualquer cor, nem verde, nem laranja, nem rosa. Portanto estou à-vontade para dizer o que tenho para dizer. Quando os partidos políticos ou as listas independentes, que este ano também existiram em algumas freguesias e até para a Câmara Municipal, constituem as suas listas, nós observamos que vão buscar pessoas das diferentes freguesias. E o que é que eu penso que isto tem como objetivo? É cada uma das pessoas defender, ou seja, puxar um bocadinho mais a brasa à sua sardinha. E realmente eu vejo aqui pessoas que puxam muito a brasa à sua sardinha mas vejo outras que devem gostar de sardinhas cruas. Porque é assim: temos na mesa, o senhor Presidente da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Porto de Mós que viu no orçamento contemplada a sua associação. A senhora Presidente da Assembleia Municipal, vê contemplada uma associação que também é da sua área de residência. Eu não sei onde é que andam as pessoas do Juncal. Não sei onde é que anda o senhor Presidente da Junta de Juncal, eu não sei onde é que anda o senhor Marco que foi eleito pela freguesia do Juncal. Não tenho nada contra as outras associações, mas não posso deixar a minha terra no esquecimento. Há 32 anos muita gente lutou para constituir a Associação de Bombeiros, ao longo de 32 anos, muita

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

gente trabalhou para a fazer crescer. É uma Associação que nos orgulha! Que sempre que há calamidades no concelho, na região centro, e no País, é chamada e marca presença, sempre desempenhando um trabalho brilhante. Porque é que é esquecida pela casa? Porque é que é esquecida pelo órgão máximo de proteção civil do concelho? Há bocadinho a senhora Presidente disse "não se brinca com a saúde das pessoas". Estamos a falar de uma associação que trabalha na área da saúde senhor Presidente da Câmara! -----

-----Várias pessoas já usaram aqui da palavra e muitas delas cumprimentaram os elementos do nosso corpo de bombeiros. Senhor Presidente da Câmara! O senhor já usou da palavra várias vezes e nunca dirigiu a palavra aos nossos elementos do Corpo de Bombeiros. O senhor que é o órgão máximo da proteção civil do concelho! Num ano em que tanto se falou de bombeiros, num ano em que decorreram calamidades gravíssimas nunca antes vistas no nosso país, eu espero sensibilizar esta Assembleia Municipal para a discriminação que nós estamos a sofrer. Senhor Presidente da Câmara não nos ignore! O senhor não sabe daquilo que nós somos capazes! Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Juncal! Quantos dos seus colegas aqui presentes não davam para ter uma corporação como a nossa nas suas sedes de freguesia. Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Juncal, o senhor já foi eleito há várias semanas! O senhor é o responsável pela proteção civil da freguesia! Quantas vezes já foi ao quartel? Ainda nunca foi ao nosso quartel falar com o nosso comandante. Relativamente à questão aqui falada e só para terminar, senhor Presidente da Câmara, a questão da proteção civil é muito importante, porque nós não queremos ver, daqui a uns anos, o nosso comandante sentado no banco dos réus. Os órgãos da proteção civil são pagos pelo Estado. Esses não se sentam no banco dos réus. O nosso comandante, esperamos também nunca o ver lá.-----

-----Senhores deputados municipais! Senhores Presidentes de Junta! Conto convosco para que a nossa associação seja lembrada no concelho de Porto de Mós e se faça justiça que não foi feita antes."-----

-----**Carlos Rosário – Presidente da Direção da Associação Humanitária dos Bombeiros do Juncal:**-----

-----Iniciou a sua intervenção cumprimentando todos os presentes. Seguidamente disse que estão aqui apenas por culpa do senhor Presidente da Câmara. Passou depois a ler o nº 1 do artigo 2º do Lei 32/2007 "As associações humanitárias de bombeiros, adiante abreviadamente designadas por associações, são pessoas coletivas sem fins lucrativos que têm como escopo principal a proteção de pessoas e bens, designadamente o socorro de feridos, doentes ou náufragos, e a extinção de incêndios, detendo e mantendo em atividade, para o efeito, um corpo de bombeiros voluntários ou misto, com observância do definido no regime jurídico dos corpos de bombeiros." e o artigo 3º "As associações adquirem personalidade jurídica e são reconhecidas como pessoas coletivas de utilidade pública administrativa com a sua constituição", a fim de esclarecer os

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

presentes, em que consiste um corpo de bombeiros. Continuou dizendo que, o senhor Presidente da Câmara terá que os ouvir, pois quando pediram para falar com ele, foram para a fila de espera. Referiu-se depois ao trabalho desenvolvido com os anteriores Presidentes de Câmara, dizendo que nunca teve de ir para a fila, e que era recebido de imediato, consoante a disponibilidade daqueles. Disse depois que, fez a carta aberta apenas dirigida aos vereadores e presidente da Câmara e à senhora Presidente da Assembleia, com um único propósito de chamar a atenção para os Bombeiros do Juncal por parte da Câmara estando a defender os seus interesses. Possivelmente esta carta foi ignorada. Disse ainda que ligou depois para o senhor Presidente da Câmara para o convidar a estar presente na festa de Natal dos Bombeiros do Juncal, tendo marcada uma reunião para dia 7. Quando chegou com o seu comandante dos Bombeiros, no dia 7 para ter essa reunião com o senhor Presidente, foi-lhe dito pelos seus secretários que, não tendo confirmado a reunião, o senhor Presidente encontrava-se ausente. Disse não saber que era preciso confirmar, mas que se viram que ele não ligava, deviam ter-lhe ligado para fazer essa confirmação. Continuou, dizendo à senhora Presidente da Assembleia que, depois de lhe ter enviado a carta aberta, que foi ignorada, esta pediu uma visita ao quartel dos bombeiros do Juncal no dia 16 de dezembro, que não foi aceite, exatamente por essas razões. Referiu-se ainda à resposta que lhe foi enviada pela senhora Presidente da Assembleia Municipal, lamentando a sua posição e não a percebendo. Assim, nesta conformidade e perante a falta de comunicação com a Câmara Municipal, foi tomada a decisão de se deslocarem hoje aqui, de forma a poderem em liberdade, dizer de sua justiça e questionar o porquê da discriminação de que estão a ser alvo. Referiu ainda que as pessoas ainda não perceberam o que são as corporações de bombeiros, nem a força que têm, não tendo ainda percebido também, como é que uma corporação de bombeiros vive. Este Município comprometeu-se a financiar esta corporação em trinta e cinco mil euros, tendo a mesma recebido cerca de vinte e nove mil euros. Há oito dias perguntou pelo restante dinheiro, porque há pessoas que querem receber ao fim do mês, não tendo recebido até hoje nenhuma transferência.--

-----Referiu-se depois ao POSEUR – programa a que se candidataram – que foi lançado por sete milhões de euros no país, tendo-se candidatado a ele quatrocentas associações, sendo o limite de investimento de quatrocentos mil euros. Tendo-se candidatado a corporação do Juncal, foi o projeto chumbado em fevereiro, não tendo ele enquanto Presidente da Direção aceitado esse chumbo e tendo ameaçado a NPC que mais nenhum carro sairia do Juncal para lado nenhum, mas apenas para dentro da freguesia, sendo aí a sua zona de intervenção. A candidatura foi entretanto reformulada e o projeto foi aprovado. Entretanto foi concedido o montante de sessenta mil euros aos bombeiros de Porto de Mós, relativamente a 15% da sua candidatura que havia sido já aprovada. Em conversa com o anterior Presidente de Câmara este garantiu que a corporação do Juncal teria a mesma percentagem que teve a de Porto de Mós, ou seja, 15%. Resumindo, o que pretende com a sua presença aqui, é que os deputados municipais tenham conhecimento desta situação e que decidam em consciência a aprovação do presente orçamento, sendo da sua

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

responsabilidade a execução das obras aprovadas na candidatura do POSEUR e para as quais a Câmara se comprometeu financiar em 15%, o que não fez.-----

-----Seguidamente, passou a usar da palavra o senhor Presidente da Câmara dizendo ao senhor Presidente da Direção que lhe fica mal fazer política utilizando para isso, o corpo de bombeiros. Respondendo aos bombeiros presentes na sala disse que relativamente às considerações que foram tecidas sobre os bombeiros de Porto de Mós, de facto os sessenta mil euros foram recebidos, tendo-lhe sido atribuídos este ano trinta mil e no próximo ano (2018) os restantes trinta mil. Não há aqui sessenta mais trinta, sendo bom que fiquem esclarecidos. No que diz respeito a toda esta questão, disse já saber que o senhor Presidente da Direção ignorava o Presidente da Câmara, mas o Presidente da Câmara, para além da obrigação que tem de não ignorar os bombeiros, e não ignora, tem a sensibilidade que alguns reconhecem, de ter sido bombeiro durante alguns anos e ter tido uma ligação forte à proteção civil também, a nível distrital. Disse depois que tem na sua posse uma carta que já estava feita, mas que quando soube que vinham aqui optou por falar com todos, porque esta é de facto a Casa da Democracia, tendo aqui, nesta carta, todas as questões respondidas, e que lhes será enviada na próxima segunda-feira. Antes de entrar nesta questão, disse que a ordem de pagamento já foi feita há alguns dias, até porque, como referiu há pouco, o dinheiro está disponível e não faria sentido não o utilizar. A questão que coloca é uma questão tão importante para os bombeiros como o é para o Município. O Município apoia todas as candidaturas da mesma forma, e apoiará a candidatura do Juncal quando o senhor Presidente da Direção se dignar fazer aquilo que é necessário ser feito. O executivo não gere o Município nas redes sociais, nem aos gritos. Isto tem trâmites legais e normais que têm de ser cumpridos. Portanto, quando o senhor Presidente da Direção dos Bombeiros do Juncal entregar no Município a cópia da candidatura aprovada, dado que o projeto entrou há poucos dias, far-se-á o cálculo e a proposta de protocolo, para receberem na mesma medida e na mesma percentagem que estão a receber os Bombeiros de Porto de Mós. Queria também dizer-lhe que isto está previsto no orçamento. A rubrica está aberta em "apoio a associações de bombeiros para investimento". Disse ter havido o cuidado de o fazer, mas não pode ser feito diretamente para uma associação que ainda não apresentou a cópia da candidatura. Continuou dizendo que aquilo que lhe pode dizer é que os Bombeiros do Juncal vão ser apoiados se o senhor Presidente da Direção quiser, na mesma medida em que estão a sê-lo, os Bombeiros de Porto de Mós. Que não haja dúvidas relativamente a isso e que fique claro. Disse ainda que este orçamento prevê o apoio na mesma medida em que estão a ser apoiados os bombeiros de Porto de Mós. Não estando lá a verba, reforça-se quando for necessário. -----

-----Quanto à última questão que colocou, disse achar ter havido aqui um mal-entendido, e quanto a isso faz *mea culpa*. Quando falou com ele ao telefone, confirmou a reunião indevidamente, porque nesse dia havia reunião de Câmara, e não associou o dia 7 à realização da

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

reunião de Câmara. Terminou dizendo que irá receber a resposta que elaborou e transmitir-lhe a dificuldade que tem em estar presente amanhã, fazendo no entanto todos os possíveis para estar, porque os bombeiros merecem isso. O Município de Porto de Mós vai apoiar a obra dos bombeiros do Juncal, na mesma medida em que apoia a dos bombeiros de Porto de Mós.-----

-----A senhora Presidente da Assembleia referiu depois que gostaria de deixar claro que para si os corpos de bombeiros são de uma extrema importância e que lhe merecem o maior respeito, dizendo que já homenageou os Bombeiros do Juncal e dizer ao senhor Presidente da Direção que quando marcou a ida a todos os quartéis de bombeiros do concelho foi no dia 13 de novembro, ou seja, muito antes de receber a carta aberta, foi no intuito de os ouvir e conhecer os seus anseios. Disse ainda que o e-mail foi através do e-mail institucional da Assembleia Municipal, mas assinado pela sua Presidente. Terminou desejando um Feliz Natal e um excelente Ano Novo a toda a corporação dos Bombeiros do Juncal, dizendo que era isso que iria lá fazer amanhã.-----

-----**ORDEM DE TRABALHOS:**-----

-----**1. Fixação das Taxas do Imposto Municipal de Imóveis (IMI) a cobrar em 2018: (apreciação, discussão e votação)**-----

-----Usando da palavra nos termos do Regimento da Assembleia Municipal, o senhor Presidente da Câmara passou a apresentar a proposta relativa ao ponto supra e que foi objeto de aprovação em reunião extraordinária da Câmara Municipal em 30.11.2017, e que a seguir se transcreve:-----

-----“Nos termos do nº 5, do artigo 112º, do Código do Imposto Municipal Sobre Imóveis (CIMI), os municípios fixam, mediante deliberação da Assembleia Municipal, a taxa a aplicar em cada ano, dentro do intervalo previsto na alínea c) do nº 1, do referido artigo e diploma legal, ou seja, entre 0.30% e 0.45% para prédios urbanos.-----

-----As deliberações da Assembleia Municipal, no âmbito do código do IMI, devem ser comunicadas à Direção Geral de Impostos, por transmissão eletrónica de dados, excecionalmente em ano de eleições autárquicas, até 31 de Dezembro.-----

-----Considerando que o baixo nível da tributação sobre o património edificado pode constituir, em certas situações, um fator de dinamização do mercado, potenciando a atratividade dos investidores, dos residentes e do turismo; -----

-----Considerando que foi proposta e aprovada pela Câmara Municipal, em reunião de 06 de Agosto de 2015, uma ARU – Área de Reabilitação Urbana, na zona histórica da Vila de Porto de Mós, que abrange 310 prédios urbanos, implantados numa área de 35.5 hectares, destinada a estimular investimentos e ações potenciadores de melhores condições socioeconómicas nesta

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

zona delimitada;-----

-----Considerando que a dimensão do agregado familiar tem relevância nas despesas inerentes ao prédio urbano e o município pretende inserir políticas de apoio à natalidade;-----

-----Proponho que o Executivo Municipal delibere:-----

-----Fixar a taxa do IMI em 0.30% (mínima legalmente possível) a incidir sobre o valor patrimonial dos prédios urbanos, prevista na alínea c), do nº1, do artigo 112º do CIMI;-----

-----Majorar em 20% a taxa referida no nº1 anterior, de acordo com o previsto no ponto 4.5 da referida ARU e nº8, do artigo 112º, do código do CIMI, a aplicar aos prédios que se encontrem degradados e situados dentro do perímetro da ARU, considerando-se como tais os que, face ao seu estado de conservação, não cumpram satisfatoriamente a sua função ou façam perigar a segurança de pessoas e bens;-----

-----Majorar em 30% a taxa referida no nº1 anterior, de acordo com o ponto 4.5 da referida ARU e nº 6, do referido artigo 112º do CIMI, a aplicar aos prédios urbanos que se encontrem em ruínas, dentro do limite urbano considerado na ARU, os prédios como tal definidos em diploma próprio;-----

-----Minorar em 10% a taxa do IMI referida no nº1 anterior, desde que satisfeitas as condicionantes referidas no ponto 4.7 da ARU, a aplicar aos prédios urbanos localizados nesta zona delimitada e que não se encontrem em ruína, degradados ou devolutos, de acordo com o previsto no nº 6, do artigo 112º, do CIMI;-----

-----Minorar em 10% a taxa do IMI referida no nº1 anterior, desde que satisfeitas as condicionantes referidas no ponto 4.7 da ARU, a aplicar aos prédios urbanos arrendados e localizados nesta zona delimitada, podendo ser cumulativa com a minoração referida no ponto 4 anterior, de acordo com o previsto no nº 7, do mesmo artigo do CIMI."-----

-----O senhor Presidente da Câmara, referiu que aquilo que se propõe, é exatamente o que está neste momento em vigor, ou seja a aplicação da taxa mínima com as majorações e minorações que acima se podem ver.-----

-----**Antonio Manuel de Sousa Pires (PSD):**-----

-----Começando por cumprimentar todos os presentes, nomeadamente os Bombeiros do Juncal, disse ser sempre com satisfação que vê publico nesta casa, sendo pena que só venham em situações estranhas e que deveriam vir mais vezes.-----

-----Sobre este ponto da ordem de trabalhos, disse que queria só pedir um esclarecimento ao executivo, sobre quais são as condicionantes referidas no ponto 4.7 da ARU.-----

-----O senhor Presidente da Câmara pediu ao senhor Vereador Rui Marto que fosse ele a responder, uma vez que tinha estado na génese da ARU.-----

-----O senhor Vereador Rui Marto, cumprimentando todos os presentes, passou depois a

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

responder que não sabe a ARU de cor, sabendo que há uma série de condicionantes com majorações e minorações mas acha que não tinha que vir preparado para uma situação destas.----

-----**Norberto Antonio Ferreira Nascimento Feteiro (AJSIM):**-----

-----Cumprimentando todos os presentes, passou a referir quanto a este ponto da ordem de trabalhos, que a sua bancada se congratula com o facto de ter sido aplicada a taxa mínima que já vem de anos anteriores. No entanto, disse ter-lhe surgido uma dúvida relativamente à situação dos prédios situados dentro do perímetro da ARU, em que a taxa pode ser majorada ou minorada e perguntar se essa situação está levantada em relação aos prédios que podem ser contemplados e se não forem verificados os pressupostos, quais vão ser os procedimentos para os classificar.-----

-----**Antonio Pereira Carvalho (PS):**-----

-----Cumprimentando todos os presentes, iniciou a sua intervenção dizendo que se está aqui a falar acerca do IMI a ser cobrado em 2018. Ele vem no seguimento do que tem sido prática nos anos anteriores, e a sua experiência, enquanto profissional, diz-lhe que é razoável, pois não pode ser mais baixo, e ter presente que os prédios já foram reavaliados em 2012. Em relação à questão que foi colocada, disse que se lhe for permitido, pode responder, porquanto esse é um procedimento administrativo por parte da Câmara e a Câmara comunica os dados diretamente à Administração Central que efetua os cálculos com base nesses dados. Passou depois a justificar o facto aprovar esta taxa mínima, dizendo que, o IMI foi atualizado em 2012 no sentido majorativo e no que diz respeito à antiguidade, houve muita gente que adquiriu prédios, sobretudo no início do ano 2000, com a intenção de vir a construir. Depois de rebaixar o valor desses prédios, fruto da crise, ficaram com duas situações, que foi a de pagar IMI, ou se quisessem vender realizarem menos valias. Quem teve de ficar com os prédios durante tanto tempo e obrigatoriamente a pagar impostos, justifica-se que a taxa a aplicar seja a mínima.-----

-----**José Gabriel Pires Vala (PSD):**-----

-----Congratulou-se com o facto de a taxa de IMI a aplicar, se situe no valor mínimo previsto na lei, dizendo que tal vem no seguimento do que tem acontecido nos anos anteriores, dando assim algum estímulo ao investimento. Disse depois que a sua bancada entende, tal como reclamava no passado, que isto não é suficiente, devendo ser um pouco mais ambiciosos, com a criação de condições que atraíssem mais famílias para Porto de Mós. Por isso reclamavam o IMI Familiar, que irá ser discutido no ponto seguinte, nunca tendo sido ouvidos. Apesar de não ser muito, seria mais algum benefício. Também muito se tem falado nestas assembleias acerca dos enormes valores que os contribuintes pagam, provocados pelos métodos de avaliação aplicados, e agora com uma dupla agravante do imposto extraordinário – sobretaxa de IMI – para quem tem património acima de determinado valor. Disse que queria deixar uma sugestão: os proprietários que estejam atentos e

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

sempre que possam, peçam a reavaliação dos seus imóveis. De três em três anos podem ser reavaliados. Basta que se dirijam à AT. Existem atualizações automáticas para agravar e não para desagravar. Por tudo isto a bancada do PSD votará esta proposta favoravelmente. -----

-----O senhor **Presidente da Câmara** passou a responder ao senhor deputado **Norberto Feteira**, dizendo que o levantamento está feito, tem sido atualizado anualmente pelos serviços da Câmara, e conforme foi dito, comunicado à Autoridade Tributária.-----

-----Não havendo mais pedidos de intervenção, foi o presente ponto da ordem de trabalhos - **Fixação das Taxas do Imposto Municipal de Imóveis (IMI) a cobrar em 2018** – posto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**.-----

-----**2. Redução da Taxa de Imposto Municipal de Imóveis em função do Agregado Familiar (IMI Familiar); (apreciação, discussão e votação)**-----

-----Usando da palavra nos termos do Regimento da Assembleia Municipal, o senhor Presidente da Câmara passou a apresentar a proposta relativa ao ponto supra e que foi objeto de aprovação em reunião extraordinária da Câmara Municipal em 30.11.2017, e que a seguir se transcreve:-----

-----"O Código do IMI prevê a possibilidade dos Municípios, mediante deliberação da Assembleia Municipal, nos casos de imóvel destinado a habitação própria e permanente coincidente com o domicílio fiscal do proprietário, fixarem uma redução da taxa para vigorar no ano a que respeita o imposto, atendendo ao número de dependentes que, nos termos do previsto no artigo 13º, do Código do IRS, compõem o agregado familiar do proprietário a 31 de dezembro;--

-----Considerando que, nos termos do nº 2 do artigo 112-Aº do CIMI, a deliberação da Assembleia Municipal deve ser comunicada à Autoridade Tributária e Aduaneira por transmissão eletrónica de dados, até 31 de Dezembro do ano a que o imposto de refere;-----

-----A Autoridade Tributária e Aduaneira promove, de forma automática e com base nos elementos de que dispõe, a execução da deliberação da Assembleia Municipal comunicada no prazo legal, tendo em conta o número de dependentes que integram o agregado familiar na declaração modelo 3 de IRS, cuja obrigação de entrega ocorre no ano a que respeita o IMI;-----

-----Proponho que o executivo municipal delibere, ao abrigo da alínea ccc) do nº1 do art.º 33º e das alíneas c) e d) do nº1 do artigo 25º, da Lei nº75/2013 de 12 de setembro, submeter a aprovação da Assembleia Municipal, a redução da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis para o prédios destinados a habitação própria e permanente, em função do número de dependentes que compõem o agregado familiar do sujeito passivo, para vigorar em 2018, de acordo com a seguinte tabela:-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

<i>Dependentes</i>	<i>Dedução Fixa</i>
1	20,00 €
2	40,00 €
3 ou mais	70,00 €

-----Por informação da Autoridade Tributária e Aduaneira, a presente medida consubstancia uma despesa fiscal no município de 68,480.00€ no ano 2018."-----

-----Disse ainda que esta é uma proposta que acha pertinente no atual momento, e que tem que ver com o que está consignado na lei, tratando a redução da taxa de IMI, em função do agregado familiar, conforme se pode ver supra.-----

-----**Filipe da Conceição Batista (Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra – JFAS):**-----

-----Interveio dizendo que queria dar os parabéns ao executivo, porque há um ano atrás o executivo achava que o IMI Familiar era completamente inviável. Importante mesmo não é o valor da verba em causa, mas o sinal que se está a dar às famílias, mostrando que o Município está atento a quem tem encargos com descendentes, considerando-o extremamente positivo, e esperando que esta medida possa continuar por muito tempo.-----

-----**José Gabriel Pires Vala (PSD):**-----

-----Usando da palavra disse achar esta medida interessante, pelo que a sua bancada a irá votar favoravelmente, até porque é uma medida de há muito reclamada e nunca, até agora, alcançada. Trata-se de uma medida de ajuda às famílias numerosas e de incentivo à baixa taxa de natalidade. Disse ainda que, esta medida deveria ter em conta não só o número de filhos, mas também o rendimento do agregado familiar. -----

-----**Mário Alberto Rosa da Cruz (AJSIM):**-----

-----Usando da palavra disse que relativamente a esta proposta o Grupo Municipal AJSIM votará favoravelmente. Neste momento a formulação do IMI Familiar é menos justa do que a formulação inicial. Continuou dizendo que, salvo erro, a proposta do IMI Familiar nesta Assembleia foi feita pela primeira vez em 2015 por ele próprio, e depois subscrita também pelo PSD, para aplicação em 2016. Apesar de tudo considera que a medida é um estímulo e faz todo o sentido.-----

-----**Antonio Pereira Carvalho (PS):**-----

-----Disse que esta é uma proposta que assenta a redução do IMI nos dependentes, não sabendo se isso é a mesma coisa que agregado familiar ou não. O valor não é muito significativo mas como já se disse, e bem, é um sinal, e os sinais, quando são positivos, são de acolher.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Acrescentou ainda que, como foi aqui colocada a questão do rendimento, dizer que já existe uma isenção total automática para os rendimentos das famílias que sejam inferiores a quinze mil duzentos e noventa e cinco euros anuais, e o valor dos imóveis não seja superior a sessenta e seis mil e quinhentos euros. Conjugando estas duas situações, têm isenção automática. Terminou dizendo que lhe parece uma proposta de aprovar.-----

-----Passou a usar da palavra o senhor Presidente da Câmara, referindo que se falou de um sinal, e realmente é um sinal que o executivo quer dar, no sentido de fixar pessoas e famílias, e certamente que nos próximos anos, irá dar outros sinais para garantir a inversão da perda de população que tem vindo a acontecer no concelho de Porto de Mós nos últimos anos.-----

-----Não havendo mais pedidos de intervenção, foi o presente ponto da ordem de trabalhos - **Redução da Taxa de Imposto Municipal de Imóveis em função do Agregado Familiar (IMI Familiar)** - posto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**.-----

-----3. Derrama Municipal 2018; (apreciação, discussão e votação) -----

-----Usando da palavra nos termos do Regimento da Assembleia Municipal, o senhor Presidente da Câmara passou a apresentar a proposta relativa ao ponto supra e que foi objeto de aprovação em reunião extraordinária da Câmara Municipal em 30.11.2017, e que a seguir se transcreve:-----

-----"Considerando que nos termos do n.º 1 do artigo 18.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, os municípios podem deliberar lançar anualmente uma derrama, até ao limite máximo de 1,5%, sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC), que corresponda à proporção do rendimento gerado na sua área geográfica por sujeitos passivos residentes em território português que exerçam, a título principal, uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola e não residentes com estabelecimento estável nesse território.-----

-----Considerando que nos termos do n.º 4 do artigo 18.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, os municípios podem deliberar lançar uma taxa reduzida de derrama para os sujeitos passivos com um volume de negócios que não ultrapasse no ano anterior 150.000,00€.-----

-----Considerando a necessidade de dotar o Município dos recursos financeiros necessários de modo a dar continuidade a obras infraestruturantes do Concelho.-----

-----Considerando a necessidade de dotar o Município dos recursos necessários para fazer face à execução das diversas obras financiadas ao abrigo Portugal 2020, na parte não financiada, nomeadamente a ampliação da Área de Localização Empresarial de Porto de Mós.-----

-----Proponho que o Executivo Municipal delibere propor à Assembleia Municipal a aprovação

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

do lançamento de uma derrama sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC) relativo ao ano de 2017, que corresponde à proporção do rendimento gerado na área do Município de Porto de Mós, por sujeitos passivos residentes em território português que exerçam, a título principal, uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola e não residentes com estabelecimento estável nesse território, para reforço da capacidade financeira do Município nas seguintes taxas:-----

-----a) – Taxa Normal: 1,30 %, a incidir sobre os lucros das Pessoas Coletivas com um volume de negócios superior a 150.000,00€.-----

-----b) – Taxa Reduzida: 0,90 %, a incidir sobre os lucros das Pessoas Coletivas com um volume de negócios igual ou inferior a 150.000,00€.-----

-----c) – Taxa Zero: Isenção, nos termos do n.º 2 do artigo 16º da Lei supra mencionada, para sujeitos passivos que em 2018 fixem a sua sede, por constituição ou alteração, no Concelho de Porto de Mós, e criem e mantenham, no mínimo, 3 (três) postos de trabalho."-----

-----Terminou dizendo que esta proposta vai na linha da que está hoje em vigor Disse depois que, infelizmente ainda não há contactos para instalação de novas empresas, sendo esse um sinal que terá de ser dado no futuro, para conseguir atrair, não apenas empresas, mas atrair as melhores empresas. Neste momento há no Parque Industrial de Porto de Mós um leque de boas empresas, resultado também da proposta de derrama que está em vigor, cuja preocupação, quer do executivo, quer da Assembleia Municipal, deve ser, ter uma melhor oferta que os concelhos vizinhos.-----

-----**Antonio Manuel dos Santos Carreira (AJSIM):**-----

-----Interveio passando a cumprimentar todos os presentes, e dizendo que foi a primeira vez que foi eleito para a Assembleia Municipal, sendo esta também a sua primeira intervenção neste órgão. Disse que sua bancada concorda com o teor da presente proposta perguntando no entanto, quanto à alínea c), por quanto tempo é que os três postos de trabalho têm de ser mantidos.-----

-----**Antonio Pereira Carvalho (PS):**-----

-----Usando da palavra referiu que esta é uma proposta que vem na linha da que está neste momento em vigor, achando que está adequada à realidade do concelho, pelo que merecerá o seu voto favorável.-----

-----**José Gabriel Pires Vala (PSD):**-----

-----Em relação à taxa de derrama a aplicar às empresas em 2018 quanto ao seu exercício em 2017, disse que as propostas agora apresentadas a esta Assembleia, são iguais as aplicadas no

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

exercício anterior. Durante alguns anos, foi insistentemente proposto pelo PSD, que as taxas de derrama fossem escalonadas de forma a criar alguma justiça entre as empresas de maior e menor dimensão, também no sentido de atrair empresas e emprego para o concelho. Nesta conformidade, disse entender que as taxas propostas devem ser aprovadas.-----

-----O senhor Presidente da Câmara passou a responder ao senhor deputado municipal António Carreira, dizendo que, quanto à questão colocada, não há obrigatoriedade de tempo. É anual. No ano seguinte se a empresa mudar a sede, passará a ser taxada.-----

-----Não havendo mais pedidos de intervenção, foi o presente ponto da ordem de trabalhos - **Derrama Municipal 2018** – posto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**.-----

-----**4. Participação no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS): (apreciação, discussão e votação)**-----

-----Usando da palavra nos termos do Regimento da Assembleia Municipal, o senhor Presidente da Câmara passou a apresentar a proposta relativa ao ponto supra e que foi objeto de aprovação em reunião extraordinária da Câmara Municipal em 30.11.2017, e que a seguir se transcreve:-----

-----“De acordo com o artigo 26º, da Lei nº 73/2013, de 03 de Setembro, que estabelece o regime financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Internacionais, os Municípios têm direito, em cada ano, a uma participação variável até 5% do IRS pago pelos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial, relativa aos rendimentos do ano imediatamente anterior, calculada sobre a respetiva coleta líquida das deduções previstas no nº1, do artigo 78º, do código do IRS.-----

-----De acordo com a lei, a participação acima referida, sobre a percentagem do IRS, depende da deliberação da Assembleia Municipal, sobre proposta da Câmara Municipal.-----

-----Considerando que o Município tem uma estratégia de equilíbrio financeiro horizontal e vertical dos seus recursos públicos, a devolução de receitas às famílias surgirá sempre que não coloque em causa essa mesma estratégia;-----

-----Considerando que o executivo municipal tem de satisfazer grandes obras planeadas em infraestruturas municipais, bem como investir em áreas fundamentais para o desenvolvimento do concelho enquanto município carenciado a nível turístico e cultural;-----

-----Proponho que o Executivo Municipal delibere definir em 5% a participação do Município na receita do IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na circunscrição territorial do Concelho de Porto de Mós, referente aos rendimentos do ano 2018, a fim de remeter a presente proposta para apreciação e aprovação na Assembleia Municipal, nos termos do disposto na alínea c), do nº 1, do

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

artigo 25º, da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro."-----

-----O senhor Presidente da Câmara continuou a usar da palavra dizendo que, na sequência do que tem vindo a ser aqui dito, foi entendimento do Município, que neste momento não há condições para, de uma forma palpável e minimamente sustentada, se fazer qualquer tipo de devolução. Neste sentido, disse ter assumido em conjunto com o restante executivo, um compromisso para 2019, dando esse sinal aos munícipes do concelho de Porto de Mós, ou seja a devolução de parte do IRS aos munícipes, pretendendo fazê-lo em 2%, sendo este um compromisso que aqui deixa em nome de todo o executivo, aos senhores deputados municipais.-----

-----O Orçamento de 2018 tem algumas condicionantes e tem sobretudo algumas opções, e estas opções tendo sido feitas, como por exemplo, o reforço significativo das transferências para as Juntas de Freguesia, não permitem a devolução de qualquer valor às famílias, reforçando que o mesmo será feito no ano de 2019.-----

-----**Antonio Pereira Carvalho (PS):**-----

-----Começou por referir que os municípios têm direito em cada ano, a uma comparticipação variável até 5% do IRS pago pelos sujeitos passivos que tiverem domicílio fiscal nesse concelho. Esta participação, depende da deliberação da Assembleia Municipal sendo proposta pela Câmara. Depois de um grande esforço financeiro, com agravamento de salários, agravamento de pensões e grande aumento de uma carga fiscal, ultimamente tem vindo a ser reduzida, como reconhecidamente se compreende, atendendo à situação económica que o país vai atravessando. Por outro lado, e adicionalmente a esta situação financeira, o município tem, reconhecidamente, uma sólida situação financeira, que lhe permite claramente fazer alguma devolução em termos de IRS. A página 3 do relatório do orçamento, que tem 13 páginas, diz que o município prevê receber seiscentos e setenta mil duzentos e setenta e nove euros. Por outro lado, no corpo da proposta, diz a Câmara que "*...a devolução de receitas às famílias surgirá sempre que não coloque em causa essa mesma estratégia.*" Será que a devolução de 0,5% ou de 1%, significando sessenta ou cento e trinta mil euros, põe em causa o equilíbrio financeiro da Câmara? Continuou dizendo que não lhe parece que tal sirva de justificação, até porque se diz algures "*dado o grande número de investimentos*". Ora confrontando o número de investimentos previstos para 2018 e os de 2017, verificou que os de 2017 eram superiores. Confrontou ainda as receitas previstas em termos de transferências de capital, tendo verificado que as de 2018 são superiores às de 2017, ou seja, com menos investimentos ainda há mais receitas. Terminou dizendo que não poderá votar favoravelmente esta proposta.-----

-----**Antonio Manuel de Sousa Pires (PSD):**-----

-----Começou por dizer que, sobre este assunto, e os membros da Assembleia que estavam cá

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

no ano passado, sabem que esta foi uma situação pela qual ele próprio se bateu, pelo menos durante o período da crise. Se, como disse agora o anterior interveniente, faz sentido a devolução de parte do IRS quando a economia está melhor, quando as pessoas têm mais dinheiro no bolso, então o que é que seria, quando a Câmara, que estava bem no passado, e as pessoas tinham menos dinheiro. Nessa altura é que faria todo o sentido a devolução de parte do IRS. Acrescentou ainda que, não está com isso a dizer que, nos dias de hoje, não fará sentido. O senhor Presidente da Câmara e todo o executivo, já assumiram aqui um compromisso, de devolver em 2019 não 0,5% mas sim 2%. O que significa que, daquilo que o senhor deputado Antonio Carvalho acabou de dizer, no próximo ano será devolvido o dobro. Terminou dizendo que, iria dar o benefício da dúvida ao executivo, acreditando naquilo que disse o senhor Presidente da Câmara e votando favoravelmente esta proposta.-----

-----**Mário Alberto Rosa da Cruz (AJSIM):**-----

-----Iniciou a sua intervenção dizendo que esta proposta, vinda do executivo do PSD, tem a sua graça, porque de facto e como muito bem disse o deputado António Pires clamou-se aqui fortemente, pela devolução da receita de IRS, achando piada ao volte face da argumentação, dizendo que, na altura em que havia pouco dinheiro é que fazia sentido. Continuou dizendo que na altura em que era preciso consolidar contas publicas é que fazia sentido. Agora que as contas estão consolidadas não faz sentido. Mas ainda pior, como disse e bem o deputado António Carvalho, quando se vai ler a fundamentação da não devolução da receita, quando olhada a proposta de orçamento, então ainda é mais desastrosa a argumentação do PSD. Para já impõe-se saber que obras estruturais é que se põem em causa com umas décimas percentuais de devolução do IRS. Mas mais, aprova-se, e bem, o IMI Familiar, que é um imposto cego, como o PSD disse e bem, e não se aprova a devolução do IRS a pessoas singulares, que é potencialmente um imposto mais justo do ponto de vista social. O IMI Familiar vai beneficiar os proprietários, e a eventual devolução do IRS, resultaria numa verdadeira justiça social, por ser universal. Continuou dizendo que se transferiu essa devolução para 2019 não tendo percebido se a mesma se processaria já nesse ano, ou se seria aprovada em 2019 para vigorar em 2020, falando-se numa devolução de 2%, e dizendo que isso cheira a preparação eleitoral.-----

-----Usando da palavra o senhor Presidente passou a responder aos anteriores intervenientes, dizendo que em relação a esta questão do IRS, o entendimento do executivo foi este. A grande parte das grandes obras, são obras reprogramadas, tendo que se avançar com elas, constituindo um forte peso de investimento por parte do Município. Continuou dizendo que, como disse Antonio Pires, é estranho que num momento em que as pessoas estão melhor, sentindo algum alívio em termos de carga fiscal, os senhores deputados do PS digam, que agora é que é importante devolver-se IRS. Relembrou que foram utilizados os mais variados argumentos para nunca se

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

devolver IRS, e nomeadamente alguns deles tinham que ver a opção de, ou devolve-se IRS ou não se dá apoio às instituições culturais e desportivas, porque não se pode fazer as duas coisas. O compromisso que assumiu, foi assumido pelo executivo para aprovar em 2018, e para produzir efeitos em 2019. Independentemente de dizerem se é ou não campanha eleitoral, em qualquer momento é útil e bom, que esta medida seja implementada. Pena que não tenha sido implementada nos últimos anos, porque provavelmente hoje, estar-se-ia em condições de repetir aquilo que se fez. Terminou dizendo que está espelhado no orçamento aquilo que é o propósito do executivo para 2018.-----

-----Não havendo mais pedidos de intervenção, foi o presente ponto da ordem de trabalhos - **Participação no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS)** – posto a votação, tendo a proposta apresentada pela Câmara Municipal sido **rejeitada por maioria, com 16 (dezasseis) votos contra, 1 (uma) abstenção e 14 (catorze) votos a favor.**-----

-----O senhor deputado municipal **Mário Cruz** pediu a palavra para dizer que, face à rejeição da proposta apresentada pela Câmara Municipal, os Grupos Municipais do Partido Socialista e AJSIM apresentam uma Recomendação à Câmara Municipal. que fizeram chegar à mesa da Assembleia, requerendo a sua apreciação, e que a seguir se transcreve:-----

RECOMENDAÇÃO

-----De acordo com o artigo 26º da Lei nº 73/2013, de 03 de setembro, que regulamenta o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, os municípios têm direito em cada ano, a uma participação variável, até ao limite máximo de 5% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial, relativa aos rendimentos do ano imediatamente anterior, calculada sobre a respetiva coleta líquida das deduções previstas no nº 1 do artigo 78º do Código do IRS.-----

-----Da conjugação deste preceito com o artigo 25º, nº 1, alínea c) do Lei 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal pode no âmbito das suas competências próprias, formular propostas em matéria de poderes tributários do município.-----

-----Assim e considerando:-----

-----a) Que as políticas fiscais podem ser dinamizadoras da economia local;-----

-----b) Que o Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares é transversal e que os incentivos fiscais abrangem todos os sujeitos passivos deste imposto (à exceção dos casos de isenção subjetiva);-----

-----c) Que socialmente a devolução de parte do IRS se mostra uma medida de maior equidade e justiça social;-----

-----d) Que as grandes obras planeadas têm o seu financiamento assegurado por via de fundos

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

comunitários e bem assim de um quadro orçamental pré-existente equilibrado;-----

-----e) Que se deverá compensar não apenas os proprietários de imóveis (caso de IMI Familiar), mas todos os residentes, onde se incluem os empresários em nome individual:-----

-----Propõe-se que a participação do Município na receita de IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial do concelho de Porto de Mós, referente aos rendimentos auferidos no ano fiscal de 2018, seja de 4,75%, devolvendo-se os restantes 0,25% aos sujeitos passivos suprarreferidos".-----

-----Depois de lida a presente recomendação pela senhora Presidente da Assembleia, pediu para usar da palavra Filipe da Conceição Batista (Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra – JFAS) e Antonio Manuel de Sousa Pires (PSD):-----

-----**Filipe da Conceição Batista** no uso da palavra começou por dizer que a questão que gostaria de colocar é se esta recomendação terá sido feita em termos do executivo, uma vez que há representantes do AJSIM e do Partido Socialista no executivo. Perguntou se esta proposta foi colocada ao executivo, pois verificou que o Movimento AJSIM se absteve na reunião de Câmara, realçando que se poderia ter poupado aqui algum tempo, se as coisas tivessem sido pensadas de outra forma.-----

-----**António Manuel Sousa Pires (PSD)** usando também da palavra, referiu que agora tem aqui uma dúvida – este documento é uma proposta ou é uma recomendação, perguntou.-----

-----A senhora Presidente da Assembleia Municipal respondeu que os subscritores do documento quando o entregaram, referiram que se trata de uma recomendação e não de uma proposta.-----

-----Continuando a sua intervenção, Antonio Manuel Sousa Pires manifestou a sua preocupação sobre o procedimento a adotar, uma vez que a Câmara tem de informar a Autoridade Tributária do valor da taxa aplicável até 31 de dezembro. Prosseguiu dizendo que, sendo essa apenas uma recomendação, não há proposta aprovada na Assembleia Municipal.-----

-----A senhora Presidente da Assembleia Municipal reiterou o anteriormente dito, reforçando que os subscritores do documento - AJSIM e Partido Socialista – aquando da sua entrega à mesa, o fizeram como recomendação, dizendo que o documento será votado como tal.-----

-----**Antonio Manuel Sousa Pires** disse ainda que, não foi ele que andou aqui a apregoar estes anos todos que a saúde financeira da Câmara de Porto de Mós estava muito bem. Por tudo isso

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que aqui ouviu, o executivo municipal não teve troika, mas não se preocupou com a troika no bolso dos munícipes e durante estes anos todos nunca mexeu nesta taxa, nunca tendo devolvido um cêntimo aos munícipes. Perguntou que sentido faz agora estar-se a recomendar a devolução de 0,25%, dizendo achar que se trata apenas estar a fazer política. Fazendo suas as palavras do Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra, perguntou que sentido faz, quando a bancada que apresenta essa recomendação, estava em minoria no executivo.-----

-----O senhor Presidente da Câmara passou a responder dizendo que, em reunião de Câmara, os senhores vereadores do Partido Socialista fizeram uma proposta de devolução de 0.5%, de forma oral. O que foi entendimento dos vereadores do PSD, foi que 0.5% iria ter um reflexo diminuto nas contas das pessoas e que seria mais importante fazê-lo mais à frente de forma mais significativa. Disse entender a proposta com um carácter político, e dentro do espírito democrático, aceita a recomendação.-----

-----Foi seguidamente **colocada a votação a recomendação acima transcrita, tendo a mesma sido aprovada por maioria com 16 (dezasseis) votos a favor e 15 (quinze) votos contra.**-----

-----**Rui Augusto Pereira Neves (PS)**, pediu a palavra dizendo que, não se trata aqui de nenhuma posição face àquilo que foi aqui dito pelo PSD, de querer, daqui a dois anos, devolver 2% aos munícipes, pois o que os subscritores da recomendação propõem é a devolução de 0.25% durante quatro anos, o que dá para acomodar a perda de receita, progressivamente, do que 2% duma vez só. Perde-se trezentos mil euros no ano de 2019, quando pode planear durante quatro anos essa perda de receita. Não tem nada de político.-----

-----**5. Fixação da TMDP – Taxa Municipal por Direitos de Passagem; (apreciação, discussão e votação)**-----

-----Usando da palavra nos termos do Regimento da Assembleia Municipal, o senhor Presidente da Câmara passou a apresentar a proposta relativa ao ponto supra e que foi objeto de aprovação em reunião extraordinária da Câmara Municipal em 30.11.2017, e que a seguir se transcreve:-----

-----“De acordo com o artigo 106.º da Lei n.º 51/2011, de 13 de setembro, os Municípios podem estabelecer uma taxa pela passagem e atravessamento do domínio público e privado municipal, por sistemas, equipamentos e demais recursos destinados ao estabelecimento de redes de comunicações eletrónicas.-----

-----Esta taxa municipal por direitos de passagem (TMDP) é aprovada anualmente, até ao fim do mês de Dezembro do ano anterior a que se destina a sua vigência e não pode ultrapassar o

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

percentual de 0,25%.

A taxa será aplicada a cada fatura emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas aos clientes finais do Município.

De acordo com a lei, compete à Assembleia Municipal estabelecer e fixar os quantitativos das taxas municipais, devendo a Câmara Municipal apresentar as suas propostas.

Nestes termos e de acordo com a alínea b) do nº 1 do artigo 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, proponho ao Executivo Municipal que delibere submeter à apreciação e decisão da Assembleia Municipal a fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem em 0,25% para o próximo ano de 2018.

Antonio Manuel de Sousa Pires (PSD):

Usando da palavra, disse que sobre este ponto só queria fazer uma recomendação, como já o fez no passado, de que a Câmara alertasse as empresas de que, quando colocam os cabos pelo menos os mantenham esticados, evitando um efeito de estendal, o que não dignifica a imagem do concelho.

Não havendo mais pedidos de intervenção, foi o presente ponto da ordem de trabalhos - **Fixação da TMDP – Taxa Municipal por Direitos de Passagem** – posto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**.

6. Orçamento da Receita e da Despesa para o Ano de 2018, Quadro Plurianual de programação orçamental 2018/2021; 7. Medidas de execução do orçamento para o ano de 2018; 8. Grandes Opções do Plano para o Ano de 2018/2021; (apreciação, discussão e votação)

A senhora Presidente da Assembleia Municipal referiu que os três pontos supra serão apreciados e discutidos em conjunto, sendo depois votados separadamente, atendendo à natureza intrínseca dos mesmos.

Prosseguiu depois, dizendo que chegou entretanto à Mesa da Assembleia Municipal, uma recomendação dos deputados municipais eleitos pelo Partido Socialista e pelo Movimento Independente AJSIM, do seguinte teor, e que passou a ler:

RECOMENDAÇÃO

“Os deputados municipais eleitos pelo Partido Socialista e pelo Movimento Independente AJSIM propõem uma recomendação à Câmara Municipal, de alteração do Orçamento de 2018, já em fevereiro, para assegurar a verba necessária em falta para executar a obra de ampliação e remodelação do Quartel dos Bombeiros do Juncal, de forma a não comprometer a sua execução, no valor de quarenta e nove mil euros (€ 49 000.00).

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Face à elevada importância desta projeto para a segurança das nossas populações, equidade entre corporações, melhoria de condições para os nossos Bombeiros e sendo uma obra que já se encontra com financiamento aprovado em 85% da obra pela entidade POSEUR-2020, consideramos de elementar justiça que esta verba seja atribuída à Corporação dos Bombeiros do Juncal.-----

-----Porto de Mós, 15 de Dezembro de 2017. (assinaturas)" -----

-----Abriu depois um período destinado à discussão da presente recomendação.-----

-----**Antonio Manuel Sousa Pires (PSD):**-----

-----Usando da palavra disse que esta recomendação, se não falar em valores, e no seguimento do que já foi dito pelo senhor Presidente da Câmara acerca desse assunto, até o PSD a subscreve. Não se pode estar a falar em valores se não se conhecem efetivamente, nem se o projeto está aprovado ou não. Não pode se estar a votar uma proposta onde constam quarenta e nove mil euros, não lhe parece correto, porque não sabe o valor do projeto. Terminou dizendo ser a favor dessa proposta, desde que a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários do Juncal tenha o mesmo tratamento que teve a de Porto de Mós. Se a questão dos valores for alterada a bancada do PSD votará favoravelmente essa proposta de recomendação.-----

-----**David Miguel Feteira Salgueiro (PS):**-----

-----Usando da palavra, disse querer reforçar que 15% é para que o critério que foi aplicado aos Bombeiros de Porto de Mós, seja o mesmo a ser aplicado aos Bombeiros do Juncal. O projeto é público e deu muito trabalho a muita gente fazer com que o projeto viesse para o Juncal, bem como a sua aprovação, sendo uma mais-valia para todo o concelho. É uma necessidade para este concelho ter esta infraestrutura, face à área geográfica que abrange. Disse ainda que, não havia necessidade de estes bombeiros estarem aqui hoje nestas circunstâncias, pois o problema já devia estar resolvido. Referiu que não quer dizer que o senhor Presidente tenha tido má-fé, mas a boa-fé também não acredita que seja tanta quanto isso, porque estes homens e estas mulheres deveriam estar nas suas casas, e nos dias adequados, a trabalhar no Quartel dos Bombeiros. A porta deveria estar aberta, deveria haver prioridades, entendimento, e ouvir as necessidades das pessoas, esperando que isso comece a acontecer como sempre aconteceu até agora, e que essa recomendação seja tomada em consideração, pois se não for, pode-se por em causa o atual financiamento do projeto. Se não for efetuado já para o início de fevereiro, quando tem essa possibilidade, pode-se pôr em causa que a restante verba que está cofinanciada não seja exequível. Por isso aqui se deixa a recomendação, esperando que haja de facto bom senso e que haja uma ligação mais direta, tanto da parte do executivo como da parte da Junta de Freguesia. Disse ainda que na altura da campanha eleitoral foi visitar o quartel, conjuntamente com os outros

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

membros da sua lista, para saber as condições existentes. Dirigindo-se ao senhor Presidente da Câmara disse que tem de ser mais acessível, por forma a que situações destas não voltem a acontecer, lamentando imenso as horas que estes bombeiros aqui estão, em virtude de não haver uma abertura diferente. Uma vez que há condições financeiras não condicionando de forma nenhuma o orçamento, o projeto só não avançará se não houver abertura da parte do executivo.--

-----**Mário Alberto Rosa da Cruz (AJSIM):**-----

-----Disse que, em primeiro lugar não tem nada contra esta recomendação. A segunda coisa que queria aqui afirmar e apelando diretamente para a Corporação de Bombeiros Voluntários do Juncal, é que o Movimento Independente AJSIM, efetivamente, está empenhado na defesa dos interesses desta Associação, não interessando aqui as razões internas que levaram à votação que foi expressa na reunião de Câmara por parte dos vereadores eleitos pelo AJSIM, porque esse é um problema do Movimento e não desta Assembleia. Concluiu dizendo que o orçamento deveria ter sido escrutinado doutra forma, dizendo ser da mais elementar justiça e do mais elementar bom senso apoiar esta corporação como o senhor Presidente da Direção bem o descreveu. -----

-----**Antonio José Jesus Ferreira (PSD):**-----

-----Cumprimentou todos os presentes, deixando um cumprimento especial aos bombeiros presentes na sala, dado que esta também é uma causa que lhe é muito cara.-----

-----Relativamente a este assunto, passou a dizer que, depois de ouvir tudo o que já aqui se disse, ficou com a sensação que andam todos distraídos. Trata-se aqui de uma sequência de mal entendidos, não fazendo sentido nenhum, especialmente porque se está aqui a tratar de instituições. Disse que ficou com a sensação, de que ninguém percebeu nada disto, e o mais grave é falar-se sobre assuntos que no mínimo, deviam ter sido estudados. Disse que passaria a fazer um pequeno enquadramento, sendo isto muito fácil de resolver. Os Bombeiros de Porto de Mós e os Bombeiros do Juncal candidataram-se, no âmbito de um programa do Portugal 2020, que é o POSEUR. Foram os dois premiados com a aprovação da candidatura. Porto de Mós teve a sua candidatura aprovada no final de dezembro de 2016. Apresentado o termo de aceitação, foi o mesmo assinado. Os Bombeiros de Porto de Mós fizeram, formalmente, um pedido à Câmara, entregando o termo de aceitação, para que a Câmara comparticipasse com o que entendesse, apoiar esta obra. Esta obra foi apoiada pela Câmara após este pedido, tendo esta definido uma fórmula de apoio à Associação de Porto de Mós. A fórmula diz o seguinte: A Câmara Municipal de Porto de Mós apoia as obras dos Bombeiros Voluntários de Porto de Mós, em 40% do valor não elegível. O que é que quer dizer com isto? Numa candidatura há o valor que é elegível e há o valor que não é elegível. O valor global pode não ser todo elegível, que é o caso de Porto de Mós. Porto de Mós fez uma candidatura com o valor global de quatrocentos e um mil e seiscentos euros, incluindo o IVA, porque esta candidatura apoia o IVA, que é a 6%, e a Câmara Municipal de Porto

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de Mós, decidiu, por unanimidade, em apoiar a obra em 40% do valor não elegível. Disse ainda que, também foi vereador no anterior mandato e apenas tinha conhecimento informal que os Bombeiros do Juncal se candidataram, bem como teve conhecimento de que a candidatura foi aprovada em fevereiro de 2017. De fevereiro até dezembro – e ele foi vereador até outubro – não entrou na Câmara Municipal de Porto de Mós, e o atual Presidente da Câmara já o afirmou, o termo de aceitação, embora o senhor Presidente da Direção afirmasse que o mesmo já lá se encontrava, bem como nunca teve conhecimento de nenhum pedido de apoio da parte dos Bombeiros do Juncal. Quando o apoio aos Bombeiros de Porto de Mós foi aprovado pela Câmara, a ideia era que o apoio ao Juncal se processasse nos mesmos termos. Prosseguiu dizendo que não percebe porque é que anteriormente isso nunca chegou. Estas coisas têm de ser tratadas de forma formal e não no facebook ou no twitter. Terminou dizendo que era consensual, em todo o anterior executivo, que o apoio aos Bombeiros do Juncal se processaria nos mesmos termos em que foi feito aos Bombeiros de Porto de Mós. Referindo-se à atual proposta de orçamento disse que, a verba está aberta e que eventualmente o atual executivo não o cabimentou porque não o conhece. Portanto, concluiu, os critérios para o apoio são estes, 40% do não elegível, porque não pode haver duplicação de apoios.-----

-----A senhora Presidente da Assembleia Municipal perguntou se a recomendação que foi apresentada se mantém nos exatos termos em que o foi, tendo-lhe sido respondido pelos subscritores, que se retiraria a referencia a valores, ficando a mesma com a seguinte redação:-----

-----RECOMENDAÇÃO-----

-----“Os deputados municipais eleitos pelo Partido Socialista e pelo Movimento Independente AJSIM propõem uma recomendação à Câmara Municipal, de alteração do Orçamento de 2018, já em fevereiro, para assegurar a verba necessária em falta para executar a obra de ampliação e remodelação do Quartel dos Bombeiros do Juncal, de forma a não comprometer a sua execução. -----Face à elevada importância desta projeto para a segurança das nossas populações, equidade entre corporações, melhoria de condições para os nossos Bombeiros e sendo uma obra que já se encontra com financiamento aprovado em 85% da obra pela entidade POSEUR-2020, consideramos de elementar justiça que esta verba seja atribuída à Corporação dos Bombeiros do Juncal.-----

-----Porto de Mós, 15 de Dezembro de 2017. (assinaturas)-----

-----Posteriormente deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara que disse já ter feito a sua intervenção sobre este assunto, voltando a reiterar o que disse: o município está disponível para apoiar a execução na parte não elegível, conforme já afirmou. O que é fundamental é que façam chegar, quer o pedido, quer a candidatura.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Não havendo mais pedidos de intervenção foi a **presente recomendação, na sua redação final, posta a votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.**-----

-----Seguidamente, o senhor Presidente da Câmara passou a usar da palavra passando a apresentar a proposta de orçamento e as grandes opções do plano para 2018, bem como as medidas de execução orçamental.-----

-----Começou por dizer mais uma vez que, definitivamente queria deixar claro que, os Bombeiros do Juncal têm, como sempre tiveram, garantido o financiamento para a obra de requalificação do seu quartel, conforme foi aprovado. No momento em que a Direção do Bombeiros do Juncal apresentar na Câmara o pedido de financiamento acompanhado da candidatura aprovada, a verba aberta em orçamento será reforçada com o necessário, de acordo com aquilo que está aprovado nesta recomendação.-----

-----Prosseguiu dizendo que, o executivo preparou um orçamento tendo por base a afirmação do concelho quer a nível da cultura, quer a nível de turismo da natureza, quer a nível de desporto de natureza, sem esquecer todas as outras vertentes, nomeadamente aquelas que dizem respeito às pessoas. Este orçamento foi feito a pensar naquilo que há-de ser, na sua perspetiva, uma estratégia para quatro anos, e que tem por base a necessidade de definir um conjunto vasto de projetos em todo o concelho, por forma poderem avançar com eles de forma concertada. Eventualmente, alguns deles, poderão inclusive merecer apoios comunitários. Está a falar por exemplo, do projeto da ALE, que ainda não está feito, e com o qual se irá avançar, o Plano de Pormenor da Zona Industrial de Mira de Aire e a importância que tem que esta passe a ser uma Área de Localização Empresarial, abrindo a porta a que possa receber serviços, o Centro Municipal de Proteção Civil, que é a designada Base de Alcaria na qual vai haver necessidade de fazer uma ampliação, provavelmente também com uma candidatura. Esta necessidade de alargamento da Base tem que ver com o reforço de efetivos da GNR naquela Base, e a garantia de instalação em permanência de um meio aéreo. A Base irá chamar-se Base de Porto de Mós, uma base que foi construída e que tem vindo a ser melhorada ao longo dos anos, considerada uma das melhores bases do País, e que acolhe neste momento uma equipa de GIP'S e que será reforçada com mais uma equipa, acolhendo um meio aéreo em permanência. Vai-se avançar com o concurso e com o projeto do saneamento básico na Cumeira. Vai-se também avançar com um projeto de acessibilidades ao Castelo, cuja candidatura ainda será feita até ao final do ano. Trata-se de um projeto financiado pelo Turismo, e que permitirá às pessoas com mobilidade reduzida terem um acesso direto de visita ao Castelo de Porto de Mós. Este projeto tem acordo de princípio da Direção Regional do Património Cultural. Vai-se avançar com um projeto de eficiência energética para as piscinas municipais, cuja candidatura já veio do anterior executivo, e que importa em cerca de duzentos mil euros. Vai-se ainda avançar com o projeto de recuperação do Cineteatro

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de Porto de Mós, com o projeto de recuperação da antiga cadeia de Porto de Mós, que era um projeto antigo que existe em portofolio, sendo um dos projetos feitos pelo GTL há uns anos atrás, embora seja necessário fazer um ajuste deste projeto à finalidade que se pretende, e à utilização que se lhe pretende dar. Vai-se ainda fazer a reconversão da antiga cantina escolar, para dar corpo a uma candidatura que foi feita na semana passada, para uma Loja do Cidadão em Porto de Mós. Vai também avançar-se com o projeto de requalificação do Rio Lena, provavelmente com uma candidatura à Comunidade Intermunicipal, uma vez que é possível, no âmbito de uma candidatura de turismo, sendo um projeto intermunicipal. Vai avançar-se com o projeto do Mercado Municipal de Porto de Mós e também com o do Mercado de Mira de Aire, pese embora a intervenção que foi feita neste último, e de que o senhor Presidente da Junta de Freguesia falou há pouco. O Mercado de Mira de Aire bem como o de Porto de Mós, se não for reconvertido, e no fundo, devolvido à população de Mira de Aire, dificilmente passará de um mercado aberto apenas umas horas num dia por semana, o que lhe parece insustentável para o investimento que se pretende fazer. O projeto do Campo da Fiandeira de Mira de Aire – pretende-se avançar com o projeto de um campo de lazer e devolver aquele espaço à população de Mira de Aire e integrá-lo com a Casa da Cultura e com a Junta de Freguesia. A Casa dos Calados no Juncal, é um património que tem muito a ver com a identidade do concelho, é património municipal, foi adquirido por um valor substancial há uns anos atrás, tendo havido já um investimento, e acreditando que é tempo de avançar com um projeto, fazendo um concurso de ideias, lançamento do projeto e posteriormente avançar com a obra por a considerar prioritária. Quanto à valorização da Fornea em Serro Ventoso, disse que estão a trabalhar em conjunto com o Parque Natural neste projeto, sendo uma grande preocupação daquela entidade aquilo que está a acontecer na zona da Fornea, pois à medida que esta vai sendo divulgada, vai sendo mais devassada, mais destruída, e o próprio Parque Natural entende a importância de se fazer ali uma intervenção a partir do Chão das Pias e depois fazer uma zona de contemplação na própria Fornea, reduzindo ao máximo a possibilidade de acesso àquele espaço, por outras vias que não apenas aquela. Referiu ainda ir avançar com o projeto de uma ecovia de Alcaria a Alvados prevendo a recuperação do rio Cabrão que está neste momento muito degradado, estando inclusive a pôr em perigo a passagem das viaturas em duas zonas de Alvados, e que é também uma obra importante e prioritária. A recuperação da envolvente ao Parque de Campismo das Pedreiras e conseqüente projeto de arborismo, um projeto importante porque é uma porta de entrada daquele que é todo o projeto do turismo de natureza, dizendo ainda que se está em vias de protocolar, ainda este ano, com o Politécnico de Leiria, um estudo global, uma proposta global que depois com certeza virá a esta Assembleia, sobre turismo de natureza, que integrará também uma proposta de desporto de natureza e que enquadrará de igual modo, aquilo que é a pretensão do executivo, nomeadamente para Alvados, no que diz respeito ao pedestrianismo e *rail running* para aproveitar o espaço que há em Alvados. Referiu depois, que se pretende ainda avançar com

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

um estudo de recuperação da antiga Igreja velha do Arrimal. Esta Igreja Velha do Arrimal não é, nem da Junta de Freguesia nem da Câmara Municipal, é da Paroquia. Tem um valor patrimonial muito grande e acha que é importante sentar-se à mesa com os atuais proprietários e tentar de alguma forma perceber, qual é a sensibilidade que têm para se avançar com este projeto, e fazer aqui uma parceria de utilização e devolvê-la à comunidade. O parque de caravanismo e zona desportiva em S. Bento, uma proposta de requalificação da Estrada Romana e Centro de Interpretação em Alqueidão da Serra, uma zona que está um pouco esquecida e que tem vindo a degradar-se ao longo destes anos, são outros dos projetos importantes que entende prioritários. -----

-----Relativamente ao orçamento em si, disse que houve investimentos previstos para 2017 que não foram executados, e conseqüentemente houve a necessidade de os reprogramar. Em 2017, havia por exemplo, previsões de um milhão setecentos e cinquenta e dois mil e quinhentos euros, em 2018 um milhão setecentos e oitenta e cinco mil euros e 2019 um milhão quatrocentos e cinco mil euros, e a reprogramação que foi feita traduz-se no seguinte: 2018, dois milhões e oitenta mil euros e em 2019, dois milhões quinhentos e vinte mil euros. Estas obras, disse, são a Central Termoelétrica, é a zona envolvente ao estádio, porque uma coisa está diretamente ligada à outra, no valor de cento e vinte e dois mil e quinhentos euros em 2017, mais duzentos mil em 2018 e mais cinquenta mil em 2019, e depois a Área de Localização Empresarial, que pelas razões já referidas, vê reprogramada toda a parte de investimento.-----

-----Passou depois a destacar algumas questões: no que diz respeito aos impostos diretos que são calculados com base na média dos últimos anos, há o IML com uma redução de mais ou menos cem mil euros, o IMT aumentou cerca de duzentos mil euros e a derrama teve também um aumento de cerca de duzentos mil euros. Destacou ainda que na venda de bens e serviços correntes e tendo por base a execução passada, no saneamento um aumento de cerca de cento e setenta mil euros e nos resíduos sólidos um aumento de mais ou menos cem mil euros. Nas receitas de capital houve um aumento de cerca de um milhão e duzentos mil euros provenientes de fundos comunitários e uma redução de, mais ou menos um milhão de euros de previsão de parte do saldo orçamental. Habitualmente, transfere-se o saldo orçamental na sua totalidade, este executivo entende que não o deve transferir, ou transferi-lo ao mínimo, tendo transferido cerca de quatrocentos e sessenta mil euros, aliás essa é a recomendação, e ficam por transferir cerca de um milhão de euros. No que diz respeito às despesas correntes, nas despesas com pessoal há um aumento de duzentos e sessenta mil euros. Este aumento tem a ver com o descongelamento de carreiras, com o aumento do subsídio de alimentação, tem a ver com a cabimentação para confirmação de mobilidades, para entrada em mobilidade de outros funcionários e tem que ver também com um projeto da Comunidade Intermunicipal, que é um projeto ligado ao insucesso escolar, cujo compromisso do município é contratar três avençados a mil e quinhentos euros cada um, durante três anos. Trata-se de um projeto global, um projeto importante e que em boa hora foi candidatado pela Comunidade Intermunicipal, abrangendo os dez municípios da Comunidade

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

sendo um projeto de valor global de cerca de setecentos e noventa mil euros, cujo compromisso é compartilhado a 85%, e o compromisso do município ascende a 15%. Foi esse o valor que ficou definido para a parte de participação deste município. Relativamente a outras despesas há um acréscimo de trezentos mil euros, nomeadamente com atividades culturais e que tem que ver, como disse no início, com a estratégia do executivo para o ano de 2018. Na despesa de capital, há um aumento de duzentos mil euros, com as transferências para as juntas de freguesia e há uma redução de cerca de setecentos mil euros, com viadutos, arruamentos e obras complementares.-----

-----Continuou dizendo que queria mencionar ainda, em termos de orçamento, duas ou três coisas que estão englobadas aqui, também na questão das grandes opções do plano, que é o facto de estarem também em curso outros projetos, nomeadamente, projetos da Comunidade Intermunicipal, que estão a entrar em fase de contratação, agora e no início do ano, e que são projetos importantes para o município, nomeadamente o projeto EDUCA, que é um projeto ligado à educação, um projeto que tem na sua base o suporte informático para a gestão dos transportes escolares, para a gestão das refeições e para a interligação de todo este serviço entre as escolas, juntas de freguesia e o município. Trata-se de um projeto muito importante e que vai dar um salto qualitativo substancial, naquilo que diz respeito à relação entre a comunidade escolar e o município, nomeadamente, ao pelouro da educação. Estão em curso ainda, mais dois projetos importantes, um deles é Leiria Terra de Maravilhas, ligado ao turismo, sendo um projeto que a bem dizer, está a nascer agora e onde se querem enquadrar algumas propostas do município. O projeto anterior que tinha a mesma designação foi abandonado, em primeiro lugar porque incluía a parte turística dos concelhos do norte, que arderam. Em segundo lugar, porque era um projeto de interligação, mas tinha na base, na perspetiva de quem o analisou, uma grande dimensão em termos de percursos virtuais, e aquilo que é a realidade hoje, da Comunidade, não é a mesma que era há seis meses atrás, e não sendo a mesma, a Comunidade teve de fazer aqui outras opções, estando a tentar avançar com outras propostas e tentar que o município de Porto de Mós, tenha exatamente estas rotas, e que potencie o turismo do Concelho de Porto de Mós, integrado numa perspetiva de Comunidade Intermunicipal e sem esquecer aquilo que há-de ser a sua promoção, que também é o que está associado a esta candidatura. Disse ainda não poder deixar de falar nas candidaturas associadas à cartografia de risco, atlas de risco da CIMRL que são importantes no todo da Comunidade, mas onde o município de Porto de Mós tem dado um contributo importante porque é nesta área, um dos mais avançados na Comunidade Intermunicipal, dizendo que o município de Porto de Mós é o ultimo concelho a norte que tem o seu cadastro todo digitalizado. Continuou dizendo, que já se está numa fase adiantada de cadastrar tudo aquilo que são as nossas redes, desde redes de esgotos, redes de águas, sinalética, digitalizando e trazendo à distância de um click tudo aquilo que é a realidade deste concelho. Continuou dizendo que nos próximos dias irão abrir novos avisos da ADAE. A ADAE tem alguns valores para distribuir na área do mundo rural, sendo que a Câmara vai fazer a promoção e divulgação nalgumas freguesias destes projetos,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

sendo importante que as pessoas estejam sensibilizadas. Foram aprovados recentemente dois projetos de inovação para o concelho de Porto de Mós, com investimentos de cerca de duzentos mil euros, um na área do azeite e outro na área da desidratação de fruta, e ambos foram projetos muito valorizados na sua apreciação.-----

-----Concluiu que, acerca do orçamento muito haverá para dizer, estando os membros desta Assembleia Municipal munidos da respetiva documentação e estando disponível para prestar os esclarecimentos necessários.-----

-----**Antonio Rogério de Oliveira Vieira (Presidente da Junta de Freguesia de Pedreiras –IPP):**-----

-----Usando da palavra e depois de cumprimentar todos os presentes referiu que, de todos os membros da Assembleia Municipal, os Presidentes de Junta são os que menos intervêm nestas sessões, porque também, são os que mais dialogam com a Câmara. Ainda esta semana todos os Presidentes de Junta tiveram uma reunião com o senhor Presidente da Câmara tendo tido já oportunidade de trocar algumas impressões sobre o orçamento. Sobre o orçamento, disse que teve ocasião de o ler e de se debruçar em especial no que diz respeito à sua freguesia, tendo ficado agradado com o que lá está, sendo no entanto óbvio que ainda há situações por definir, nomeadamente a quantificação de parte do investimento, mas que neste momento já tem essa noção. Agrada-lhe principalmente, fazerem parte do orçamento alguns projetos e obras que faziam parte do seu manifesto eleitoral. Terminou dizendo que, a freguesia não para e que continua a trabalhar com obras que vinham de trás e terão que ter continuidade, e com os novos projetos aqui plasmados, que a serem concretizados, serão uma mais-valia para a freguesia, nomeadamente no que diz respeito à envolvente do parque de campismo, pelo que pela sua parte votará favoravelmente o orçamento e plano de atividades.-----

-----**Filipe da Conceição Batista (Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra – JFAS)**

-----Usando da palavra disse que ficou um pouco desapontado com o orçamento, passando a explicar: dentro deste plano plurianual achou manifestamente pouco apenas a recuperação do centro de interpretação da estrada romana pois teve oportunidade de apresentar algumas sugestões, dando o exemplo da construção de um parque verde em Alqueidão da Serra, dizendo ter o projeto e o local, assim como outras situações que privilegiam a educação, o desporto, o lazer em Alqueidão da Serra. Assim, manifestou a sua desilusão por a sua freguesia ter sido aqui contemplada com uma ideia, que não sabe o que é que vai dar, e que não depende totalmente do Município, como é sabido, pois é uma zona classificada pelo IPAR. Daí que espera e deseja que no desenrolar de 2018, as coisas fluam um pouco mais para a freguesia de Alqueidão da Serra. Apesar de tudo, não deixa de se regozijar por uma situação que há 14 anos andava muito indefinida, e que é precisamente ter sido acrescentado às transferências para as freguesias duzentos mil euros. Segundo o Presidente da Câmara, esse dinheiro é a receita que advém da faturação do Parque

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Eólico de Alqueidão da Serra, havendo um compromisso verbal de que, cinquenta mil euros, desses duzentos mil, seriam para o Alqueidão da Serra. Prosseguiu dizendo que há pessoas que estão a cumprir com a sua palavra, dando por isso os parabéns ao senhor Presidente e restante executivo, porque desta vez não houve desculpas para chutar para a frente, com os argumentos tais como, a cor que ganhou a junta não é a mesma, ou que havia impedimentos legais. Disse ainda ficar contente por as outras nove freguesias poderem ver reforçadas as suas verbas com estas receitas provenientes do Parque Eólico de Alqueidão da Serra, frisando ainda que, até aos dias de hoje, nenhuma verba, por exemplo, proveniente de uma qualquer pedreira, tenha sido distribuída pelas outras freguesias. Os ventos do Alqueidão estão situados no Alqueidão da Serra e é por via desses ventos, que as outras freguesias vão também lucrar um pouco. Acrescentou não concordar com a divisão das verbas, mas concorda mais com esta do que com aquela que houve durante catorze anos, porque a sua freguesia lucrou zero cêntimos ao longo de catorze anos, por razões estritamente políticas, de pessoas que nesta sala assim o decidiram.-----

-----Uma outra questão que referiu foi que, a freguesia de Alqueidão da Serra tem três projetos ainda não totalmente submetidos, mas quase na sua totalidade, a fundos do 2020, e não estando aqui prevista a sua concretização, pois a mesma depende da sua aprovação ou não, espera que haja depois uma abertura da Câmara no sentido do seu financiamento. Disse que são projetos que foram apresentados ao executivo da Câmara, e que vão de encontro aos objetivos que este executivo tem para o concelho de Porto de Mós, nomeadamente a dinamização cultural e o bom acolhimento das pessoas que aqui vêm. Isso será com certeza uma mais-valia para o Alqueidão da Serra, mas também para todo o concelho de Porto de Mós.-----

-----**Carlos Manuel Amado Cordeiro (Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso – PSD):-**

-----Usando da palavra disse que, apenas queria agradecer ao executivo a coragem que está a ter ao reforçar as verbas das Juntas de Freguesia em duzentos mil euros, mas achando que o executivo tem de esclarecer que o dinheiro não vem de Alqueidão da Serra mas que vem do orçamento da Câmara Municipal, porque se for dito que o dinheiro vem do Alqueidão da Serra, ele prescinde dessa verba. Congratulou-se com algumas das obras previstas para a sua freguesia, nomeadamente a preservação da Fornea, pedindo que não se esqueça a estrada de acesso à Fornea, que vai de Serro Ventoso a S. Bento, porque foi alcatroada pelo anterior executivo apenas em dois/três quilómetros, quando a estrada tem sete quilómetros. Se se vão criar condições para os turistas visitarem a Fornea, é também importante que os mesmos tenham condições de acessibilidade. Referiu-se depois à estrutura que existe no jardim, aqui em Porto de Mós, e que serve para que os idosos ali se ocupem a jogar cartas, dizendo ao Presidente da Junta de Freguesia de Porto de Mós, que está na altura de mudar essa estrutura.-----

-----O senhor **Presidente da Câmara** passou a responder aos anteriores intervenientes, dizendo

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ao senhor Presidente da Junta de Freguesia das Pedreiras que na reunião realizada com a Infraestruturas de Portugal foi abordado o tema da redução de velocidade no IC2, estando essa proposta a ser estudada, tendo sido equacionada a colocação de uma solução semafórica, com vista à redução de velocidade. Está prevista também parte da cobertura do polo escolar, que é uma situação que ficou por fazer no polo escolar de Pedreiras, porque as crianças, em tempo de chuva não podem usufruir do recreio de forma conveniente, sendo necessário fazer uma primeira abordagem ao arquiteto para perceber qual é a intenção de solução para aquele espaço.-----

-----Respondendo depois ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra, disse que relativamente ao projeto da estrada romana e a requalificação da casa dos caçadores, tem de haver primeiro um entendimento para recolocar os caçadores, e depois disso, em conjunto com o IPAR, encontrar uma solução que tem de passar necessariamente pela localização do edifício. Trata-se de um edifício de ninguém, não estando registado, construído em cima de um caminho, e há a necessidade legalizar este edifício, para se poder avançar com a recuperação deste e da estrada romana.-----

-----Relativamente à ALE, disse que, a ponta da freguesia para o lado do concelho da Batalha, pode eventualmente ter condições, mas primeiro tem de se perceber de quem são os terrenos, em que condições é que se vai avançar, em que condições é que este estudo vai avançar, e se avançará como estudo ou se avançará logo como projeto. Sendo uma situação que não está aqui contemplada, é uma situação em que se irá trabalhar.-----

-----Disse depois que, efetivamente, o valor que foi aqui referido não vem dos ventos de Alqueidão da Serra, fazendo antes parte de um compromisso com os Presidentes de Junta, no sentido de se fazer um reforço para investimento, para as dez Juntas de Freguesia.-----

-----Quanto aos projetos candidatados no âmbito do 2020, disse que, depois da sua aprovação o executivo cá está para apoiar, pois se são projetos como foram exatamente referidos, complementam a estratégia do executivo. -----

-----Quanto ao quiosque do idoso, disse que, efetivamente, é um bocadinho um tumor naquele rossio.-----

-----**Cecília Lopes Palma (PSD):**-----

-----Usando da palavra, cumprimentou todos os presentes passando a dizer que seria breve. Dirigindo-se ao senhor Presidente da Câmara disse que a sua questão era para ele e que tem a ver com a requalificação do Campo da Fiandeira, em Mira de Aire. Neste momento, disse saber que a população mirenses está convicta que esta aquisição já aconteceu no executivo anterior, porque assim foi anunciado publicamente. Para seu espanto, percebe agora com este orçamento, que a compra afinal não foi feita. Deixou uma pergunta, na qualidade de deputada municipal e particularmente enquanto mirenses: o que é que aconteceu para que esta aquisição tivesse sido anunciada sem que efetivamente tivesse acontecido e se os mirenses podem acreditar que tal vá

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

acontecer já em 2018, ou se vai ser apenas mais uma utopia. -----

-----**Joaquim Santiago Virgílio Alves (PS):**-----

-----Dirigindo-se ao senhor Presidente da Câmara, disse que, já que o Presidente da Junta de Freguesia do Juncal não fala, por achar que está tudo bem, falará ele. Continuou dizendo que lamenta que o senhor vereador do Juncal não tenha, em termos de orçamento, defendido o Juncal. Disse depois que no orçamento, não vê nada para o Juncal, tendo há pouco louvado estes doze anos em que se fez muita coisa no Juncal. Analisando o orçamento para o ano que vem, verificou que há uma verba de vinte e cinco mil euros para a rede de águas, que é uma obrigação da Câmara rejuvenescer, dado que a canalização é de fibrocimento e tem de ser substituída. Falou ainda da Casa Calado dizendo que se se quer falar de monumentos, se deve olhar então para a igreja do Juncal. O antigo Presidente da Junta de Freguesia do Juncal, recuperou a Capela de S. Miguel, e bem, mas há uma outra à entrada do Juncal, que já vendida umas três vezes, e agora está outra vez à venda, deveria ser património da Câmara. É muito mais património que a Casa dos Calados. Disse ainda que, já foram feitos vários projetos para a Casa dos Calados e agora estão orçamentados mais vinte e cinco mil euros para outro projeto, pedindo explicações sobre o assunto. Referiu-se depois à verba orçamentada para os esgotos da Cumeira dizendo da sua insuficiência.---

-----**Fernanda Maria dos Santos Ferreira Marques (AJSIM):**-----

-----Cumprimentando todos, dirigiu-se ao senhor Presidente da Câmara dizendo que está previsto na proposta de orçamento, um investimento de trinta e cinco mil euros para a unidade móvel de saúde. Sabendo que esta não será a solução para a falta de médicos nas extensões de saúde, pois as unidades móveis de saúde são meros complementos e não substituem em nada o médico de família, gostaria que lhes explicasse como pretende colocar em funcionamento a referida unidade com o valor apresentado.-----

-----**João Guilherme Cerejo Santos (PSD):**-----

-----Cumprimentando todos os presentes, disse que queria expressar um voto de congratulação à Câmara Municipal pela inclusão das bolsas de estudo no orçamento camarário. Esta é uma proposta há muito defendida pelo PSD, e é uma proposta que, infelizmente nos mandatos que antecedem o atual, foi interrompida, sendo em sua opinião um erro, pois é uma opção que, de certo modo, põe em causa o sucesso académico daqueles que infelizmente não têm a possibilidade de prosseguir estudos. Disse achar que esta é uma proposta muito importante no que toca à educação no concelho de Porto de Mós, achando que no futuro, quando se olhar para trás e se falar de educação no concelho de Porto de Mos, a partir de agora, poderá ser o exemplo de uma Câmara que apoia os alunos que infelizmente não possam prosseguir estudos. Disse ainda que gostaria de perguntar à Câmara, no que toca ao Conselho Municipal da juventude, que foi

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

proposto na Assembleia Municipal no anterior mandato, pela colega Cristiana Rosário, o que é que não foi feito anteriormente, para que esta proposta se tivesse atrasado de tal maneira e qual é que vai ser o plano daqui para a frente, para por o Conselho Municipal da Juventude em funcionamento.-----

-----**Samuel Dinis Cordeiro da Costa (PS):**-----

-----Cumprimentando todos os presentes começou por congratular a Câmara de Porto de Mós pelas iniciativas no âmbito do turismo de natureza, mas referiu o mau estado das acessibilidades, principalmente na zona serrana, referindo que não há qualquer verba associada a esse tipo intervenções na zona serrana. Outra questão que colocou sobre saúde pública, teve a ver com o facto de haver mais de uma centena de pessoas na freguesia de S. Bento, que não têm água potável em casa. São seis aldeias sem rede pública de água, no século XXI.-----

-----**Cristiana Ferreira do Rosário (PSD):**-----

-----Usando da palavra começou por cumprimentar todos os presentes. Continuou dizendo que, após análise detalhada do orçamento, foi com alguma satisfação que conseguiu facilmente identificar o programa eleitoral apresentado a escrutínio. Disse ser este um programa em que acredita e em que se revê, acreditando ser o melhor para o concelho de Porto de Mós, para que, finalmente, este passe a ser um concelho de referência a nível nacional, assim que se conseguir executar este orçamento aqui apresentado. Certamente que houve alguns constrangimentos na construção do mesmo, mas, se foi possível a sua elaboração, disse acreditar que também seja possível a sua execução. Prosseguiu dizendo que, no orçamento consegue facilmente identificar as diferentes freguesias do concelho, e isso é bastante importante, apesar de haver alguns colegas e Presidentes de Junta que sentem que deveria haver um acréscimo de verbas, mas pelo menos as freguesias estão referenciadas, coisa que nem sempre aconteceu no passado, e precisam deste incremento ao seu desenvolvimento. Há claramente um foco na temática do turismo, constituindo uma grande mudança relativamente aos anos anteriores em que houve sempre alguma relutância em tentar entender e aproveitar este potencial turístico do concelho. Finalmente o foco deste executivo é o turismo, assumindo-o como uma das áreas mais importantes no orçamento, acreditando que este foco vá também alavancar a economia local e atrair novos investimentos, havendo muito a ganhar valorizando o património do concelho. Na questão da educação foram também implementadas algumas alterações, com a oferta dos manuais escolares, indo aqui um bocadinho além do que o governo está a realizar, e a oferta de material escolar para o 1º ciclo, são alguns pequenos bons exemplos da atitude do executivo nesta área, que certamente se farão notar no orçamento das famílias. Na ação social disse que, também se notou um acréscimo de verba muito significativo, sendo das áreas neste concelho em que existem grandes carências. Referiu depois achar importante que, estas situações da ação social e até da educação, sejam

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

reportadas para fora. A população em geral precisa de saber que estas propostas existem. Finalmente referiu-se à área da saúde, dizendo que, apesar do muito que já foi dito em relação ao posto móvel, ainda bem que o vê cabimentado e que é já para 2018. Foi dita muita coisa em relação ao posto móvel da saúde. Algumas das questões que foram faladas revelam mesmo alguma falta de conhecimento acerca do que é um posto móvel de saúde. Sabe-se que a realidade do concelho, nesta matéria, é de grande carência, sendo uma situação que tem vindo a ser protelada. Já o anterior executivo, pese embora os esforços feitos, não conseguiu resolver a situação da saúde neste concelho. Também este executivo, tem vindo já a desenvolver esforços no mesmo sentido, mas esta é uma situação muito complexa que se vai continuar a protelar no tempo. Mas quanto ao posto móvel de saúde, pode-se atuar já. Claro que não é uma solução, mas um posto móvel de saúde é muito mais do que passar receitas, podendo e devendo atuar ao nível da prevenção.-----

-----**Elsa Cristina Leitão dos Santos (PS):**-----

-----Depois de cumprimentar todos os presentes, disse que iria debruçar-se mais sobre as áreas da ação social e da saúde, pois são as suas áreas de intervenção e são as que mais a preocupam. Relativamente à criação do gabinete de ajudas técnicas à família, parece-lhe uma boa iniciativa desde que seja bem implementada e de forma funcional e exequível. A verba parece-lhe um bocadinho aquém, pedindo um pouco mais esclarecimentos sobre esta iniciativa, em que moldes vai ser criada, quais as ajudas disponíveis, quais os critérios para que as famílias possam usufruir das mesmas. Ainda relativamente à questão da ação social, verificou que a verba disponível para o projeto Envelhecimento Ativo, era significativa, mas verificou-a um pouco desprovida de conteúdo, não sabendo muito bem como é que isto irá funcionar. Relativamente à saúde, e durante os últimos quatro anos ouviu recorrentemente que a verba de dois mil e quinhentos euros era muito pouco, confessou que ficou surpreendida com o valor que foi atribuído aos apoios à medicação para os idosos no concelho. Após ter sido uma questão tão debatida nestes últimos quatro anos, nomeadamente por parte da bancada do PSD, que agora tinha a oportunidade de poder aplicar o que defendia, esperava sinceramente um pouco mais por parte do executivo nesta rubrica, tendo em conta que é uma questão prioritária e que lhe parece ser uma preocupação comum a todos.-----

-----Seguidamente o senhor **Presidente da Camara** passou a usar da palavra para responder às questões colocadas pelos anteriores intervenientes, dizendo a Joaquim Santiago, que o saneamento da Cumeira tem previstos para 2018 cem mil euros, mas num total de setecentos mil euros para os anos seguintes, que estão previstos no reforço para o Juncal. Continuou dizendo que há a intenção de, inclusive, servir o Juncal nalgumas pontas, com estes valores. Relativamente à Casa dos Calados, referiu que já disse que será lançado um concurso de ideias para se perceber o

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que é que a população do Juncal auer, por isso é que não está orçamentado um valor muito significativo para o ano de 2018, porque não sabe se existe tempo para fazer tudo e lançar a obra. Mas esta é uma obra que é muito cara ao executivo por aquilo que representa, pela história do edifício, pela identidade que é para a freguesia do Juncal e para o concelho de Porto de Mós, pretendendo devolver aquele edifício à população, de uma forma condigna e da forma como essa própria história e identidade o merece.-----

-----Quanto à questão que Cecília Palma levantou – reabilitação do Campo da Fiandeira – efetivamente o executivo foi confrontado com esta situação quando tomou posse. O Campo da Fiandeira foi adquirido por negociação pelo valor de sessenta e três mil euros, no entanto, quando era para se fazer a escritura, chegou-se à conclusão que afinal a negociação dizia respeito apenas a 42% do edifício. A Câmara Municipal tem na sua posse uma avaliação do total do terreno na ordem dos cinquenta mil euros, que corresponde, numa parte a três euros o metro quadrado e noutra parte a cinco euros o metro quadrado. A Autoridade Tributária, depois de uma avaliação inicial, com base no anterior PDM, que dizia que aquele terreno valia cerca de quatrocentos mil euros, chegou à conclusão que o recente PDM o desvalorizava, e aquele terreno passaria na sua perspectiva, a valer cerca de dezassete euros o metro quadrado e não os três e os cinco conforme o município propôs. Aliás, na carta que a Autoridade Tributária remeteu ao município, refere na sua parte final, que esta não aceitava o preço proposto pelo Município, mas propunha que aquele terreno fosse vendido por dezassete euros o metro quadrado e foi assim que foi homologado. Naturalmente que para a Autoridade Tributária, corresponderia sessenta e três mil euros, correspondentes aos referidos 42%, mas depois faltavam os 58% correspondentes àquilo que era o valor a receber por parte do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, coisa que não foi negociada. Como não foi negociada, quando se chegou à altura de fazer a escritura, ao que sabe, o notário não fez a escritura porque não estava em causa a compra da totalidade do terreno como inicialmente e previsivelmente se teria negociado, mas sim apenas os 42%. Portanto, o terreno não está comprado, o município tem o terreno, tendo por base uma avaliação sua de quarenta e nove mil euros, sendo este tema discutido numa das próximas reuniões de Câmara para decidir o que fazer. Só ainda não o fizeram, porque se está a aguardar uma resposta por parte da Autoridade Tributária e por parte do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, a uma proposta de contestação por parte do anterior executivo, no que diz respeito a esta matéria. Ou seja, o anterior executivo achou que tinha negociado até ao fim, e em condições de escriturar aquele terreno na sua totalidade por sessenta e três mil euros. Mas o que é facto, é que o que está escrito não é isso, e portanto o terreno não foi adquirido. Este executivo, está disponível para voltar a analisar o tema, para eventualmente chegar a um princípio de acordo com a Autoridade Tributária e com o Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, parecendo-lhes exagerado o preço de dezassete euros o metro quadrado para um espaço onde não se pode construir, no entanto decidiram ainda assim, colocar em orçamento os sessenta e três mil euros para não

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

condicionar negociação. O que irão tentar fazer é comprar todo o terreno por sessenta e três mil euros. Se não for possível, o processo voltará à Câmara para se tentar perceber como é que se vai comprar, pois é seu propósito a sua aquisição.-----

-----Quanto à intervenção sobre a unidade móvel de saúde, disse que o valor foi recomendado, fazendo parte de um protocolo com a ARS que disse à vereadora Telma Cruz que em média, uma unidade de saúde custa cerca de trinta e cinco mil euros, para ser protocolada com a ARS e ser posta em funcionamento. Foi na sequência disto, que foi aqui colocado esse valor, e vai-se avançar com a unidade móvel de acordo com as recomendações da ARS.-----

-----No que diz respeito ao Conselho Municipal de Juventude, respondendo a **João Cerejo**, disse que o regulamento está em discussão pública, devendo depois ir para reunião de Câmara e posteriormente deverá vir a esta Assembleia para aprovação, e só depois deverá ser implementado.-----

-----A **Samuel Costa** respondeu que há uma verba pensada para a estrada de S. Bento. A questão aqui é que, na estrada de S. Bento já não basta colocar alcatrão. Há que fazer uma intervenção diferente para que não se ande todos os anos a pôr alcatrão em cima de alcatrão. O que se vai fazer é uma obra faseada, porque é uma obra de sete quilómetros, custa muito dinheiro e provavelmente custará mais esta intervenção de base do que propriamente o alcatroamento. Trata-se de um problema que se agudiza quando se estão a desenvolver projetos que passam pela freguesia de S. Bento. Quanto ao abastecimento de água disse ser uma das suas promessas eleitorais, sendo uma das promessas que gostaria de cumprir, alertando para uma situação que desconhecia de todo, é que a última intervenção que foi feita a esse nível foi nos Covões Largos, custou cento e oitenta e cinco mil euros e só em vésperas de eleições é que houve uma pessoa que se ligou, as outras dezasseis não estão ligadas e não querem ligar. Perante esta informação, deve-se fazer uma de duas coisas: em primeiro lugar, juntar-se com a população que se está a tentar servir e fazer um acordo de princípio com esta população, dizendo estar disponível para fazer esse investimento, pois é justo que aquela população seja servida no abastecimento de água, mas em simultâneo tem de ser assumido um compromisso de princípio, de que todas as pessoas vão utilizar a água, porque senão não faz sentido. Disse ainda que a Câmara está empenhada em desenvolver esse projeto, até porque há uma parte do abastecimento de água, que colide com a questão do alcatroamento.-----

-----No que diz respeito à questão levantada por **Cristiana Rosário**, foram implementadas aqui umas novidades relativamente à educação, e têm como propósito principal uma das preocupações a que se tem assistido nos últimos tempos – a perda de alunos para outros concelhos. O concelho de Porto de Mós tem vindo a perder alunos desde o 1º ano do 1º ciclo, e esta hemorragia deverá ser estancada, oferecendo aos alunos e aos pais, qualquer coisa melhor do que aquilo que recebem nos concelhos aqui à volta.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Quanto às ajudas técnicas, vai ser criado um regulamento em rede, porque há algumas IPSS's que já têm e estão disponíveis para partilhar a oferta, que será para todo o concelho de Porto de Mós.-----

-----O senhor Presidente da Câmara deu a palavra à senhora Vereadora Telma Cruz que passou a dar uma explicação mais técnica sobre o Projeto do Envelhecimento Ativo, esclarecendo que vem no seguimento do que já existe, com o Projeto da Ginástica Sénior e agora o Projeto da Felicidade pelas Artes, sempre em articulação com os Presidentes de Junta de Freguesia, dado que são eles os mais próximos das populações.-----

-----A senhora Presidente da Assembleia Municipal, atendendo a que já eram 24.00 horas, disse, dirigindo-se aos senhores deputados, que as sessões da assembleia municipal, nos termos do Regimento, terminam à meia-noite, podendo a Mesa, se assim o entender, prolongar os trabalhos por mais uma hora, que é isso que irá acontecer nesta sessão. À 01.00 hora, se os trabalhos ainda não tiverem terminado, colocará, de acordo com o Regimento, à consideração do plenário o encerramento dos trabalhos no ponto em que se encontrarem, marcando nova reunião para a sua conclusão, ou a continuação dos trabalhos até ao seu término.-----

-----**Luís Manuel Coelho Almeida (AJSIM):**-----

-----Começou por dizer que um orçamento não é mais do que uma perspetiva do que vai acontecer no ano seguinte, quer seja em termos de opções, quer seja em termos de números. Começando pelas notas introdutórias, é dito por este executivo, que a estratégia do executivo dos últimos anos foi feita na ótica de melhorias em vários setores, mas que sendo uma estratégia não planeada, integrada e estruturada leva a desvirtuamentos orçamentais. Disse não concordar com estas afirmações, podendo é haver opções diferentes. Mas também se pode constatar pelos números, que os últimos orçamentos municipais, foram os que tiveram um grau de realização mais eficaz, atingindo percentagens dignas de registo, como na devida altura, toda a Assembleia Municipal reconheceu, pelo que lhe parece ser uma afirmação um pouco extemporânea, não tendo havido nada que lhes desse a entender, o que este executivo aqui escreve. Também é referido que tem havido desvio de fundos entre rubricas, superiores a um milhão de euros, que compromete o orçamento para 2018. Se se fizer uma análise às alterações e modificações orçamentais dos últimos anos, verifica-se que estão muito abaixo das que noutros tempos eram feitas, portanto, não lhe parece que a influência seja de tal ordem de grandeza que possa comprometer o orçamento para 2018, até porque o executivo não consegue especificar muito eficazmente estes oitocentos mil euros. Disse depois que se pode ler aqui que, quanto aos cálculos orçamentais, foi tida em consideração a média aritmética das receitas e despesas dos últimos vinte e quatro ou trinta e seis meses, ou seja, o executivo procurou ter, como base de orçamentação os

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

valores reais, efetivos, recebidos ou pagos em exercícios anteriores, não se socorrendo de valores de orçamentos anteriores, pois isso também pode variar, mas foi mais justo, foi mesmo aos valores, coisa com que concorda. Mas na prática, como adiante se pode analisar, não foi isso que acabou por ser feito, razão pela qual se está perante um orçamento empolado e acima de tudo, com um elevado grau de incumprimento. Assim, e grosso modo, pode-se verificar que o mais correto que este orçamento apresenta são as despesas, nomeadamente as despesas correntes, que do seu ponto de vista, são o que está mais certo neste orçamento. Referiu ainda o facto de o atual orçamento ser muito pródigo na criação de novas despesas correntes. Assim, para além das já habituais e sempre faladas sessenta e tal por cento de despesas correntes em que o município não tem qualquer hipótese de as retirar por se tratar da compra de serviços, lixos e saneamento, ainda se tem de acrescentar cerca de, mais ou menos, oitocentos mil euros de custos correntes, em eventos, turismo de natureza, gastos com o pessoal – um valor de duzentos e sessenta mil euros acima do habitual – e também a receita fiscal com o IMI Familiar. É evidente que todos estes eventos e turismo é muito bonito, mas o município tem capacidade orçamental para o fazer? Por aquilo que se está a ver, não tem. Analisando o resumo do orçamento, verificou-se que as despesas correntes poderão eventualmente atingir o total dos catorze milhões de euros. Mas já as receitas correntes, pelas médias dos últimos quatro/cinco anos, não irão ultrapassar os quinze milhões e quinhentos mil euros, até porque, não é apresentada qualquer rubrica nova que possa trazer mais receita ao município. Assim e partindo do princípio que o município venha a receber de receitas de capital, cerca de quatro milhões e quatrocentos mil euros, do que duvida, face aos três milhões que estão escriturados com participações e subsídios, teríamos um total de receitas de dezanove milhões e novecentos mil euros, contra um total de vinte milhões novecentos e trinta e três mil euros de despesas, havendo assim um défice de cerca de um milhão de euros. Portanto a sua previsão é que este orçamento venha a ter um défice de um milhão de euros. É pois com base nestes números que acha este orçamento com um grau de incumprimento muito elevado. O que é habitual nestes casos, é que, quem sofre, são as despesas de capital não sendo executadas muitas delas. As despesas correntes são certas, não havendo dinheiro, corta-se nas despesas de capital. Ou então, recorre-se a crédito bancário para pagar essas despesas. Mas como o município até tem uma boa situação financeira, recorre-se aos capitais próprios existentes para fazer face a este défice. Assim, e com o intuito de dar o seu contributo, para que o orçamento seja exequível, e que garanta as boas capacidades do concelho, solicita que o executivo reveja e altere este leque alargado de novas despesas correntes e que as leve a efeito ao longo de vários anos, logo que as condições financeiras assim o permitam. Caso contrário, este executivo, corre o risco de bater o recorde de despesas correntes anuais do município de Porto de Mós.-----
-----Quanto às medidas de execução do orçamento, disse, se por casualidade o orçamento fosse aprovado e as medidas de execução fossem rejeitadas, não saber como é que este iria ser posto em prática.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Disse depois querer pôr uma questão ao senhor Presidente da Câmara referindo que diz no artigo vigésimo: Autorização da despesa. Acrescentou que quem tem autorização para despesa é a Câmara Municipal, sem limite; Presidente da Câmara por competência própria, até ao limite de cento e cinquenta mil euros; o Presidente, por competência delegada pela Câmara, até ao limite de setecentos mil euros. Perguntou então se o senhor Presidente da Câmara, tem, sozinho, através de competência delegada pela Câmara e para além da sua competência própria, competência para despesa até setecentos e cinquenta mil euros, sem mais.-----

-----Sobre o Plano Plurianual de Investimento disse querer referir apenas dois aspetos, sendo um deles a unidade móvel de saúde de quem já toda a gente falou. Quanto ao ordenamento do território, referiu-se ao espaço público do envolvimento das piscinas, estádio de futebol, PARU estando previstos duzentos e sessenta mil euros. Dirigindo-se ao senhor Presidente da Câmara, disse que, como se sabe, quanto à questão da Central Termoelétrica, ainda demorará algum tempo até serem reiniciadas aquelas obras, pelo que não seria muito lógico estarem a fazer-se as obras da envolvente sem que aquelas estivessem concluídas de forma a ambas serem feitas de forma concertada.-----

-----Falou ainda do abastecimento de água a S. Bento, referindo que estão previstos vinte e cinco mil euros para este ano, cento e cinquenta mil para 2019 e cento e cinquenta mil para 2020, perguntando ao senhor Presidente da Câmara se este não acha que esta deveria ser uma obra prioritária, sendo uma opção principal, por ser uma das grandes necessidades das populações.-----

-----**Antonio Pereira Carvalho (PS):**-----

-----Usando da palavra disse que queria apenas referir alguns pontos, passando a dizer que é sabido que as transferências que vêm do Estado são rigorosas, pelo que há aqui uma garantia absoluta, que em relação ao orçamento, cinquenta e cinco por cento vem do Estado. Depois de impostos diretos vêm quatro milhões e ainda a venda de bens e serviços que aqui pode falhar cerca de cinco por cento, mas entretanto já se chegou aos oitenta e cinco por cento. Portanto, acha que este orçamento atingirá um grau de execução de entre oitenta e cinco por cento e noventa por cento. Onde se falha sempre é na venda de bens e serviços. Falou ainda da figura do dirigente desportivo, perguntando qual o novo pensamento para apoiar os clubes desportivos do concelho, seniores, porque pensa que a única coisa que não é apoiada de todo, é o futebol sénior, apoiando-se apenas o futebol de formação.-----

-----Terminou perguntando, porque há pouco se falou do Campo da Fiandeira Mirense, se a avaliação que existe está assinada por alguém inscrito na CMVM, porque se assim for, tem um peso diferente.-----

-----**Olga Cristina Fino Silvestre (PSD):**-----

-----No uso da palavra começou por cumprimentar todos os presentes, desejando a todos os

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

eleitos um mandato profícuo e feliz, bem como a todos desejou Boas Festas.-----

-----Passou depois a proferir a seguinte intervenção:-----

-----"Hoje poderia não intervir, mas não ficava bem comigo nem com a minha consciência, e possuo o dever moral de o fazer. Isto porque, depois de doze anos a apresentar sugestões e propostas em várias áreas, as mesmas esbarraram sempre com uma Câmara autista. Mas muitas dessas propostas estão hoje contempladas por este executivo no orçamento e plano de atividades, aqui apresentados. Ora bastou mudar de atores políticos para que em pouco mais de um mês de mandato, este executivo as contemplasse e também por isso, quero aqui felicitar o senhor Presidente e o seu executivo em funções. Hoje estamos perante o primeiro Orçamento e Plano de Atividades desta Câmara liderada pelo Presidente Jorge Vala. Estamos por isso, no início de uma nova era, uma era de esperança, de mudança e de concretização do desenvolvimento planeado. Felizmente iniciou-se uma rota de recuperação económica no país, de acordo com os indicadores económicos, embora sem grande euforismo. Daí que exista mais confiança na macroeconomia, produto do esforço realizado ao longo destes últimos seis anos, o que promove a redução do desemprego, a redução do número de famílias carenciadas, onde estão incluídos os jovens, idosos e crianças. Mas desiludam-se os que agora acham que são só rosas sem espinhos, porque não são, e no nosso concelho não é diferente, pois ainda existem muitas famílias a passar dificuldades, com a agravante de a pobreza ser ainda mais encoberta, ainda existem muitos estudantes que não podem estudar, sem apoios económicos. Mas nesta nova era, o executivo consolida as nossas expectativas e as da maioria dos portomosenses, e apresenta um orçamento que faz jus ao programa eleitoral que foi sufragado dia 1 de outubro. Ao analisar atentamente este Orçamento e Plano de Atividades, nas suas áreas estruturantes, tal foi conseguido. Apresenta-se a cumprir o que prometeu em campanha, o que a par da credibilidade que dá à política e aos políticos, aproxima mais os eleitores dos eleitos, criando uma relação de confiança. Este Orçamento e Plano de Atividades, possui uma aposta clara e fortemente expressiva nas pessoas e no desenvolvimento económico do concelho e do próprio poder local. Uma aposta clara na proteção dos mais vulneráveis e carenciados, tais como crianças, jovens e idosos. Enfim, este executivo faz jus ao seu ADN social-democrata e à função social que a Câmara possui e agora sim, utiliza. Este executivo demonstra no orçamento e plano de atividades, a sensibilidade social que lhe é exigida na atual conjuntura económica, que ousadamente irá praticar. Hoje se iremos votar um orçamento que se centra no essencial de qualquer comunidade e no maior capital que existe, que são as pessoas e o seu bem-estar. Daí que, na ação social, este orçamento está exponencialmente reforçado, face aos anteriores. Sendo certo que este é o tempo em que é mais importante dar apoio às pessoas, na educação, na alimentação, na saúde, na segurança, na proteção civil, nas necessidades básicas do século XXI. Registamos com agrado o apoio a estudantes carenciados, através da recriação de bolsas de estudo, que durante doze anos, nos debatemos para serem de novo implementadas, mas sem sucesso. Tivemos de esperar doze anos para termos um executivo

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que compreendesse e tivesse a sensibilidade, para aplicar na política local a verdadeira hierarquia das prioridades. Agora será importante existirem por parte da Câmara, campanhas de divulgação dos apoios concedidos. Outro sector que sempre foi tratado como o parente pobre pela Câmara Municipal, foi o turismo e a cultura a nível da dinamização e realização de eventos que atraíam pessoas, pois, orgulhosamente sós, não conseguimos dinamizar a economia, e este executivo é uma aposta clara e inequívoca, o investimento nessa área para contrariar o marasmo da economia e assim promover o concelho, atraindo pessoas, possibilitando o revigor da economia local. É aliás, justo e merecido, aqui registar duas iniciativas realizadas a custo zero para o município, e ainda o Natal Encantado, que já deram a conhecer o Porto de Mós de norte a sul do país. Às vezes basta a ousadia. Ter ideias e a vontade de fazer diferente. Existe também patente um forte reforço financeiro na proteção civil bem como uma política diferente no que toca à distribuição de verbas para as Juntas de Freguesia, onde não se afigura por parte dos senhores Presidentes de Junta a política de mão estendida, mas onde existe uma visão integrada do concelho, composto pelas dez juntas de freguesias, sem diferenças de tratamento e de acordo com a equidade, uma forte aposta na coesão territorial. Acredito que com este executivo possuímos uma liderança comprometida, responsável e capaz de mobilizar os portomosenses em torno de um projeto que consensualmente servirá melhor o concelho e promoverá um futuro mais próspero. Senhor Presidente, não há comparação entre o que se perde por não tentar e o que se perde por não fazer. Por isso continue na rota do desenvolvimento que já iniciou para o concelho e transforme Porto de Mós, num destino com índices elevados no campo da felicidade, tais como, mais saúde, mais segurança, mais educação, mais desenvolvimento económico, e isso equivalerá, seguramente a maior felicidade. Citando Fernando Pessoa: "Há um tempo em que é preciso abandonar as roupas usadas que já têm a forma do nosso corpo e esquecer os nossos caminhos que nos levam sempre aos mesmos lugares. É o tempo da travessia, e se não ousarmos fazê-lo teremos ficado sempre à margem de nós mesmos." É caso para perguntar: será que valeu a pena ser resiliente? Será que valeu a pena vir aqui recorrentemente apresentar propostas com uma matriz diferente da política instituída? Será que valeu a pena ter coragem para contrariar a política do passado? Será que valeu a pena ouvir as respostas negativas e nunca desistir? Citando ainda Fernando Pessoa: "Sim valeu a pena. Tudo vale a pena quando a alma não é pequena. Disse."-----

-----**Mário Alberto Rosa da Cruz (AJSIM):**-----
-----"O presente Orçamento pode ser analisado, e deve, à luz de critérios económicos e financeiros. Quanto à análise económica e financeira, foi já feita pelo meu colega Luís Almeida.-----
-----Seja qual for o critério, lato sensu, um orçamento equilibrado é aquele em cuja despesa global é coberto pela receita global. Para além desse aspeto formal e obrigatório, o orçamento tem de ser fiável, realista, verdadeiro e exequível, sob pena de não desempenhar o seu papel estruturante na gestão da entidade que o deverá respeitar como uma ferramenta da maior

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

importância política. Sucede que na proposta de orçamento que hoje se está a apreciar, surgem várias rubricas que nos merecem as maiores duvidas quanto à sua fiabilidade. Vejamos o caso da receita de capital prevista para o investimento da Central Termoelétrica. Estimar arrecadar um milhão e trinta mil euros em 2018, é obviamente excessivo por razões processuais e temporais, nomeadamente e a saber, o contrato existente com o empreiteiro, por rescindir, aguardando os prazos legais para a produção de efeitos, da referida rescisão. A conclusão do procedimento concursal, que será possível, com boa vontade, já para julho/agosto de 2018 – Lançamento de novo concurso, vistos de Tribunal de Contas, etc. Sendo assim, e em cerca de dois ou três meses de 2018, V. Ex^{as} terão de executar obra no montante de um milhão e trinta mil euros, para receber internamente a receita de capital prevista. Até os menos esclarecidos neste domínio não acreditam na realidade da realização desta receita. Então porque é que este valor se encontra significativamente empolado? Obviamente que é necessário dar cobertura ao aumento de cinco por cento da despesa corrente, cumprindo o desejo de privilegiar este tipo de despesa, em detrimento do investimento. Não podemos concluir doutra maneira face aos factos mencionados e inscritos no orçamento para 2018. Senhor Presidente, diga-nos sem rodeios, se acredita arrecadar um milhão e trinta mil euros de receita de capital, respeitante à obra da Central. Como é que vai evoluir o processo em 2018? Para nós, para esta assembleia, para os munícipes que aqui representamos, e para memória futura, é importante a sua resposta neste capítulo. Neste orçamento, que vão executar esta receita no prazo de dois meses, no fundo é isso que ali se espelha. Só considerando que esta Assembleia e os munícipes do concelho são desprovidos de um mínimo razoável de inteligência, é que poderíamos acreditar em tal situação. Como se isso não bastasse, temos que esse é um orçamento em cuja opção política, e não económica e financeira, pois aí não se vislumbra grande critério de razoabilidade orçamental, é claramente a de levar para além dos limites do aceitável, as despesas correntes, inflacionando as mesmas, e apenas e só, à custa de um corte drástico nas despesas de capital, e que ainda assim, temos a certeza, não será suficiente para cobrir as despesas previstas. Se em termos económicos, este é já um sintoma de uma política despesista e sem rumo, de promoção de um orçamento desequilibrado e potencialmente deficitário, em termos práticos, o que temos é um corte de uma dureza sem precedentes no investimento e com consequências na vida dos munícipes de Porto de Mós. Aliás, e a título de exemplo, como pode afirmar-se que se fará cumprir o desígnio da campanha eleitoral de V. Ex^{as}., reforçar transferências para as freguesias, quando aquilo que se prevê, está preto no branco, neste orçamento, é um corte de setecentos e noventa e três mil e quinhentos euros, quando comparado com o orçamento de 2017, em obras referentes, por exemplo, a arruamentos, obras complementares de urbanização, alinhamento de vias, etc. Será que o concelho deixou de necessitar de melhorar a sua rede viária? Não serão estas obras em benefício das freguesias e dos munícipes? Não são estas obras essenciais para um plano estruturado de desenvolvimento do concelho, como vinha acontecendo? E será que o plano de colocação de Porto de Mós no mapa,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

será Porto de Mós no mapa, mas sem mais e melhores vias, e mais e melhores acessibilidades. O Turismo, todos entendemos e concordamos poder ser mais um motor da economia local. Será que visitarão o nosso concelho por estradas e caminhos, com condições duvidosas? Será isto que iremos apresentar como cartão-de-visita num futuro bem próximo? E sendo Porto de Mós, como é, um concelho eminentemente industrial, aliás com a pujança que se conhece com a atual zona, e já esgotada, zona industrial, não necessitará como condição de sucesso continuado, mais e melhores vias e a recuperação e manutenção condigna das existentes? Ou seja, o corte em despesas de capital, cuja função reprodutiva se manifesta enorme, é de tal forma, que não podemos acreditar que este orçamento tenha sido projetado com um mínimo de visão estratégica. Mais, inverte-se por completo a filosofia orçamental que vinha sendo seguida, baseada em orçamentos equilibrados, eminentemente fundados no critério de orçamentos de capital, para se partir para a loucura económico/financeira completa, com um aumento de mais de quatrocentos mil euros das despesas correntes e que, sem dúvida passará em muito este valor, pois assistimos a imensas verbas nas despesas correntes claramente abertas em regime de desorçamentação, apenas para permitir o seu reforço durante a execução anual, à custa do investimento e do corte em obras estruturantes no nosso município. Falo agora, em especial para alguns de vós, que são os senhores Presidentes de Junta. Será que os senhores Presidentes de Junta olharam bem para este orçamento? Ou será que se satisfazem, passe a expressão, com a cenoura que vos foi lançada da possível revisão dos interadministrativos? O corte que atrás referi, é nas vossas/nossas freguesias. Os vossos fregueses vão gostar de saber e de vos pedir contas. Sim que o investimento, ou melhor, a falta dele, é do município, mas é a vós que os fregueses pedem melhores estradas, mais ruas, melhores passeios, mais condições. Outro exemplo muito rápido: a câmara liderada pelo PSD prevê em orçamento investir na renovação do edificado escolar do concelho, quarenta e dois mil euros, pasme-se, quarenta e dois mil euros. Obviamente que não se pretendia que esta rubrica tivesse a dimensão do orçamento anterior, pois que aí se consignava um montante de seiscentos mil euros, para a construção da 2ª fase do Centro Escolar de Porto de Mós. Mas o investimento na recuperação do parque escolar do concelho, e que doravante será quase exclusivamente nas freguesias fora da sede do concelho, far-se-á com quarenta e dois mil euros? É esta a visão estratégica para a educação e para a fixação de alunos no concelho? V. Ex^{os}. apregoaram, e o executivo minoritário responderá com "vamos investir no "cloud" no âmbito do processo da Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria e em hardware e software para gestão das escolas básicas no montante de cento e vinte e um mil euros". Nós não somos contra a inovação, pelo contrário, mas achamos que este investimento é apenas do foro administrativo, para gerir, supostamente, transportes, refeições e as escolas do ensino básico, ou seja, um programa administrativo e sem que se perceba uma urgência premente na gestão administrativa escolar, pois não consta que existam tantos problemas assim, investem-se mais cento e vinte e um mil euros. Depois nas rubricas para renovação do Parque Escolar do Concelho, planos de combate ao

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

insucesso escolar, aquisição de material didático, rede de bibliotecas escolares, aquisição de fundos documentais, melhoramento de recreios e aquisição de terrenos, prevê gastar-se no global, noventa e um mil novecentos e cinquenta euros. Uma vez mais, vivam as despesas correntes e sem que se perceba o retorno, e corte-se no que deve ser pago no plano concelhio integrado, de desenvolvimento da rede escolar e enriquecimento da oferta didática e curricular. Estes são apenas dois exemplos do caminho e do rumo traçado neste orçamento. Desequilíbrio financeiro, com ênfase numa política assente na despesa não reprodutiva, cortando-se no investimento e acelerando as medidas de consumo rápido. Fazem parecer bem, mas deixam o concelho mais pobre, porque enfraquecem as bases de sustentação financeira, sem que daí resulte uma previsão de futuro, de retorno a médio e a longo prazo. Um orçamento desta natureza, numa situação de apenas dois meses de mandato, deixa perceber que a minoria camarária com funções executivas, liderada pelo PSD, pretende um concelho, certamente mais festivo, mais folclórico, e não estamos em desacordo com a festividade, mas este é o rumo traçado e só este. Dito isto, mereceria este orçamento, porventura uma ampla rejeição desta Assembleia, até por parte, se calhar, de alguns dos elementos da bancada do PSD, porque este orçamento é o contrário do que sempre apregoaram, aliás nem se percebe como se pode falar num orçamento equilibrado de forma séria, sem esgueirar um sorriso irónico. Que seria se há um ano ou há dois, se apresentasse a esta Assembleia, um Orçamento com um acréscimo de cinco por cento de despesa corrente à custa do investimento. Cairia certamente o chão debaixo dos nossos pés. O nosso voto será, pois, lisonjeiro para este Orçamento, será uma abstenção, mas com um valor político de que V. Ex^{as} terão que tirar consequências. Apenas assim faremos perante 2018. A manter-se este rumo, a minoria no executivo terá de lidar com as consequências de uma possível e futura rejeição. Talvez aí perceba que não pode seguir por este caminho, terá de negociar o futuro do concelho com as restantes forças políticas de forma assertiva e séria, não se arrogando a atuar como se governasse com uma maioria, que não tem e que não lhe foi dada. Disse."-----

-----**Rui Augusto Pereira Neves (PS):**-----

-----Usando da palavra, começou por dizer que parece que esteve doze anos fora do concelho de Porto de Mós. Prosseguiu dizendo que o senhor Presidente da Câmara escreveu no relatório da proposta de orçamento que, "a estratégia do executivo municipal tem sido baseada numa ótica das infraestruturas, ao nível do ensino, da cultura, saneamento e transportes e que isto foi feito de uma forma pontual, extemporânea e que leva a desvirtuamentos orçamentais." Dirigindo-se ao Presidente perguntou se as rotundas de S. Jorge e da Tremoceira são comunicação e segurança das pessoas ou não. Passou a elencar obras realizadas tais como requalificação total do parque escolar do concelho, quartéis da GNR de Porto de Mós e Mira de Aire, Hospital da Santa Casa, Unidade de Cuidados Continuados, Centro de Reabilitação Física entre outros. Disse que este executivo agora pode, efetivamente tomar outras opções, mas há muita coisa que foi feita, e que

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

não pode ser ignorada ou menosprezada por ninguém, pois estão à vista de toda a gente. Disse ainda que foi aqui feita uma pequena referência aos livros dados aos alunos, dizendo que não é esse facto que evita que eles se vão embora. No que se refere ao atendimento dos munícipes, disse dirigindo-se ao Presidente da Câmara, que já anda a ouvir algumas pessoas dizer que estão em lista de espera. Quanto às opções feitas pelo executivo, disse considerar normal, pois se ganhou as eleições tem de por em plano as opções que foram escrutinadas pelos eleitores. Concluiu dizendo que, falta aqui um estudo que o Presidente referiu quando fez a apresentação destes pontos - a ligação de Mira de Aire à autoestrada, e se isso vier a acontecer lhe dá os parabéns.-----

-----**José Gabriel Pires Vala (PSD):**-----

-----Usando da palavra, referiu-se às últimas intervenções, dizendo que este é um documento de opções políticas. Quanto às obras que foram feitas no passado, não se vão estar aqui a criticar, porque foram as opções daquela altura. Neste momento está na altura de se partir para outras opções, sendo que a opção política do atual executivo é outra.-----

-----Passou depois a ler a intervenção que a seguir se transcreve:-----

-----"Estamos a analisar a proposta de orçamento e as grandes opções para 2018. Este é sem dúvida o documento mais importante que anualmente é discutido e colocado à apreciação desta Assembleia sob proposta do executivo. Nele constam as propostas de toda a ação política e gestão rigorosa que o executivo deve colocar em prática durante o ano seguinte. Considera-se assim um documento estratégico, que não seja um mero plano de intenções, mas sim o mais verdadeiro e realista possível. Que seja um documento político, com opções fortes, e que vá ao encontro do progresso e desenvolvimento do nosso concelho e também que satisfaça o verdadeiro interesse coletivo dos cidadãos portomosenses. Em anos de eleições, torna-se sempre mais difícil a elaboração do orçamento e das grandes opções do plano, o tempo é sempre muito pouco para preparar um documento com o rigor que se impõe, cumprindo os prazos legais. Por isso, este executivo teve apenas mês e meio para dar corpo a este orçamento e submete-lo hoje a esta Assembleia. Mas, apesar do grande esforço, estamos perante um documento de enorme valor acrescentado. Um orçamento com carisma, com opções políticas de grande significado, dando já um grande sinal de mudança e muita atitude, para o projeto que se pretende para o nosso concelho. Este executivo, no alinhamento dos seus compromissos eleitorais, vai desde já avançar com projetos de valor em determinadas áreas, tais como: Proteção Civil, com um reforço significativo às Associações de Bombeiros do concelho e um investimento em infraestruturas na Base de Intervenção e Socorro de Alcaria, agora designado Centro Municipal de Proteção Civil, proporcionando assim uma maior eficiência dos meios, uma melhor proteção da nossa zona territorial, acautelando-nos de situações como as que ocorreram recentemente na zona norte do nosso distrito. Acho que devemos investir na proteção assegurando a nossa Base de Alcaria, que muito cobijada tem sido por outros concelhos vizinhos, desejando até a sua deslocalização.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Cultura e Turismo: também com um reforço destas rubricas, um acréscimo significativo em relação a orçamentos anteriores. Faz parte do plano de desenvolvimento para acreditar Porto de Mós nos roteiros preferenciais do nosso país, promovendo eventos e atividades que o caracterizem e mostrem o que de melhor temos para oferecer e atrair as pessoas. Também investimentos em infraestruturas como edifícios históricos e culturais que são o garante e a sustentação da nossa oferta turística, atraindo mais visitantes e dinamizando a nossa economia local. Não só na vila de Porto de Mós, mas também nas freguesias, como a recuperação da Casa dos Calados no Juncal e outras.-----

-----Valorizar a nossa zona histórica com a recuperação de alguns edifícios ali existentes, aproveitando e dando o exemplo na reabilitação urbana, conforme o plano aprovado designado por ARU. -----

-----A marca de Porto de Mós, é um dos grandes objetivos deste executivo, por isso, a aposta na cultura e no turismo, é fundamental neste processo.-----

-----Indústria e Energia: melhorar as condições dos nossos parques industriais ou futuras áreas de localização empresarial, proporcionar condições para a instalação de novas empresas e aumentar postos de trabalho. Apostar na inovação e no empreendedorismo proporcionando aos mais jovens condições para desenvolverem os seus próprios projetos e ideias.-----

-----Infraestruturas básicas e rodoviárias: Também aqui dar continuidade ao trabalho desenvolvido e em curso pelo anterior executivo. No saneamento e rede de águas, garantir a cobertura a todo o concelho. Melhorar as vias de comunicação e acessos rodoviários. Fundamental para a condição de vida das pessoas e desenvolvimento sustentado do concelho.-----

-----Saúde, Educação e Ação Social: proporcionar melhor saúde a todos os munícipes, levando médico a todo o concelho com aquisição de um posto móvel de saúde. Na educação, planos inovadores ao insucesso escolar, kit escolar, bolsas de estudo, etc. Ação Social: Forte aposta no apoio à terceira idade, apoio à construção de lares e centros de dia, centros comunitários, projetos de envelhecimento ativo. -----

-----Também as associações desportivas e culturais não foram esquecidas com os apoios necessários para desenvolverem as suas atividades, melhoradas com o apoio técnico e especializado para implementarem os seus projetos, onde o próprio dirigente associativo vai ser reconhecido pelo trabalho desenvolvido.-----

-----As Juntas de Freguesia vão ser finalmente reconhecidas pela sua capacidade de proporcionarem aos seus fregueses uma melhor eficiência nos serviços que prestam, pela sua proximidade e boa gestão. Por isso o executivo vai delegar mais competências através de contratos interadministrativos, e aumentar significativamente os meios financeiros, ficando assim com mais autonomia para desenvolver os seus projetos.-----

-----Verificamos assim, que estamos perante um orçamento transversal a todas as áreas. Focado em projetos e ideias de grande significado para o progresso e desenvolvimento de todo o concelho

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de Porto de Mós; direcionado para o bem-estar das pessoas que aqui vivem e captação de novos residentes; que proporciona condições e benefícios aos atuais e futuros residentes; que proporciona condições e benefícios às empresas que se pretendam instalar no nosso concelho; que valoriza as pessoas pelo seu esforço, pelo seu espírito voluntário e participação ativa na sociedade.-----

-----Percebemos através deste documento, que todo o concelho, freguesia a freguesia, nas mais diversas rubricas se encontra evidenciado, de forma que todas as pessoas que nele habitam reconheçam a sua própria identidade e que a coesão social entre todos seja uma evidência.-----

-----Os valores apresentados neste orçamento que ronda os vinte e um milhões de euros, tem um ligeiro acréscimo de 4,33% em relação ao ano anterior. As despesas correntes comprometem 66,64% do valor, restando apenas 33,36% para investimento ou capital.-----

-----Perante estes valores, para uma execução orçamental bem-sucedida, exige-se rigor e uma gestão de recursos eficiente.-----

-----São as recomendações que deixamos ao executivo.-----

-----Consideramos este orçamento ambicioso e muito bem elaborado;-----

-----Por isso, a bancada do PSD vai votar favoravelmente este documento, e deixo o convite a todos os deputados a dar o seu voto de confiança a este executivo, para que possam por em prática os seus projetos e as suas ideias, e que amanhã todos os residentes do nosso concelho tenham orgulho em ser Portomosenses."-----

-----A senhora **Presidente da Assembleia Municipal**, antes de dar a palavra ao senhor Presidente da Câmara, **colocou à votação do plenário, nos termos do Regimento, a continuação da presente reunião, tendo a mesmo sido aprovado por unanimidade.**-----

-----Passou depois a usar da palavra o senhor **Presidente da Câmara**, começando por dizer que há pouco se esqueceu de responder a Elsa Leitão sobre o que esta perguntou acerca dos medicamentos, dizendo que no ano de 2017 foram gastos até agora, oitocentos euros. Disse que se entendeu não aumentar a verba relativamente ao ano anterior, sendo certo que se irá iniciar o ano com um processo de divulgação massiva à população, da existência desse apoio. O apoio está previsto e se houver necessidade de reforçar a verba, assim se fará.-----

-----Quanto à intervenção de Luís Almeida disse que esta proposta decorre da estratégia do executivo, tendo ainda sido falado que o orçamento está empolado na receita. Referiu que quanto a esta questão, se limitou a pedir aos serviços que identificassem a receita de acordo com o que está previsto na lei. Assume a responsabilidade de que o que está contemplado em orçamento em termos de receita, decorre exclusivamente daquilo que está previsto da lei. Sendo necessário apurar a receita para elaboração do orçamento, com base na média dos últimos três anos, e foi isso que foi feito.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Relativamente ao compromisso de 2018, há algumas coisas que importa referir, pois não nos podemos esquecer que foram feitos neste último período, vinte e seis ajustes diretos para alcatrão, de cerca de um milhão e meio de euros, tendo estes sido feitos de forma pouco organizada. Dentro de determinadas prioridades que certamente foram apuradas, foi entendido que esta era mais prioritária, sendo certo que cada um terá a sua opinião, mas considera que alguns destes investimentos foram objetivamente mal feitos. Um deles, por exemplo, que foi parado a tempo, porque ainda não se tinha iniciado, é um alcatroamento de valor significativo, que iria ser feito em cima de uma conduta de fibrocimento, que eventualmente, tem uma rotura por semana. Este tipo de investimentos, condiciona as prioridades que estão definidas e condiciona também as boas práticas de aplicação dos dinheiros públicos. Continuou dizendo que não se iriam abandonar os alcatroamentos, mas que se iria definir uma nova estratégia. Os alcatroamentos estão previstos, não sendo necessário que sejam feitos todos em 2018, porque a grande maioria foi feita em 2017, e os que sejam necessário fazerem-se, far-se-ão paulatinamente. Disse ainda que é o primeiro a reconhecer que efetivamente não pode haver bom turismo sem boas acessibilidades. Continuou dizendo que, a esse nível este é um concelho bastante atrativo, comparativamente com grande parte de outros concelhos, fruto do bom investimento que foi feito. Mas nem sempre foi feito, em sua opinião, da forma mais correta, ou seja nem sempre foram definidas da melhor forma as prioridades.-----

-----Prosseguiu depois dizendo que, os investimentos em cultura e turismo estão em despesa corrente, porque na maioria deles ainda não se sabe como serão feitos os gastos, e dessa forma são colocados em despesa corrente e depois transferidos de uma forma mais concreta, para a rubrica certa.-----

-----Relativamente às questões que colocou sobre aquilo que é a capacidade do Presidente da Câmara para comprometer o executivo, quanto aos cento e quarenta e nove mil euros, a Câmara delega para poder fazer ajustes diretos (apenas até ao final do ano, pois o novo CCP irá alterar esta situação). Quanto aos setecentos e cinquenta mil euros, disse não ter conhecimento, e mesmo que os tenha, o compromisso que tem com o executivo é que tendo este delegado a competência, ele irá dando conhecimento destes ajustes diretos, àquele. De qualquer forma, disse, estão previstas algumas obras que vão ser lançadas já como concursos públicos.-----

-----Quanto ao abastecimento público de água a S. Bento, disse que de facto poderia já contratar as máquinas e tentar fazer o abastecimento, mas foram-lhe apresentadas outras soluções que serão analisadas com a Junta de Freguesia de S. Bento, e no sentido de se avançar com o melhor projeto.-----

-----No que se refere à questão do dirigente desportivo, disse que o executivo tem em mente avançar com o regulamento que depois virá à Assembleia Municipal, um regulamento com o Estatuto Social do Bombeiro e um regulamento, equiparado em termos de benefício, para valorizar, por assim dizer, o Dirigente Desportivo. Quanto ao Regulamento de Apoio aos Clubes, disse ser seu

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

propósito, assim que possível, retomar aquilo que era um conjunto de apoios que já existiram, relativamente à formação. No que se refere ao tão solicitado apoio, que tem sido transversal a vários clubes, para os séniores, objetivamente, não existe nada. Será feito um trabalho conjunto, de forma a poder-se fazer uma avaliação de qual a melhor forma de prestar esse apoio.-----

-----Quanto ao Campo da Fiandeira, disse não saber se o avaliador do terreno contratado pela Câmara está ou não registado na CMVM, mas sabe que estando registado dá-lhes uma cobertura diferente.-----

-----Agradeceu depois as palavras de Olga Silvestre, dizendo que se tentou de alguma forma plasmar muitas das propostas que foram sufragadas e que estão aqui contemplados, referindo ainda que, houve o cuidado de olhar para as propostas dos restantes partidos, e duma forma, que entende séria, deixar cair algumas das suas bandeiras em favor de outras propostas, como facilmente poderão constatar nesta proposta de orçamento. Relativamente à questão da Central, e conforme já tinha dito anteriormente, foi feito um pedido de reprogramação, não podendo esquecer nunca que a Central, a envolvente da Central ou da ALE, está a falar-se de fundos comunitários, de propostas que foram aprovadas e que têm regras e a Central é uma destas obras. A Central neste momento tem um processo de resolução em curso, o que levou à necessidade de reprogramar a obra para mais um ano.-----

-----No que se refere às escolas, respondeu que tem razão, pois quarenta e dois mil euros para as escolas, não é muito, mas isso acontece porque a grande maioria das obras está feita. Felizmente o parque escolar apenas tem de ser mantido. Também todo o parque edificado do município tem de ser mantido de uma forma diferente da que vindo a ser feita, e por isso é que aparece no orçamento um conjunto de projetos que têm como base, não só manter, mas também requalificar um conjunto de edifícios que com certeza vão valorizar em muito aquilo que é o concelho. Continuou dizendo a Rui Neves que, claro que as rotundas do IC2 são importantes, como são importantes muitas das obras que estão feitas. No que diz respeito ao atendimento, disse que de facto tem estado a atender munícipes, habitualmente à sexta-feira, todo o dia. Neste momento faz atendimento dois dias por semana, mas como se percebe, há a necessidade de ir à procura de algumas soluções para resolver problemas existentes no concelho, nomeadamente junto dos serviços desconcentrados do estado ou dos ministérios. Acresce a isto, o facto de estar neste momento a presidir à ADAE, estar em fase de orçamentação da Comunidade Intermunicipal e de estar a presidir também à ADSAICA, ou seja, isto obriga, nesta fase do ano, a alguma exigência de tempo e disponibilidade de estar presente noutros fóruns, o que impede algumas vezes, de satisfazer a vontade dos munícipes em falarem com o Presidente da Câmara.-----

-----Disse depois, que na perspetiva do executivo, a Cultura e o Turismo, não são apenas despesas correntes em termos orçamentais. A Cultura e o Turismo, são, sem dúvida nenhuma, o motor para captação de pessoas e para dinamizar a economia do concelho. Por isso, este orçamento tem como propósito de atrair pessoas através daquilo que temos de tão bom, que tem

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

sido valorizado, mas que tem sido pouco mostrado para fora.-----

-----Terminou agradecendo a confiança e dizendo que gostava que este orçamento fosse aprovado, por forma a garantir que o ano de 2018 possa ter um orçamento cumprido, e sobretudo muito mais cumprido, em linha do que alguns disseram, relativamente às desconfianças.-----

-----Não havendo mais intervenções, a senhora Presidente da Assembleia Municipal pôs a votação o ponto 6 da ordem de trabalhos - **Orçamento da Receita e da Despesa para o Ano de 2018, Quadro Plurianual de programação orçamental 2018/2021** - tendo o mesmo sido **aprovado por maioria, com 14 (catorze) abstenções e 17 (dezassete) votos a favor.**-----

-----Seguidamente foi posto a votação o ponto 7 da Ordem de Trabalhos - **Medidas de execução do orçamento para o ano de 2018** - tendo o mesmo sido **aprovado por maioria, com 14 (catorze) abstenções e 17 (dezassete) votos a favor.**-----

-----Por fim foi posto a votação o ponto 8 da Ordem de Trabalhos - **Grandes Opções do Plano para o Ano de 2018/2021** - tendo o mesmo **sido aprovado por maioria, com 14 (catorze) abstenções e 17 (dezassete) votos a favor.**-----

-----**9. Mapa de Pessoal para o Ano de 2018; (apreciação, discussão e votação)**-----

-----Usando da palavra nos termos do Regimento da Assembleia Municipal, o senhor Presidente da Câmara passou a apresentar a proposta relativa ao ponto supra e que foi objeto de aprovação em reunião extraordinária da Câmara Municipal em 30.11.2017, e que a seguir se transcreve:-----

-----"O Mapa de Pessoal constitui um instrumento fundamental de planeamento e gestão estratégica de recursos humanos e contém a indicação do número de postos de trabalho necessários para o cumprimento dos objetivos da organização.-----

-----A sua elaboração decorre da aplicação dos artigos 28.º e 29.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovado pela Lei n.º. 35/2014 de 20 de junho, em matéria de planeamento e gestão dos Recursos Humanos: "Os órgãos e serviços preveem anualmente o respetivo mapa de pessoal, tendo em conta as atividades, de natureza permanente ou temporária, a desenvolver durante a sua execução."-----

-----O mapa de pessoal é aprovado pela entidade competente para aprovação da proposta de orçamento sendo afixado no órgão ou serviço e inserido em página eletrónica, devendo acompanhar a proposta do Orçamento Municipal.-----

-----Face ao exposto proponho que a Câmara Municipal delibere aprovar o Mapa de Pessoal para o ano 2018, anexo à presente proposta, e remeta à Assembleia Municipal para Aprovação."-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----O senhor **Presidente da Câmara** referiu que, o mapa de pessoal como certamente puderam analisar, não altera o número de trabalhadores e aquilo que se vai fazer, são algumas alterações. Vai ser criada a figura de encarregado geral, sendo o lugar preenchido por uma das pessoas que está atualmente nos serviços. Disse depois que há um conjunto de lugares que têm implícitos concursos que estão em curso, de pessoas que estavam contratadas e para cujos lugares foram abertos concursos. Referiu-se ainda à questão das pessoas que estão em mobilidade, que têm uma licenciatura mas que são assistentes operacionais, e que têm, naturalmente, a pretensão de virem a ser técnicos superiores na área da sua formação. Estando esses lugares em aberto foram cabimentados em termos orçamentais. Portanto, a execução orçamental dos recursos humanos deste ano, tem uma diferença de, praticamente, um milhão de euros, a menos, de gastos, porque o anterior executivo fez exatamente o mesmo, mas os lugares não foram ocupados. A única exceção, em termos de recursos humanos, tem a ver com a praia jurássica. Houve já duas reuniões com a comunidade científica em S. Bento, sendo certo que a praia jurássica tem um valor científico incalculável. É única no mundo, a mais antiga descoberta do paleontológico. Descobriram inclusive uma coisa que nunca havia sido vista em achados marítimos, que são pegadas de caranguejo. É a única jazida que tem este tipo de achado. Disse que a comunidade científica está muito interessada, estando cá neste momento uma das pessoas que está ligada à Direção Científica do Parque da Lourinhã. Aquilo que se pretende, quer a Lourinhã, quer o próprio Geoparque do Tejo, cujo diretor científico também cá esteve, quer o próprio Laboratório Nacional de Geologia, quer o ICNF, é fazer os trabalhos necessários para que aquela jazida, seja não só a base de um trabalho que já tem vindo a ser feito ao longo destes últimos anos, mas sobretudo que seja também potenciador e dinamizador de algum turismo de nicho, em S. Bento, e consequentemente, no concelho de Porto de Mós. Para isto acontecer é necessário o acompanhamento por parte do município, que nesta altura não dispõe de técnicos nesta área. Assim, em termos de mapa de pessoal o que foi feito, foi ali considerar um lugar para este efeito, independentemente da forma como vier a ser ocupado, podendo sê-lo em mobilidade ou abrir concurso ou ainda um avençado.-

-----**Luís Manuel Coelho Almeida (AJSIM):**-----

-----Usando da palavra, referiu que o senhor Presidente da Câmara disse que se está perante um quadro de pessoal que não prevê um aumento de lugares, mantendo-se o mesmo número de lugares, dizendo que tem algumas dúvidas quanto a isso, pois todos os anos costuma vir a esta Assembleia um quadro idêntico a este, em que, todos os anos entrava mais pessoal para a área da educação. Referiu ainda que está aqui expresso um total de 320 funcionários, perguntando se este total se vai manter. Quanto ao Gabinete da Proteção Civil, disse que tem um técnico superior e está previsto mais um técnico superior. Continuou fazendo algumas considerações acerca do número de lugares, porque as despesas com pessoal aumentam duzentos e setenta mil euros, perguntando se são só as alterações com o subsídio de refeição e com o descongelamento e

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

requalificação das carreiras que justificam este aumento. Perguntou ainda se essa requalificação é obrigatória ou é porque o executivo a quer fazer. Como é que o executivo, em tão pouco tempo que está na Câmara, já teve conhecimento de que tem de fazer uma requalificação a este grande numero de funcionários?-----

-----O senhor Presidente da Câmara passou a responder ao anterior interveniente dizendo que, relativamente aos 18 tarefeiros que mencionou, eles já existem, mas os seus contratos terminam em junho próximo, sendo necessário prevenir essa situação sob pena de o próximo ano letivo não poder arrancar por falta de funcionários. Quanto ao gabinete financeiro, disse que a Dr.ª Neuza vai sair em mobilidade, e saindo vai ter que ser substituída. Quanto ao coordenador municipal, referiu que já disse hoje aqui, duas ou três vezes, que o Engº Nuno, que está em mobilidade no ICNF, vai ser lá confirmado, consolidando assim a sua mobilidade, e depois terá de ser substituído, contra aquilo que foi a opção do anterior executivo, estando o lugar já vago à cerca de 18 meses, que é o tempo da mobilidade. No que toca às obras, disse que também já tinha explicado, tendo definido como critério para gestão das obras dos serviços municipais, a criação da figura de encarregado geral, e para que seja possível a criação desta figura, tem de haver três encarregados operacionais. Neste momento há dois, pelo que se vai fazer subir uma das pessoas que está ao serviço da Câmara para encarregado operacional, subindo um encarregado operacional, para encarregado geral. Da explicação que deu, apenas se prevê a possibilidade de entrar para os serviços da Câmara mais uma pessoa pela razão que acabou de explicar.-----

-----Não havendo mais intervenções, a senhora Presidente da Assembleia Municipal pôs a votação o ponto 9 da ordem de trabalhos – **Mapa de Pessoal para o Ano de 2018** – tendo o mesmo sido **aprovado por maioria, com 7 (sete) abstenções e 24 (vinte e quatro) votos a favor.**-----

-----**10. Autorização Prévia no Âmbito da Lei dos Compromissos Plurianuais (para conhecimento);**

-----Usando da palavra nos termos do Regimento da Assembleia Municipal, o senhor Presidente da Câmara passou a dar conhecimento dos compromissos assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica concedida em Assembleia Municipal de 25/11/2016, desde 25/08/2017 até 24/11/2017 e que foi objeto de deliberação tomada em reunião extraordinária da Câmara Municipal em 30.11.2017, e que a seguir se transcreve:-----

-----"A Lei n.º8/12, de 21 de fevereiro, alterada e republicação pela Lei n.º22/2015, de 17 de março, que aprova a regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, dispõe na alínea c) do n.º1 do artigo 6º que a assunção de compromissos plurianuais independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita, no que concerne às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.-----

-----Deste modo, e por razões de simplificação e celeridade processuais, foi solicitado à Assembleia Municipal que deliberasse no sentido de emitir autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais pela Câmara Municipal, nos casos em que os encargos resultem de projetos, ações ou de outra natureza constantes das Grandes Opções do Plano e também em casos cujos encargos não excedam o limite de 99.759,58€ em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução de três anos.-----

-----Face ao exposto, na sequência da aprovação da referida autorização prévia genérica em Assembleia Municipal de 25/11/2016, e dando cumprimento ao artigo 22.º e Anexo I das Medidas de Execução do Orçamento da Câmara Municipal de Porto de Mós para o ano 2017, junto se anexa um quadro onde constam os compromissos assumidos ao abrigo da mesma desde 25/08/2017 até 24/11/2017."-----

-----11. Contrato Interadministrativo com a Freguesia de São Bento; (apreciação, discussão e votação)-----

-----O senhor Presidente da Câmara passou a apresentar o presente ponto da ordem de trabalhos, dizendo que, as Juntas de Freguesia assinaram durante o ano de 2017 com a Câmara Municipal contratos interadministrativos, com o objetivo de concretizarem determinadas obras previamente definidas. Disse haver duas situações que aproveitava para explicar em conjunto pois são parecidas. A primeira, disse, diz respeito à freguesia de S. Bento. Relativamente à freguesia de S. Bento, o que aconteceu é que o anterior Presidente de Junta, não apresentou em tempo, o contrato interadministrativo assinado. Como não assinou aquele contrato em tempo, aparentemente a freguesia de S. Bento iria ficar sem esse apoio. O que aconteceu foi que o atual presidente de junta, em conjunto com o anterior, quando se aperceberam desta questão, falaram com a Câmara no sentido de a freguesia de S. Bento não perder estes seis mil euros, importantes para uma obra que estava inicialmente prevista e que acabaria por não ser feita. A obra que estava inicialmente definida não tem condições para ser executada até final do ano, e a Junta de Freguesia de S. Bento, entendeu propor ao executivo, uma outra obra que está em curso, e que será executada até final do ano.-----

-----A outra situação, tem a ver com a Junta de Freguesia do Juncal. Aqui a situação é diferente. A Junta de Freguesia do Juncal fez a obra em tempo, só que não fez a mesma obra que estava prevista no contrato interadministrativo. Portanto, aquilo que a Junta de Freguesia do Juncal vem pedir é que seja alterada a obra a financiar, passando a constar a obra que foi considerada prioritária executar e que é a entrada no Juncal do lado da Castanheira, no montante de dez mil euros. Aqui não é necessário um novo contrato, sendo apenas necessário um aditamento ao

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

contrato anterior. Estes valores estão orçamentados, estão cabimentados e se a Assembleia Municipal aprovar estes dois pontos, naturalmente que estas Juntas de Freguesias receberão estes dois valores.

-----Não havendo pedidos de intervenção foi o ponto 11 da Ordem de Trabalhos posto a votação - **Contrato Interadministrativo com a Freguesia de São Bento** – tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**.

-----**12. Aditamento ao Contrato Interadministrativo com a Freguesia do Juncal; (apreciação, discussão e votação)**

-----A senhora Presidente da Assembleia Municipal referiu que o senhor Presidente da Câmara já fez a apresentação do presente ponto da ordem de trabalhos no ponto supra, perguntando se há pedidos de intervenção.

-----Não havendo pedidos de intervenção foi o ponto 12 da Ordem de Trabalhos posto a votação - **Aditamento ao Contrato Interadministrativo com a Freguesia do Juncal** – tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**.

-----**13. Apoio Financeiro à Freguesia da Calvaria de Cima para a Extensão de Saúde da Calvaria de Cima; (apreciação, discussão e votação)**

-----O senhor Presidente da Câmara passou a apresentar o presente ponto da ordem de trabalhos dizendo que esta é uma questão que está em Plano, está em Orçamento, está cabimentado, transferir vinte mil euros para a Junta de Freguesia de Calvaria de Cima com vista à reformulação da anterior sede da Junta de Freguesia, acrescentando o atual posto médico, por forma a garantir condições físicas para que o Posto Médico da Calvaria de Cima receba uma USF – Unidade de Saúde Familiar, que segundo informação do Dr. Leonel, será ratificada em 15 de janeiro. A acontecer, como alguém já aqui disse, passar-se-á a ter, um concelho, no que diz respeito a saúde, dividido em dois, e pior, um lado do concelho, e ainda bem, na 1ª divisão, e a outra parte do concelho, infelizmente e injustamente, na 3ª divisão. Este apoio financeiro, concluiu, é justificado porque a obra está em curso.

-----A senhora Presidente da Assembleia disse que a Calvaria de Cima está de parabéns pela sua Unidade de Saúde Familiar, congratulando-se com isso.

-----**Carlos Manuel Amado Cordeiro (Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso – PSD):**-----

-----Usando da palavra disse que, quando as outras freguesias precisarem de alguma coisa

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

deste género espera que também seja aqui aprovado. Disse já se ter aqui aprovado noutra Assembleia Municipal um valor destinado à aquisição do terreno, e hoje está aprovar-se um valor destinado à construção e que portanto espera que as outras freguesias estiverem numa situação idêntica sejam contemplados da mesma forma.-----

-----O senhor Presidente da Câmara respondeu que nestas questões, o executivo tem sempre disponibilidade para, pelo menos, as analisar de forma criteriosa, principalmente quando têm a ver com a saúde e também as que tem a ver com as que tem apoios financeiros por parte dos programas operacionais. Continuou dizendo que, se o projeto é valorizado por alguém, para ser financiado, deve-se equacionar, dentro de determinados critérios, a importância do apoio a estes projetos.-----

-----Não havendo mais pedidos de intervenção, a senhora Presidente da Assembleia pôs votação o ponto 13 da Ordem de Trabalhos – **Apoio Financeiro à Freguesia da Calvaria de Cima para a Extensão de Saúde da Calvaria de Cima** – tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**.--

-----**14. Proposta de Apoios Financeiros às Freguesias do Concelho de Porto de Mós: (apreciação, discussão e votação)** -----

-----Usando da palavra nos termos do Regimento da Assembleia Municipal, o senhor Presidente da Câmara passou a apresentar a proposta relativa ao ponto supra e que foi objeto de aprovação com efeitos retroativos a outubro de 2017, em reunião extraordinária da Câmara Municipal em 30.11.2017, e que a seguir se transcreve:-----

-----“Considerando que com a entrada em vigor da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que aprovou em anexo, entre outros, o Regime Jurídico das Autarquias Locais, revogando a Lei n.º 159/99, de 14 de setembro e também, em parte a Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, criando um novo quadro legal no domínio da delegação de competências e das respetivas transferências financeiras e outros recursos (humanos e materiais).-----

-----Considerando que a delegação de competências suprarreferida se efetiva pela assinatura entre as partes de Acordos de Execução, nos termos dos artigos 132.º e 133.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e de Contratos Interadministrativos nos termos do artigo 120.º da mesma Lei.-----

-----Considerando que os “Acordos de Execução” celebrados com as Juntas de Freguesia deixaram de produzir efeitos com o termo do mandato, conforme previsto nos artigos 126º e 129º do Anexo I a Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.-----

-----Considerando que o contrato Interadministrativo celebrado com a Freguesia do Juncal, com o objeto da gestão, manutenção e utilização do Pavilhão Gimnodesportivo do Juncal, deixou

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de produzir efeitos com o termo do mandato.-----

-----Considerando que a vigência de contrato Interadministrativo celebrado com a Freguesia do Alqueidão da Serra, com o objeto da gestão, manutenção e utilização do Polidesportivo do Alqueidão da Serra, será até final do ano em curso.-----

-----Considerando que importa reunir com as Juntas de Freguesia no sentido de negociar novos Acordos de Execução, bem como novos Contratos interadministrativos que satisfaçam o interesse público.-----

-----Considerando que a tomada de posse do atual Executivo em funções ocorreu em 18 de outubro do corrente ano, torna-se impossível que até ao final do ano em curso seja possível, estabelecer novos contratos de execução com as Juntas de Freguesia que garantam a solução mais adequada, eficiente e eficaz para o exercício das competências delegadas e que vão ao encontro das necessidades das populações de formas rápida e eficaz.-----

-----Considerando que é importante continuar com as transferências para as Juntas de Freguesias dos contratos suprarreferidos até à entrada em vigor dos acordos de execução e/ou contratos interadministrativos que venham a ser celebrado no atual mandato.-----

-----Proponho que:-----

-----1. Se mantenham as transferências mensais para as Juntas de Freguesia nos termos dos "Acordos de Execução" aprovados no anterior mandato:-----

Freguesias	Valor mensal a transferir
União de Freguesias de Alcaria e Alvados	1.472,95€
Alqueidão da Serra	1.772,65€
União de Freguesias de Arrimal e Mendiga	2.472,27€
Calvaria de Cima	1.801,40€
Juncal	2.585,26€
Mira de Aire	2.760,67€
Pedreiras	2.041,18€
São Bento	2.067,72€
Freguesia de Porto de Mós – São João Batista e São Pedro	3.153,31€
Serro Ventoso	1.655,33€

-----2. Se mantenha em vigor o contrato interadministrativo celebrado com a Freguesia do Juncal, com o objeto da gestão, manutenção e utilização do Pavilhão Gimnodesportivo do Juncal, com uma transferência financeira mensal de 1.398,06€.-----

-----3. Se mantenha em vigor, após 31 de dezembro de 2017, o contrato Interadministrativo celebrado com a Freguesia do Alqueidão da Serra, com o objeto da gestão, manutenção e utilização do Polidesportivo do Alqueidão, com a transferência financeira mensal de 500,00€.-----

-----4. O ora proposto produza efeitos até à entrada em vigor dos acordos de execução e/ou contratos interadministrativos que venham a ser celebrados com as Juntas de Freguesia no atual mandato.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----5. Que ao abrigo da alínea ccc), do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado e publicado em anexo pela lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e para efeitos do previsto na alínea j) e k) do n.º 1 do artigo 25.º da mesma Lei, a Câmara Municipal delibere aprovar e submeter à autorização da Assembleia Municipal a presente proposta e as transferências financeiras previstas para a Juntas de Freguesia, no quadro de promoção e salvaguarda articulada dos interesses da população"-----

-----O senhor Presidente da Câmara prosseguiu dizendo que, em suma, o que está aqui em questão, é a prorrogação dos contratos interadministrativos que as Juntas de Freguesia assinaram em 2017 e que cessaram no final do mandato. Ou seja, as Junta de Freguesia neste momento, estão privadas de recebimentos por parte da Câmara, no âmbito destes contratos. O que se pretende é prorrogar estes contratos pelo tempo necessário para que os mesmos possam vir a ser discutidos e negociados e transformados em proposta venha à apreciação desta Assembleia.-----

-----**Filipe da Conceição Batista (Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra – JFAS):**-----

-----Usando da palavra disse que estes acordos de execução foram muito pouco negociados, há quatro anos, arriscando dizer que quase lhes foram impostos, e pelas contas que os Presidentes de Junta têm feito, andam a pagar para fazer o trabalho da Câmara. Terminou dizendo que espera ansiosamente que estes acordos sejam revistos. Provavelmente não é possível darem o valor que ele considera justo, mas efetivamente estes valores não suprimem as necessidades que têm, para cuidar condignamente das suas freguesias. Terminou apelando ao executivo e pedindo que pelo menos haja uma negociação mais séria, para que o concelho possa ficar mais bem servido. Referiu-se ainda à manutenção do polidesportivo de Alqueidão da Serra, que disse ser uma das situações indefinidas, gostando de, a breve prazo, poder verificar essa situação, porque de facto o pavilhão está situado num terreno da freguesia.-----

-----**Antonio Rogério de Oliveira Vieira (Presidente da Junta de Freguesia de Pedreiras - IPP):**-----

-----Começou por dizer que, concorda com as palavras de Filipe Batista relativamente aos valores transferidos. Disse depois que só queria colocar uma questão pois não vê aqui contemplada a continuidade ou não dos protocolos da Ginástica Sénior com as Juntas de Freguesia, que fazem a gestão direta.-----

-----O senhor Presidente da Câmara respondeu a Filipe Batista dizendo que, relativamente ao pavilhão polidesportivo de Alqueidão da Serra, estão a ser feitas diligencias no sentido da sua legalização. No que diz respeito ao protocolo, disse que se está a elaborar, trazendo-o com certeza à próxima Assembleia.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Não havendo mais pedidos de intervenção, a senhora Presidente da Assembleia pôs votação o ponto 14 da Ordem de Trabalhos – **Proposta de Apoios Financeiros às Freguesias do Concelho de Porto de Mós** – tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**.-----

-----**15. Modificações Orçamentais – 3.ª Revisão ao Orçamento do Ano de 2017; (apreciação, discussão e votação)**-----

-----O senhor Presidente da Câmara no uso da palavra disse que esta revisão ao Orçamento de 2017 e conseqüentemente às Grandes Opções do Plano tem que ver com a necessidade de reforço da verba para a energia elétrica - sessenta mil euros - com o reforço da verba para a água, pois neste momento, ao contrário do que tem acontecido em anos anteriores, ainda se está a comprar água à EPAL para o abastecimento a Mira de Aire. Há ainda um reforço de verbas para reparação de viaturas, porque este ano já foram gastos cento e cinquenta mil euros na reparação de viaturas, sendo certo que o parque automóvel do município é um monte de sucata. O que se vai ter de fazer, é um plano de substituição do parque automóvel do município. -----

-----**Luís Manuel Coelho Almeida (AJSIM):**-----

-----Dirigindo-se ao senhor Presidente da Câmara, disse que, definitivamente, este gosta mais de despesas correntes do que despesas de capital. Nesta orçamentação que está aqui a propor, disse, vai retirar cento e oitenta e sete mil euros de despesas de capital para despesas correntes, o que vai ao encontro daquilo que fez no orçamento. Em relação à situação que está aqui a apresentar, tem pena que ela esteja aí, porque gostaria que daqui a três ou quatro meses estivesse a analisar as contas de um executivo do princípio ao fim. Com esta modificação orçamental, as contas do executivo anterior vão ser afetadas, não a tendo eles feito. Questionou depois os dezoito mil euros para instituições sem fins lucrativos, perguntando a quem é que se destinam.-----

-----O senhor **Presidente da Câmara** passou a responder dizendo que a última coisa que quer é apontar o dedo a alguém, e a única coisa que pretende é pagar as despesas. Se Luís Almeida lhe conseguir dizer onde ir buscar o dinheiro sem ser a obras que não foram executadas, agradece. Disse ainda que não é técnico de contas, nem tem essa veleidade, para discutir isto com o senhor deputado. Quanto aos sessenta mil euros, já o disse: trata-se de reforço para energia elétrica. Prosseguiu dirigindo-se ao anterior interveniente, dizendo que, como já deve ter percebido, a única coisa que não fez foi apontar o dedo, mas se quiser que aponte o dedo, são despesas que estão feitas, uma parte por este executivo e outra parte pelo anterior executivo. O que aqui existe objetivamente, são despesas que estão em curso, que é necessário pagar sendo necessário, para isso o reforço dessas rubricas. Quanto às instituições sem fins lucrativos, disse que são dezoito mil

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

euros para cumprir com as regras de antecipação de início de época. Não estava cabimentado, não havia valor para dar às instituições no âmbito do protocolo, e portanto essa verba visa satisfazer o que está regulamentado e protocolado com estas associações.

Não havendo mais pedidos de intervenção, a senhora Presidente da Assembleia pôs votação o ponto 15 da Ordem de Trabalhos – **Modificações Orçamentais – 3.ª Revisão ao Orçamento do Ano de 2017** – tendo o mesmo sido **aprovado por maioria com 6 (seis) abstenções e 25 (vinte e cinco) votos a favor.**

16. Modificações Orçamentais – 3.ª Revisão às Grandes Opções do Plano do Ano de 2017; (apreciação, discussão e votação)

O senhor Presidente da Câmara escusou-se de fazer qualquer intervenção dado que já se tinha pronunciado sobre este ponto conjuntamente com o anterior, disponibilizando-se para responder a qualquer questão que vier a ser colocada.

Não havendo pedidos de intervenção, a senhora Presidente da Assembleia pôs votação o ponto 15 da Ordem de Trabalhos – **Modificações Orçamentais – 3.ª Revisão às Grandes Opções do Plano do Ano de 2017** – tendo o mesmo sido **aprovado por maioria com 6 (seis) abstenções e 25 (vinte e cinco) votos a favor.**

17. Designação de quatro cidadãos eleitores para integrar a comissão alargada da CPCJ do Concelho de Porto de Mós, em conformidade com o disposto na alínea l) do nº 1 do artigo 17º da Lei 142/2015 de 8 de setembro; (apreciação, discussão e votação)

A senhora Presidente da Assembleia referiu que chegou à mesa uma proposta conjunta das três forças partidárias com assento na Assembleia Municipal, nos termos que se transcrevem:

COMISSÃO ALARGADA CPCJ

(alínea i) do nº 1 do artigo 17º da Lei 142/2015)

Proposta conjunta das bancadas do PSD, PS e AJSIM

Maria Goreti Fino Domingues – Professora – Juncal (PSD)

Cristina Ferreira do Rosário – Enfermeiras – Alvados (PSD)

Elsa Cristina Leitão dos Santos – Assistente Social – Mira de Aire (PS)

Fernanda Maria dos Santos Ferreira Marques (Socióloga/Coordenadora de Formação Profissional (AJSIM).

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Não havendo pedidos de intervenção, foi a presente lista posta a votação, tendo a mesma sido **aprovada por unanimidade**.-----

-----**18. Informação nos termos da alínea c), nº 2 do artigo 25º da Lei 75/2013, de 12 de Setembro. (para conhecimento)**-----

-----Usando da palavra, o senhor Presidente passou a fazer menção à atividade da Câmara Municipal desde a tomada de posse do novo executivo a que preside.-----

-----Disse depois ter a obrigação legal de prestar à Assembleia Municipal um conjunto de informação que consta do documento que foi oportunamente distribuído por todos os seus membros.-----

-----Continuou dizendo que, queria apenas deixar duas ou três notas, começando por referir que, neste momento está na rua uma equipa a fazer o levantamento das ligações do saneamento básico e da água. Esta equipa está a fazer também um trabalho pedagógico e simultaneamente a digitalizar as redes. Trata-se de um trabalho que está a dar os seus frutos lentamente, tendo começado na Fonte do Oleiro e estando neste momento no Tojal. Fruto deste trabalho, apercebeu-se que existem quatro mil e quatrocentas casas ligadas ao saneamento, mas existem cerca de quatro mil que, estando servidas não estão ligadas. Se este trabalho não for feito e se o serviço não se tornar autossuficiente, o tarifário terá de ser aumentado.-----

-----Referiu depois que assumiu a presidência da ADSAICA por uma questão estratégica. Esta entidade esteve numa situação de praticamente encerrar a atividade e que ele próprio propôs na Assembleia Geral da ADSAICA um voto de louvor ao seu antecessor pelo trabalho que lá realizou e sobretudo por tudo o que fez para que ela não acabasse. Prosseguiu dizendo que o grupo de sapadores que o município tem, é da ADSAICA, limitando-se o município a transferir o valor, não estando estes recursos humanos na responsabilidade do município. Este grupo de sapadores tem feito um trabalho extraordinário, ao ponto de mais Câmaras quererem sapadores florestais. A ADSAICA tem também à sua responsabilidade o parque jurássico de Torres Novas/Ourém e neste momento iniciou-se o processo das rotas do carso e das aldeias do carso. Explicou depois porque é que é estratégico estar na direção da ADSAICA, pois quando se aperceberam, este processo estava a ser agarrado por Torres Novas. Torres Novas, politicamente, tem um processo de continuidade, e neste tempo de eleições e campanhas eleitorais, Torres Novas começou a pegar nestas questões das rotas do carso. Continuou dizendo que, as rotas do carso são importantes, mas são tão importantes quanto Porto de Mós queira. Se dois terços do território do Parque Natural são concelho de Porto de Mós, este tem, inevitavelmente, uma palavra a dizer. Assim, foi isso que foi feito. Haverá rotas do carso, com Porto de Mós, porque o projeto das rotas do carso vai entroncar naquilo que há pouco referiu e que é a aposta no turismo de natureza e fará parte do estudo protocolado com o Instituto Politécnico de Leiria.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Prosseguiu dizendo que, outra coisa importante que está a ser feita, e que vem do anterior executivo, e que lhes parece central para definir toda a estratégia do turismo, são os planos de pormenor das pedreiras. Estão em curso quatro planos de pormenor: Plano de Pormenor do Codaçal, Plano de Pormenor de Pé da Pedreira, o Plano de Pormenor do Arrimal e o Plano de Pormenor de Cabeça Veada, que vão agora entrar em discussão pública. Quando estes processos estiverem terminados ficar-se-á a saber, naquelas quatro zonas, exatamente aquilo que vai ser explorado e não mais do que aquilo. Este processo acaba por os deixar tranquilos sobre o que se pode fazer em termos de investimento do turismo. Falta um Plano de Pormenor, que se irá lançar, e que é para o Alqueidão da Serra. Portanto, este é um trabalho que tem sido bem feito e para a estratégia do executivo é determinante.-----

-----Terminando, disse que recebeu hoje com muito agrado, o resultado da qualidade da água para 2018, cujo programa de qualidade foi aprovado.-----

-----**Filipe da Conceição Batista (Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra – JFAS):**-----

-----Relativamente à presidência da ADSAICA, referiu que talvez seja mais fácil resolver a questão da casa de apoio à Estrada Romana, pedindo que isso seja levado em conta de forma a que, se pudesse legalizar a situação em favor do município ou da junta de freguesia, podendo depois também servir os interesses daquilo que o executivo tem projetado.-----

-----**Mário Alberto Rosa da Cruz (AJSIM):**-----

-----Pediu a palavra para desejar a todos os presentes, em seu nome pessoal e no do grupo municipal que lidera, um feliz natal e um excelente ano de 2018.-----

-----**Rui Augusto Pereira Neves (PS):**-----

-----Pediu a palavra desejando a todos um feliz Natal e referindo que não sabia que a Dr^a Neuza iria sair, e considera de toda a justiça que se aprove aqui um voto de louvor pelos serviços prestados ao município, o que foi objeto de aclamação por todos os presentes.-----

-----**José Gabriel Pires Vala (PSD):** aproveitando o ensejo, desejou também a todos os presentes votos de feliz Natal.-----

-----A senhora Presidente da Assembleia desejou também os melhores votos de sucessos profissionais e pessoais à Dr.^a Neuza Morins, nas novas funções que irá desempenhar. Terminou também desejando a todos um feliz Natal.-----

-----**Luís Manuel Coelho Almeida (AJSIM),** pediu ainda a palavra para propor que, devido ao

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

adiantado da hora, se aprovassem as minutas das deliberações, confiando a sua redação à 1ª Secretária da Assembleia, Olga Silvestre, sem que se fizesse a leitura das mesmas.-----

-----**Posta a votação, foi a mesma aprovada por unanimidade.**-----

-----**MINUTA DAS DELIBERAÇÕES DESTA SESSÃO:**-----

-----Tendo em conta que várias deliberações deverão tornar-se imediatamente executórias, o Presidente da Assembleia Municipal, deu a conhecer aos membros desta, os termos da minuta das deliberações tomadas nos seguintes pontos: 1. *Fixação das Taxas do Imposto Municipal de Imóveis (IMI) a cobrar em 2018*; 2. *Redução da Taxa de Imposto Municipal de Imóveis em função do Agregado Familiar (IMI Familiar)*; 3. *Derrama Municipal 2018*; 4. *Participação no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS)*; 5. *Fixação da TMDP – Taxa Municipal por Direitos de Passagem*; 6. *Orçamento da Receita e da Despesa para o Ano de 2018, Quadro Plurianual de programação orçamental 2018/2021*; 7. *Medidas de execução do orçamento para o ano de 2018*; 8. *Grandes Opções do Plano para o Ano de 2018/2021*; 9. *Mapa de Pessoal para o Ano de 2018*; 11. *Contrato Interadministrativo com a Freguesia de São Bento*; 12. *Aditamento ao Contrato Interadministrativo com a Freguesia do Juncal*; 13. *Apoio Financeiro à Freguesia da Calvaria de Cima para a Extensão de Saúde da Calvaria de Cima*; 14. *Proposta de Apoios Financeiros às Freguesias do Concelho de Porto de Mós*; 15. *Modificações Orçamentais – 3.ª Revisão ao Orçamento do Ano de 2017*; 16. *Modificações Orçamentais – 3.ª Revisão às Grandes Opções do Plano do Ano de 2017*; 17. *Designação de quatro cidadãos eleitores para integrar a comissão alargada da CPCJ do Concelho de Porto de Mós, em conformidade com o disposto na alínea I) do nº 1 do artigo 17º da Lei 142/2015 de 8 de setembro*; tendo estas sido submetidas a votação e **aprovadas por unanimidade.**-----

-----A senhora Presidente da Mesa da Assembleia declarou a sessão encerrada às 02.30 horas do dia 16 de dezembro e para constar se lavrou a presente ata que irá assinar e que eu, Maria Fernanda Pinguicha Toureiro, Assistente Técnica, redigi e subscrevo -----

